



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Luca Johannes Schneider

Sindicalismo e Operariado no periódico *Flamma Verde*

Florianópolis
2025

Luca Johannes Schneider

Sindicalismo e Operariado no periódico *Flamma Verde*

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Florianópolis

2025

Schneider, Luca Johannes

Sindicalismo e Operariado no periódico Flamma Verde /
Luca Johannes Schneider ; orientador, Paulo Pinheiro
Machado, 2025.

94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. História. 2. Integralismo . 3. Flamma Verde . 4.
Santa Catarina. 5. Sindicalismo. I. Machado, Paulo
Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

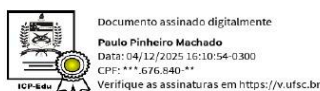
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, no Laboratório de História Social do Trabalho, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Paulo Pinheiro Machado, Orientador e Presidente, pelo Professor Clayton Hackenhaar, Titular da Banca, e pelo Professor Waldomiro Lourenço da Silva Jr, Suplente, designados pela Portaria nº 55/2025/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Luca Johannes Schneider**, subordinado ao título: **“Sindicalismo e Operariado no periódico *Flamma Verde*”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o candidato foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Paulo Pinheiro Machado a nota final 10, do Professor Clayton Hackenhaar a nota final 10, sendo aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

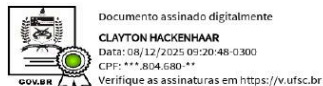
Florianópolis, 4 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Paulo Pinheiro Machado

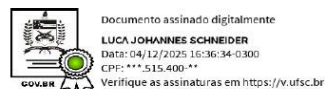


Prof. Clayton Hackenhaar



Prof. Waldomiro Lourenço da Silva Jr

Candidato Luca Johannes Schneider





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Luca Johannes Schneider, matrícula n.º 21105659, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Sindicalismo e Operariado no jornal *Flamma Verde*, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 8 de dezembro de 2025.



Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 08/12/2025 16:42:49-0300
CPF: ***.676.940-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

Para Arnildo de Oliveira (*in memoriam*),
amado tio.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, sem Ele a minha vida não faria sentido.

Em segundo lugar aos meus pais, Matthias e Cloé, que me deram amplo apoio e financiamento para estudar em Florianópolis, além de estar presente em momentos delicados, foram parte essencial do meu estudo, pude ter segurança emocional e financeira para estudar. E aos meus irmãos Sophia, Nicolas e Frederico, parceiros da vida toda.

Agradeço à minha namorada Milena que sempre me enche de amor, carinho e incentivos para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado que aceitou orientar esse trabalho e sempre deu boas ideias e bibliografias, pela disciplina de Brasil Republicano I, em que se demonstrou um amante da História brasileira e, com ótimas referências, ascendeu minha curiosidade sobre o tema escolhido. Estendo uma menção honrosa aos seguintes Professores do Departamento de História: Adriano, Bruno, Silvio e Letícia.

Especialmente ao Prof. Esp. Thomas Giulliano, agradeço pelas leituras, bem como pelas aulas do Grupo de Estudos Morro do Livramento e as viagens para São Paulo, Pernambuco, Paraíba e o Rio Grande do Sul que contribuíram enormemente para a construção da minha intelectualidade. Parceria antiga esta, e que também influenciou enormemente na escolha do curso. Quero citar alguns colegas como Antônio, João Pedro, Welisson, Isaque e os demais da “Cúpula do Morro”.

Ao amigo Ryan V. Martins que foi o revisor do trabalho e o prof. Gustavo T. Pontes por fornecer algumas bibliografias e a digitalização do jornal *Flamma Verde*.

Por fim, agradecer aos amigos e colegas que fiz durante a graduação, Hernan, Luiz, Leonardo, Ruan, Tiago, Samuel, Felipe, Paulo, Mateus, fica aqui meu afeto e carinho pelas ideias trocadas e tempos aproveitados juntos.

O reconhecimento aos grandes homens é a marca
dos povos fortes.

(Plutarque n'a pas menti)

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar as concepções de trabalho e de sindicalismo veiculadas no jornal integralista *Flamma Verde*, publicado em Florianópolis, entre 1936 e 1938, período de intensa mobilização política no Brasil. A Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política da direita autoritária dos anos 30, pode ser considerado o primeiro partido de massas brasileiro, tendo em Santa Catarina um dos estados com maior adesão. O estudo busca compreender como os principais intelectuais do movimento, Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, pensaram a questão social. O trabalho foi desenvolvido por meio da análise das colunas trabalhistas e sindicais do jornal *Flamma Verde*, em diálogo com as obras dos referidos autores. Paralelamente, o trabalho examina as disputas travadas entre integralistas e opositores em diversos movimentos sociais que buscavam alcançar a atenção e os votos da recente classe operária brasileira. Os resultados apontam para uma construção de uma narrativa trabalhista e sindical própria dos integralistas, alicerçada em princípios corporativistas, antiburgueses e anticomunistas, com discursos a favor de maior proteção ao trabalhador brasileiro e a garantia dos seus direitos, ao mesmo tempo que propõe a conciliação de classes como alternativa à luta de classes.

Palavras-chave: Integralismo; Santa Catarina; *Flamma Verde*; Sindicalismo.

ABSTRACT

The research aims to analyze the conceptions of labor and trade unionism conveyed in the Integralist newspaper *Flamma Verde*, published in Florianópolis between 1936 and 1938, a period of intense political mobilization in Brazil. The Brazilian Integralist Action (Ação Integralista Brasileira – AIB), a political organization of the authoritarian right in the 1930s, can be considered the first Brazilian mass party, with Santa Catarina being one of the states with the highest levels of adherence. The study seeks to understand how the movement's main intellectuals, Plínio Salgado, Miguel Reale, and Gustavo Barroso, conceived the social question. The research was conducted through an analysis of the labor and trade union columns of *Flamma Verde*, in dialogue with the written works of these authors. At the same time, it examines the disputes between Integralists and their opponents within various social movements that sought to capture the attention and votes of the newly emerging Brazilian working class. The results point to the construction of a labor and union narrative unique to the Integralists, grounded in corporatist, anti-bourgeois, and anti-communist principles, with discourses advocating greater protection for Brazilian workers and the guarantee of their rights, while proposing class conciliation as an alternative to class struggle.

Keywords: Integralism; Santa Catarina; *Flamma Verde*; Trade unionism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira
ANL – Aliança Nacional Libertadora
EFNOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
FUA – Frente Única Antifascista
IC – Internacional Comunista
IL - Integralismo Lusitano
JOC – Juventude Operária Católica
LC – Liga Comunista
LCT – Legião Cearense do Trabalho
LEC – Liga Eleitoral Católica
LSN - Lei de Segurança Nacional
MMDC – Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PD – Partido Democrático
PRC - Partido Republicano Catarinense
PRP – Partido Republicano Paulista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
SEP – Sociedade de Estudos Políticos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A questão do trabalho, operariado, e sindicalismo para os ideólogos integralistas.....	20
1.1 A formação e trajetória de Plínio Salgado.....	20
1.1.1 A doutrina integralista de Plínio Salgado.....	30
1.2 Miguel Reale e o Corporativismo Integralista.....	33
1.3 Gustavo Barroso e o Corporativismo Cristão.....	41
1.4 A presença integralista nos sindicatos.....	45
2. Oposição ao Integralismo.....	48
2.1 A oposição em âmbito nacional.....	48
2.2 A oposição aos integralistas em Santa Catarina.....	53
2.3 Integralismo no Ceará.....	61
3. Integralismo em Santa Catarina.....	68
3.1 Contexto político até a Revolução de 30.....	68
3.2 Mobilização, adesão e perfil dos integralistas.....	69
3.3 Resultado eleitoral, conflitos e cultura.....	75
4. Flamma Verde e a Imprensa integralista.....	77
4.1 A Imprensa integralista.....	77
4.2 Jornais integralistas em Santa Catarina.....	78
4.3 Flamma Verde.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada em 1932 com o Manifesto de Outubro, escrito pelo intelectual, jornalista e principal ideólogo do movimento, Plínio Salgado. A AIB nasce em um contexto do período entre guerras na Europa, em que ascendem ao poder movimentos autoritários. No contexto nacional, a Segunda República enfrentava uma crise das forças das oligarquias locais posteriores à Revolução de 1930. Alinhado à direita radical, o integralismo prometia ser o único partido nacional e em defesa da real emancipação dos trabalhadores, pautava-se contra os comunistas que usurparam a classe trabalhadora para fins políticos e da burguesia capitalista que a explora através do trabalho. Os integralistas propunham o fim dos partidos políticos e a instituição de um Governo forte, centralizado, organizado por um sistema sindical-corporativo. Atraiu inúmeros jovens que rejeitavam o liberalismo oligárquico, não tinham acesso aos partidos republicanos regionais e não acreditavam nas soluções de esquerda. Enxergavam o integralismo como uma cultura política moderna e buscavam identificar Estado e Nação. Tinha o lema: “Deus, Pátria e Família”. Existiu legalmente até dezembro de 1937, data em que os partidos políticos foram extintos.

Houve um intenso debate na academia acerca da influência fascista sobre Plínio Salgado e no movimento integralista, principalmente, entre os trabalhos acadêmicos da primeira geração de pesquisadores do integralismo, dos anos 70. Neste trabalho não é objeto de discussão, porém fico com a tese de João Fábio Bertonha (2019, p. 159): “assim como o integralismo não era mera cópia do modelo fascista europeu, mas estava ligado a esse, Plínio Salgado também não era uma cópia dos líderes fascistas”.

O objetivo deste trabalho é investigar e analisar como o jornal integralista *Flamma Verde* aborda e apresenta questões relacionadas ao trabalho, sindicatos e operariado. Para isso, pretende-se estudar as principais ideias relacionadas ao tema proposto pelos principais ideólogos da Ação Integralista Brasileira; identificar as principais veiculações sobre a questão sindical e operária no jornal; examinar outros membros da AIB que tiveram envolvimento com a mesma questão; investigar a atuação integralista nos sindicatos e a oposição ao movimento.

O interesse na temática advém das aulas de Brasil Republicano ministradas pelo orientador do projeto Paulo Pinheiro Machado, que indicou a leitura do texto “Constantemente derrubo lágrimas: o drama de uma liderança negra no cárcere do governo

Vargas” de Petrônio Domingues, surgiram várias curiosidades sobre Isaltino Veiga dos Santos e o movimento integralista. Trabalhar com o jornal foi uma escolha quase óbvia, visto que já havia escrito, anteriormente, um artigo chamado "Entre Manchetes e Alianças: O Jornal O Estado de Florianópolis e a Revolução de 1930", que explora a relação editorial do jornal com o movimento revolucionário de 30.

A pesquisa se justifica a partir da importância que o Integralismo teve em Santa Catarina. A AIB fundou seu primeiro núcleo em solo catarinense em 1934. Logo em 1936, especialmente nas áreas de colonização alemã e italiana e seus descendentes, obteve vitórias significativas nas eleições municipais, derrotando até mesmo liberais e republicanos unidos. Ao todo, elegeu oito (8) prefeitos e setenta e dois (72) vereadores. Santa Catarina, também foi considerada a terceira força integralista do país, em número de membros, apenas atrás dos estados da Bahia e São Paulo, onde foi fundado.

A problemática do TCC se encontra na grande quantidade artigos que abordam a questão operária, sindical e trabalhista publicados no jornal *Flamma Verde*, que demonstram uma preocupação com a situação social dos trabalhadores catarinenses, isso em um periódico que pertence ao movimento integralista, que atingiu, principalmente, as classes médias. Inserido nesse contexto, a pesquisa propõe a busca às principais informações sobre o periódico, mas sem discutir amplamente as questões de materialidade, como formato, periodicidade, alcance social e concentrar-se propriamente no conteúdo, como objeto de análise.

A AIB se notabilizou pelo uso amplo de jornais e revistas como meio de comunicação entre seus dirigentes e militantes, o trabalho apresentará mais desenvolvida a importância e a função deles na expansão da doutrina e também como forma de sociabilização. O *Flamma Verde* destacado entre os diversos periódicos integralistas, foi um semanário, editado entre setembro de 1936 e fevereiro de 1938. O acesso ao jornal foi possível graças à digitalização particular, disponibilizada pelo historiador Gustavo Pontes. A coleção encontra-se na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Das 69 edições do periódico, a biblioteca conservou 48, o que indica que 21 edições não estão disponíveis em seu acervo, sendo elas as de número: 2, 8, 10, 13, 18, 19, 20, 28, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 44, 45, 46, 52, 53, 62 e 67. Das 48 edições analisadas, ao menos 36 (três quartos, ou 75%) possuem algum texto sobre o tema trabalho, sindicato ou operariado, o que demonstra a relevância do tema no jornal.

O jornal foi dirigido por Othon Gama d'Eça, diretor provincial da AIB em Santa Catarina. Entre as edições 1 e 9, o gerente foi Arnaldo Suarez Cuneo, que também possuía o cargo de Secretário Provincial de Corporações em SC. Da 10ª edição até a última, o gerente

foi Celso Mafra Caldeira, que acumulou o cargo de Secretário Provincial de Finanças. Os redatores foram Luiz de Souza, que também foi Chefe Municipal de Florianópolis, Danilo Carneiro Ribeiro e Mário Mafra. (PONTES, 2013)

Outra abordagem da pesquisa é compreender a diferença das ideias dos ideólogos mais influentes do integralismo, sendo eles Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, e se havia unidade e definição, na questão sindical-corporativa e operária-trabalhista, ou divergências entre eles. Sabe-se que Miguel Reale foi o Secretário de Doutrina da AIB, então o seu pensamento acerca do desenvolvimento do Estado Integral pode ter sido predominante.

O apoio dos trabalhadores e da classe média era disputado com outros grupos políticos. O trabalho buscará desenvolver quais foram os principais movimentos de oposição ao integralismo, investigar quais são as divergências e quais foram os resultados, tanto nas ideias, como nas manifestações de rua. A ascensão de ideias autoritárias e nacionalistas não foi própria apenas da direita, ao contrário, a ascensão da União Soviética também influenciou a criação, tanto do já existente Partido Comunista do Brasil (PCB), quanto de novas agremiações políticas como a Frente Única Antifascista (FUA) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O estudo do Integralismo no Brasil passou por várias fases distintas, Gustavo Pontes (2013) esquematizou a sua evolução em três fases principais. Entre os anos 1930 e 1960, foi dominado por relatos de militantes e opositores, fornecendo memórias e reflexões sobre o movimento. A partir dos anos 1970, o foco acadêmico se intensificou, discutindo a influência do fascismo e a originalidade da doutrina integralista, com contribuições de autores como Hégio Trindade, Gilberto Vasconcellos, José Chasin e Marilena Chauí. Nos anos 80, historiadores ampliaram a pesquisa, destacando a importância das questões regionais. Em Santa Catarina, René Gertz, Luiz Felipe Falcão e João Henrique Zanelatto são os pesquisadores mais destacados. Recentemente, os estudos se diversificaram, abordando outros temas como a mulher integralista, o antissemitismo e os sinais e símbolos do movimento.

Hégio Trindade (1979) tem uma grande contribuição com o estudo da composição social dos aderentes do movimento integralista. A maior aderência ocorreu entre as classes médias urbanas em ascensão, além de uma parte de jovens oficiais das forças armadas, incentivadas à ação política pelo movimento tenentista. A camada dirigente, tanto nacional como regional, é composta pela média burguesia intelectual com participação de oficiais militares.

A criação da Câmara dos Quarenta e dos Quatrocentos introduzirá uma mudança nesse quadro social, com a perspectiva de disputar as eleições presidenciais, o movimento tem uma

injeção de elementos ligados à burguesia e uma reformulação do seu discurso revolucionário, procurando adaptar-se às vias de aquisição de poder liberais. Dessa forma, há uma hegemonia na direção nacional e regional das camadas mais altas da sociedade e uma participação marginal de camadas populares, no total de dirigentes. (TRINDADE, 1979)

Os dirigentes locais têm composições mais diversificadas, neste nível são representados majoritariamente pela pequena burguesia formada por burocratas públicos e privados e por camadas populares. É possível concluir que no nível da liderança e militância local a maior parte dos integralistas é formada pela classe média inferior (pequenos proprietários, empregados e funcionários) e em menor importância, as camadas populares (trabalhadores de pequenas e médias indústrias, agricultores de pequena propriedade e artesãos). (TRINDADE, 1979)

Outro fator característico do integralismo é a pouca idade dos seus integrantes, a maioria dos dirigentes e militantes locais tinha menos de 25 anos e na liderança regional e nacional, menos de 30 anos, em 1933. Apenas o Chefe Nacional, Plínio Salgado tinha mais de 35 anos completos. Miguel Reale, responsável pelo Departamento de Doutrina, era um jovem bacharel em Direito com menos de 25 anos. (TRINDADE, 1979)

Ainda é interessante pensar os motivos de adesão ao integralismo e para Trindade (1979), sem dúvida, em primeiro lugar, é o anticomunismo, seguido pela simpatia pelo fascismo europeu e em terceiro lugar, o nacionalismo. Os demais motivos, em menor escala, são a oposição ao sistema político da época e valores autoritários e espirituais. Esses dados revelam com certa clareza o *Zeitgeist*, *l'air du temps*, o espírito dessa década de 30.

Este TCC alicerçou-se fundamentalmente na escola da Nova História Política. A História Política Tradicional entrou em descrédito a partir da *École de Annales* com legítimos questionamentos de que apresentava, como objetos, fatos efêmeros e superficiais, só se interessava nas elites, negligenciava as massas e esgotava nas rupturas e crises ministeriais. Segundo René Rémond (2003, p. 16) “exemplo perfeito da história dita factual”, inscrita numa curta duração, a História Política esqueceu de conectar os acontecimentos às causas mais profundas, mas renovou-se nos anos 80 especialmente pelo contato multidisciplinar, principalmente com a ciência política, e o uso de novas fontes. Do ponto de vista documental, os números eleitorais, o recenseamento de membros são importantes dados que o historiador político pode trabalhar.

A História Política Tradicional incorreu em vários erros, era elitista, aristocrática, superficial. As novas orientações de pesquisa históricas estavam de acordo com o ambiente intelectual e político. O crescimento do movimento operário e a difusão do socialismo

direcionaram o olhar para as massas. Para Rémond (2003), o marxismo também foi um dos responsáveis pelo desprestígio da história política, ao colocar a luta de classes, fenômeno resultante de um processo econômico, como o motor da história, deslegitimando o processo político.

A Nova História Política ao se ocupar da participação política integra as massas como seu objeto central, e é na longa duração que irá ao encontro da formação das ideias, dos partidos políticos, “ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo”. (FERREIRA, 2003, p. 7) A análise histórica de longa duração permite identificar tendências e contextos mais amplos, revelando processos de evolução e continuidade, e proporcionando uma visão mais equilibrada e abrangente da história. Com isso, a Nova História Política:

Preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada. Ao se ocupar com o estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. (FERREIRA, 2003, p. 7)

A renovação da história política surtiu efeito na história regional através do uso da imprensa, em especial, o jornal, conforme Zanelatto:

Esses estudos têm se desenvolvido com a utilização da imprensa como evidência primordial, em especial o jornal. A análise dos jornais constitui-se em uma evidência importantíssima para a compreensão das disputas entre partidos e grupos que se digladiaram na luta pelo monopólio do poder político. (ZANELATTO, 2013, p. 382)

O trabalho inscreve-se também na História Intelectual. Esse campo historiográfico esteve, por certo tempo, às margens dos estudos históricos, em razão do entusiasmo pelas massas, as quais os intelectuais não podiam pertencer, pois configuram um grupo reduzido. Outro fator é o intelectual, enquanto ator do político, estar inscrito em uma análise de curta duração. Somando-se a isso a ideia de que uma cultura política seria apenas em parte elaborada pelo meio intelectual, acaba por deixar de lado o estudo dos intelectuais, em favor do estudo de uma *cultura política*¹. A partir da segunda metade da década de 1970, ocorreu a reabilitação da história dos intelectuais, as causas do fenômeno são múltiplas, algumas ligadas unicamente à história dos intelectuais, outras relacionadas à evolução do *status* da história política e da história recente. (SIRINELLI, 2003)

Jean-François Sirinelli (2003, p. 261) explica que a história política dos intelectuais exige uma pesquisa longa e passa pela exegese dos textos. No seu ensaio *Os Intelectuais*, ele indica: “tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas

¹ Bernstein (1998, p. 350) define cultura política como “espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”.

pelos intelectuais e a cultura política de sua época.” Ao propormos este estudo, com alguma profundidade: a vida dos intelectuais integralistas, tentando compreender suas referências e suas influências, enxergamos os intelectuais como agentes políticos e sociais e situamo-nos, no domínio da história intelectual.

O estudo dos partidos políticos também foi alvo de renovação. Serge Bernstein (2003) conta que para nascer um partido é necessário uma crise, uma ruptura profunda para que seja necessário a emergência de novas organizações que transformem uma tendência de opinião em algo que possa criar uma tradição de pensamento capaz de durar no tempo. O partido não nasce da decisão dos fundadores, e só tem chance de sobreviver se responder a algum problema fundamental da sociedade. Essa abordagem, retira os partidos como algo efêmero e coloca sob o domínio do estrutural, onde aparece como revelador de um problema profundo da sociedade.

Bernstein (2003) também revela alguns aspectos em relação aos partidos políticos: a duração no tempo, que garante uma existência que vá além da vida dos fundadores, e implica que esse partido responde a uma tendência profunda na opinião pública: a extensão no espaço, que supõe uma relação hierárquica entre a direção nacional e estruturas locais, abrangendo a população; a aspiração ao poder, que dispõe de um projeto global e que consiga superar suas contradições; e a vontade de buscar apoio da população, recrutando militantes e buscando votos, condição necessária para realização do objetivo anterior. O autor conclui seu ensaio, definindo o partido como um fenômeno histórico e pode fornecer ao historiador consideráveis quantidades de informações sobre grupos que se esforçam para reunir homens para alçar-se ao poder ou a organização da sociedade.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata das concepções dos principais líderes integralistas, Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso acerca da questão social, operária e sindical-corporativa, bem como os principais temas trabalhados por cada intelectual. Além de uma breve biografia de cada intelectual, para contextualizar a vida de cada autor, estabelecendo as condições em que as ideias foram desenvolvidas.

No segundo capítulo serão discutidos os principais grupos de oposição do movimento integralista no Brasil, FUA, ANL e PCB, em âmbito nacional e regional, de Santa Catarina, para que possamos enxergar as diferentes concepções, mas também, as mais claras disputas políticas na sociedade brasileira.

No terceiro capítulo será analisado o integralismo em Santa Catarina, seus principais líderes, a formação do diretório estadual e os primeiros núcleos, os motivos do sucesso eleitoral em 1936, desdobramentos desse evento político.

No último capítulo será realizado um estudo da imprensa integralista, em seguida, os jornais integralistas em Santa Catarina e a análise da fonte primária, o jornal *Flamma Verde*, a sua formação, análise das principais colunas que tratam da questão social e sindical-corporativa, dos discursos e ideias veiculadas individualmente, o papel do jornal na capital catarinense e no estado de Santa Catarina.

1. A QUESTÃO DO TRABALHO, OPERARIADO E SINDICALISMO PARA OS IDEÓLOGOS INTEGRALISTAS

1.1 Formação e trajetória política de Plínio Salgado

Plínio Salgado nasceu em 1895, na pequena cidade de São Bento de Sapucaí, no interior de São Paulo, filho do farmacêutico, médico prático, chefe político, delegado de polícia e presidente da Câmara, Francisco Esteves, e da professora primária Ana Francisca Rennó Cortez. (LOUREIRO, 2001)

Era o filho mais velho e teve quatro irmãos, em uma família extremamente católica e conservadora. Seu pai foi uma pessoa influente na cidade e participava ativamente da política local. Em sua cidade natal, Plínio participou de um clube de futebol, de um núcleo de teatro e também ajudou na fundação de um externato, sendo um dos primeiros docentes da instituição. Além disso, ministrava palestras sobre temáticas religiosas e questões relacionadas ao nacionalismo. (BERTONHA, 2019)

Sua primeira atuação jornalística ocorreu entre 1913 e 1919, em um semanário que dirigiu junto ao seu primo Francisco Rennó, chamado *Correio de São Bento*. Nesse periódico, Salgado publicava poesias parnasianas e crônicas, algumas delas reproduzidas no *Correio Paulistano* e outras divulgadas por Monteiro Lobato na *Revista do Brasil*. Ainda no interior paulista, fundou o Partido Municipalista em 1918, no qual reuniu líderes locais do Vale do Paraíba, e pelo qual militou até 1919, quando se mudou para São Paulo.

Plínio casou-se em 1918 com Ana Amélia Pereira, no entanto, a união teve curta duração, porque em menos de um ano ela faleceu, deixando-lhe uma filha de apenas 14 dias. Transtornado com esse fato, Plínio entrou em profunda crise espiritual, retornou à religião católica e desenvolveu uma visão espiritualista a partir da leitura de Jackson de Figueiredo e Raimundo de Farias Brito. (BERTONHA, 2019)

Em São Paulo, a partir de 1926, com a publicação do romance *O Estrangeiro*, considerado por Salgado o primeiro romance modernista, conquistou certo prestígio literário. A obra prenuncia muitas das ideias que posteriormente estariam presentes na Ação Integralista Brasileira (AIB), como o nacionalismo místico, o intuicionismo, a política de ideias em contraste com a politicagem, a visão do Brasil como síntese de todas as raças em harmonia social, o sertão como símbolo de renovação nacional e a importância de os intelectuais não se manterem alienados e despertarem para uma vida política.

A participação de Salgado no modernismo foi essencial para a formação do líder político do integralismo. Plínio não foi considerado um modernista de primeira prateleira em 1922, foi apenas citado e lido por Menotti del Picchia na Semana de Arte Moderna em São Paulo, mas foi ganhando relevância e destaque ao longo dos anos. Ainda fez críticas a Mário de Andrade que seria um “futurista radical”, “petulante”, “destruidor”. (BERTONHA, 2019)

Houve, dessa forma, um divisionismo no movimento modernista. Plínio colocou-se como defensor do verde-amarelismo, vertente nacionalista. Em oposição, estavam Oswald e Mário de Andrade que militavam pelo Movimento Antropofágico, o que denota relevância. Os trabalhos publicados entre 1922 e 1928, relacionam-se ao movimento e às disputas internas do modernismo. A revista *Novíssima* deu espaço aos verde-amarelistas como Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, além de outros que tinham relações com órgãos fascistas italianos em São Paulo. Ainda, Plínio Salgado fundou, em 1929, o movimento Anta que tinha um olhar indigenista, em que os tupis tinham a verdadeira nacionalidade brasileira, além de ampliar sua admiração por movimentos autoritários externos, como o fascismo italiano. (BERTONHA, 2019)

Plínio Salgado começou a sua vida profissional como jornalista na capital paulista, em razão da sua amizade com os irmãos Nuno e Leopoldo Santana que publicaram alguns trabalhos de Plínio na seção de letras. Nuno arranhou-lhe um emprego de suplente de revisor. Foi promovido a redator em 1921 e deixou o jornal em 1924, quando foi trabalhar no escritório de advocacia de Alfredo Egídio de Souza Aranha Jr. onde teria permanecido até 1928 (LOUREIRO, 2001).

No jornal procurou comentar sobre temas políticos e literários, buscou criticar os escritores de literatura contemporânea que sofreriam de influência estrangeira e que apenas a alma nacional poderia dar sentido à arte brasileira. Em relação à política, Salgado buscava uma renovação no PRP, a análise das novas realidades paulistas e já apresentava noções da sua ideologia como o sertão e o campo sendo a reserva da nacionalidade brasileira e os valores que combateriam o comunismo e o anarquismo. Ao final da década, Plínio encantou-se por Mussolini e o fascismo italiano. (BERTONHA, 2019)

Bertonha (2019) alerta que as ideias não estavam no vácuo, pois há de se lembrar que o jornal era porta-voz do PRP, por isso, as colunas endossavam as propostas de Júlio Prestes em defesa da agricultura paulista e teciam críticas à proposta de educação e higiene no campo do Partido Democrático (PD). O PD foi criado em 1926, por oligarquias liberais e setores da classe média, em oposição ao PRP, que agrupava os conservadores da elite oligárquica. (PRADO, 1986)

Plínio fez mínimos esforços nas fileiras *perrepistas* para defender ideias novas, somente atuou por uma maior autonomia municipal. O PD não oferecia condições melhores para Salgado, até mesmo por condições ideológicas, tendo inclusive apoiado antifascistas na cidade de São Paulo e defendido ideias de assimilação dos imigrantes italianos no país.

Em 1927 publicou *Literatura e Política*, obra em que expressava ideias nacionalistas de cunho fortemente antiliberal e agrarista. Seria sua primeira tentativa de interpretar politicamente a sociedade brasileira.

Em fevereiro de 1928, Plínio Salgado foi eleito deputado estadual, pela legenda do PRP, com 7441 votos (Alesp, s.d.). Sua produção legislativa foi baixa, no mandato procurou defender a agricultura paulista e foi fiel à liderança partidária e ao governador Júlio Prestes. Ao mesmo tempo, a sua produção jornalística, Salgado tinha opiniões particulares em relação ao resto do partido, era visto como um simpático ao fascismo (BERTONHA, 2019).

Plínio utilizou do palanque para divulgar suas ideias de modo a ampliar a repercussão dos seus discursos na tribuna, porém de forma limitada, apenas discursiva, pois deveria estar aliado ao poder estadual. Dessa forma, ele apresentou sua renúncia em 1930, acusando o partido de não se interessar por questões doutrinárias e a impossibilidade de fazer algo novo nos quadros dos velhos partidos (BERTONHA, 2019). Bertonha (2019) acredita que o abandono do cargo por parte de Plínio é uma das suas repetidas estratégias para alcançar maior espaço e pressionar lideranças, neste caso o PRP e Júlio Prestes.

Plínio foi gradativamente distanciando-se do *establishment* político paulista, um último afago a Júlio Prestes foi apoiar sua candidatura à Presidência da República. O que marca essa ruptura é a viagem que Plínio Salgado faz ao exterior financiada por Alfredo Egídio de Souza Aranha; para que Plínio fosse tutor de seu cunhado, Joaquim Carlos Egídio de Souza Aranha, e ampliasse seu horizonte intelectual e fizesse observações, lições e comentários.

Plínio embarcou no dia 26 de abril de 1930 e teria dito a Menotti del Picchia e a Mário Gracioti o seguinte: “Voltarei para fazer a Revolução”. Salgado chegou à Gênova em 11 de maio, a bordo do navio *Brasile* da Companhia de Navegação Italiana Sitmar. A viagem inicialmente passou por países do Oriente Médio (Egito, Palestina, Síria e Turquia). Depois visitaria os países europeus. Mas o realmente notável foi a audiência com o *Duce* Benito Mussolini no dia 14 de junho de 1930, que Plínio definiu como histórica, conforme relatada por ele, em uma série de artigos sobre os destinos da viagem, mas este, em específico, foi concentrado na experiência e na figura pessoal do *Duce*. (BERTONHA, 2019)

Plínio escreveu no jornal *O Paiz* (1930) que naquela tarde o *Capo dell'Ufficio del Capo de Governo* Lando Ferretti os recebeu e anunciou que Salgado e sua comitiva seriam recebidos por Mussolini às 18 horas. Na coluna é redigido sobre a extrema dificuldade de obter uma audiência com o *Duce* e que já havia o visto num filme sonoro no *Cine Odeon* em São Paulo, por isso, estavam numa extrema felicidade:

Nós eramos o Brasil-Novo que ia falar á Itália resuscitada no esplendor de uma juventude de primavera. A doutrina corrente entre os moços da nossa Patria coincidia, nas suas linhas geraes, com os largos lineamentos da idéa fascista. [...]

Todo esse espectáculo da Nova Italia era a criação milagrosa de um homem, que electriza as multidões, porque é portador de uma idéa, que arrasta, atrás de si, o tropel que retumba, de uma nacionalidade que marcha, irrevogavelmente, porque leva nas suas mãos o facho acceso da intelligencia. Esse o homem com quem iamos palestrar.

Esse era o Duce, que não me apparecera nas cogitações da ante-sala. E que irradiação de toda a sua pessoa, que luz no seu olhar, sobretudo, quanta humanidade, quanto sofrimento velho, quanto sonho e ideal, naquelle semblante, naquelle busto, que sabe arfar emocionado e sabe vibrar com o mesmo coração que vibra no ultimo homem dessas multidões freneticas que o ovacionam nas praças publicas em delirio! Esse era o verdadeiro Mussolini, que transitara por todos os caminhos da dôr; ferreiro e professor primario; soldado raso na guerra; Jornalista e agitador; emigrado, fugitivo que vende o seu ultimo canivete, para comer um pedaço de pão; homem de partido e chefe de uma revolução triumphante; homem de Estado, revelação genial.

Toda a sua affectuosidade vem da sabedoria profunda dos grandes interpretes humanos, que passaram pela vida sem titulos de nobreza, de abastança ou desciença official, conhecendo, pela fatalidade da sua condição, a angustia de todas classes e a proposição de todos os problemas. E por isso, Mussolini — eu o sentia naquella tarde — não é um chefe de escravos, mas um chefe de Homens. (SALGADO, 1930, p. 1)

Esse testemunho é significativo para compreender a admiração de Salgado pelo fascismo italiano, apesar disso, é essencial saber que Plínio Salgado acreditava que, no novo século, a humanidade seria dirigida por homens especiais que incorporaram o espírito do tempo (BERTONHA, 2019). E percebe-se que Plínio se intitula como representante brasileiro das novas ideias a falar com a Itália ressuscitada pela revolução fascista. Ainda, personifica a mudança italiana na figura de um homem, o *Duce*. Ele teria criado e portava a ideia milagrosa, sendo um cidadão que veio das camadas populares, por isso trazia consigo dor e sofrimento de todo o povo italiano e de forma heróica com uma grande sabedoria para interpretar os grandes intelectuais. Tal perspectiva seria incorporada ao integralismo, articulando a ideia do Chefe Nacional à organização do movimento.

Em seguida, Plínio (1930) comenta a troca de ideias com Mussolini e é importante destacar que Salgado ancora seu pensamento em uma tradição brasileira, reconhece afinidades com o fascismo italiano, mas também suas diferenças e estabelece seu programa como atracado na realidade brasileira e quer capitalizar o prestígio fascista:

Expliquei a Mussolini como se está formando, a este respeito uma consciencia no Brasil. Desde o começo deste seculo, em contraposição a preconceitos literarios e jurídicos, a gradual formação de uma consciencia realista que deriva de Alberto Torres e Euclides da Cunha e vem até á geração atual. Nosso programa é o do imperativo das circunstancias.

Conto-lhe, então, a nossa campanha, desde 1922. Embora muito differente do fascismo, por motivos geographicos, historicos, ethnicos, sociaes e políticos, ella tem, pontos de contacto com os ideaes da Nova Italia. Cremos uma literatura nacionalista e uma política de realidades. (SALGADO, 1930, p. 5)

Ao final do artigo, Mussolini reconhece que a Revolução só se faz com um princípio de ideias para formar uma consciência e definir um espírito. Plínio Salgado volta decidido a batalhar pelo Brasil e fazer justiça à Itália. No dia 5 de julho enviou uma carta ao seu amigo, senhor Manuel Pinto da Silva, tabelião em São Bento de Sapucaí com elogios ao fascismo, Mussolini e suas pretensões ao chegar da viagem:

Tenho estudado muito o fascismo: não é exatamente esse o regime que precisamos aí, mas é coisa semelhante. O fascismo aqui, veio no momento preciso, deslocando o centro da gravidade da política, que passou, da metafísica jurídica, para as instituições das realidades imperativas. O Estado fascista, sendo uma concepção mais ampla do que os limites traçados ao conceito do Estado nos regimes de índole liberal-democrática, veio interferir em várias atividades, modificando lineamentos anteriores do direito constitucional, do direito administrativo e influindo mesmo na esfera civil, comercial e criminal, porque o fascismo não é propriamente uma ditadura (como está sendo o governo da Rússia) e sim um regime. Penso que o Ministério das Corporações é a máquina mais preciosa. O trabalho é perfeitamente organizado. O capital é admiravelmente controlado. O Parlamento é constituído pela representação de classes [...].

Volto para o Brasil disposto a organizar as fontes intelectuais esparsas, coordená-las, dando-lhes uma direção e iniciando um apostolado. Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu progresso, dada a situação diferente do nosso país. Também como eu, ele pensa que, antes da organização de um partido, é necessário um movimento de ideias. Aliás, a minha orientação não teve nenhuma influência fascista. O encontro com Mussolini foi apenas um movimento histórico em que tomei uma decisão. É a fascinação de Roma. Em Roma tudo nos convida à luta.

Em Roma [...] refleti sobre a necessidade que temos de dar ao povo brasileiro um ideal que o conduza a uma finalidade histórica. Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o nacionalismo, impondo ordem e disciplina no interior, impondo nossa hegemonia na América do Sul, principalmente no Prata. Voltarei para o combate cheio de entusiasmo.² (SALGADO, 1936, p. 20-21)

Fica claro aqui que a viagem representou um marco na consolidação de sua visão política, das suas inspirações fascistas, mas cabe ressaltar a importância que ele dá ao corporativismo italiano e a estrutura política, econômica e social, distinta da vigente no Brasil. A admiração ao Ministério das Corporações, o controle do capital, organização do trabalho

²Na transcrição desse documento para a posteridade, Maria Amélia Salgado Loureiro omitiu a parte do elogio ao fascismo e a Mussolini.

indicam a posição que o integralismo defenderia na questão do trabalho e organização sindical e trabalhista.

Maria do Pilar Vieira (1978) entende que a viagem de 1930 teve como objetivo ter contato com os anticomunismos e os fascismos europeus, a qual teria não somente fornecido o ímpeto final para transformar as novas ideias em um programa político, mas também inspirado os instrumentos necessários (rituais, símbolos, organização) para comandá-lo. João Bertonha (2019, p. 70-71) acredita que “foi justamente sua visita à Itália que lhe permitiu inserir sua experiência brasileira e suas ambições nacionais com o *espírito do tempo*.”

Por outro lado, de acordo com Miguel Reale (1986), Plínio não aprofundara os estudos da doutrina fascista, apenas fazendo a acepção de linhas gerais, que pareciam correspondentes com o espírito do tempo que deveriam ser consonantes com as circunstâncias brasileiras. Plínio era entusiasta de Farias Brito, o entendia como expressão máxima do espiritualismo no Brasil e com Oliveira Viana e Alberto Torres que tinha sua compreensão da política nacional.

Salgado também desenvolveu relações com membros que desenvolviam o corporativismo português, não hesitou em elogiar intelectuais portugueses como António Sardinha e que serviu de inspiração para o desenvolvimento do integralismo brasileiro, entre eles o Integralismo lusitano e o Estado Novo de Salazar. O IL auxiliou como inspiração política, enquanto o regime salazarista era respeitado por sua habilidade política de proximidade com a Igreja Católica. (SANTI PACHECO, 2025)

Ao desembarcar no Rio de Janeiro no dia 4 de outubro de 1930, Plínio Salgado teve de lidar com a Revolução em andamento liderada por Getúlio Vargas e a Aliança Liberal derrotada na eleição em desfavor de Júlio Prestes, candidato eleito nas disputas ocorridas em março do mesmo ano. No dia 24 de outubro, Washington Luís, presidente em exercício, foi preso e deposto, assumindo uma junta militar liderada por Vargas.

Plínio de imediato manteve o apoio a Júlio Prestes até a derrocada final, tornou-se crítico da Revolução a qual ele chamava de “liberalesca, chefiada por ratões politiqueiros e mesclada por elementos da esquerda radical”. (LOUREIRO, 2001, p. 164) Salgado refere-se à uma oligarquia dissidente que dirigia o movimento, em manutenção de um sistema que ele estava disposto a mudar. Posteriormente, a memória oficial de Plínio diria que ele não fora perseguido pelos gaúchos que tomaram o poder, pois escrevera artigos antiliberais que causou apreço ao interventor de São Paulo, tenente João Alberto, que inclusive desejava visitá-lo e pediu que redigisse o Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo. (LOUREIRO, 2001)

Reale (1986) confirma a ida de Plínio Salgado ao Palácio dos Campos Elíseos para falar com o tenente João Alberto e soube que seus artigos eram lidos por oficiais exilados na Argentina que não haviam aderido ao programa comunista de Luís Carlos Prestes.

O conceito de revolução pliniano denota uma real mudança do Estado, à primeira vista, após os movimentos em 30 são vistos por Plínio como uma tomada do poder de assalto sem saber o que fazer depois, sendo assim ele define o termo da seguinte forma: “Revolução compreende necessariamente transformulação do Estado. Os valores legitimamente revolucionários são aqueles capazes de "meter ombros a um novo ordenamento do Estado”. (SALGADO, 1953, p. 60)

Plínio identificava inconsistências ideológicas no regime provisório de Vargas com vários projetos em disputa e sua participação na Legião Revolucionária de São Paulo foi motivada por isso. Uma figura importante nesse contexto é a de Osvaldo Aranha e sua relação com as Legiões. A casa de Aranha foi espaço de discussões com Salgado e articulou um Congresso de Legiões com a intenção de celebrar um acordo em nível nacional para dar suporte ao governo provisório. Salgado retirou-se do Congresso depois de ter sua participação contestada por ter apoiado Júlio Prestes. (BERTONHA, 2019) Ainda assim, Plínio foi uma pessoa importante para a Legião paulista, pois ele redigiu o Manifesto publicado em 3 de março de 1931.

O manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo, no entendimento de Miguel Reale (1986), por sua generalidade, poderia servir tanto para um movimento de direita quanto para esquerda.

Nesse manifesto, tópicos que fundamentam posteriormente as políticas e ideais integralistas já aparecem, como Estado forte, interventor econômico, ordenador e coordenador das forças produtivas, organização do trabalho, organização de classes, crítica aos sindicatos autônomos entre outros. O manifesto levantou muitos questionamentos e críticas a Plínio Salgado na quase totalidade da imprensa, sendo indicado como “verde-amarelista”, “reacionário” e fascista”. Apesar disso, nomes de grande destaque como Oliveira Vianna, Tristão de Athaide e Azevedo Amaral elogiaram o teor do manifesto. (CHASIN, 1978)

As Legiões foram um fracasso e para Plínio foi um desastre, pois perdeu influência e obteve repulsa dentro do próprio movimento, sendo alijado e posteriormente saindo do movimento. A Legião não manteve esforços para rebater as críticas ao documento, dando a entender que Salgado era uma voz isolada. (BERTONHA, 2019) Plínio já havia sido criticado nas páginas do Correio da Manhã (1931) por ser um antigo perrepista e próximo a Olavo e Alfredo Egídio.

O próximo passo da trajetória pliniana é a fundação de um jornal: *A Razão*. Para Plínio Salgado antes da mudança no Brasil, haveria de passar por um período de doutrinação para tornar suas ideias ainda mais conhecidas, especialmente nos círculos de direita, quando finalmente rompeu com o PRP.

Maria Amélia (2001) filha de Plínio Salgado e autora do seu livro memorialístico, cita o jornal como uma plataforma de expandir os ideais do pai através de um nacionalismo sadio e antepor-se ao comunismo internacional. Em uma carta a Augusto Frederico Schmidt, Plínio conta a ideia do jornal, no entanto, contradiz Maria Amélia, e cita que o caráter do jornal é de um nacionalismo radical. Ademais, Plínio conclama na carta, a união das forças morais e espirituais para uma batalha e tornar o jornal um lugar comum a intelectuais e movimentos de direita.

Embora tenha tido curta duração, aproximadamente um ano, o jornal *A Razão* desempenhou papel estratégico na difusão das ideias de Plínio Salgado, funcionando como espaço de experimentação política e de articulação com intelectuais da direita. Como observa Bertonha (2019), sua importância não reside na longevidade, mas na capacidade de consolidar uma rede de colaboradores e projetar o nacionalismo antiliberal que seria a base da AIB.

Fundado em 5 de junho de 1931, segundo Maria Amélia (2001), o jornal foi empastelado por uma multidão, guiada por Sílvio de Campos e Alfredo Ellis Júnior, no dia 23 de maio de 1932, a principal motivação do ataque foi a campanha do jornal contra a Assembleia Constituinte, pois temia a restauração de uma ordem liberal-democrática. No mesmo dia, os jovens Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo foram mortos, cujas iniciais formam o acrônimo MMDC e culminaram no levante de 9 de julho, a Revolução Constitucionalista de São Paulo.

O financiamento por parte de Alfredo Egídio permitia Plínio não depender de propagandas e outros meios para fazer o jornal funcionar. (BERTONHA, 2019) Sendo assim, Salgado obteve ampla liberdade editorial para tratar nas suas colunas e uma grande distribuição nacional do periódico. Diariamente na abertura, Plínio escreveu sua Nota Política, uma análise da situação do país e punha em evidência autores nacionais como os já citados Alberto Torres, Farias Frito, Euclides da Cunha entre outros, além de rememorar fatos da Monarquia e da República. Nesses artigos, algumas bases do movimento integralista foram publicadas e refinadas, entre elas, o nacionalismo, o anticapitalismo cosmopolita e o antiliberalismo. O comunismo ainda não era um tema relevante em 1931 e 1932, por isso pouco aparece. O próximo passo é a fundamentação da ação política, para isso é fundada a Sociedade de Estudos Políticos.

A SEP foi o prenúncio da Ação Integralista Brasileira, fundada em 24 de fevereiro de 1932 em São Paulo, obteve uma projeção nacional. Plínio conseguiu articular toda sua força e liderança adquirida por suas atividades ligadas ao jornal *A Razão* para atuar no campo político. Salgado foi contemplado com boa sorte por ter tido seus arquivos salvos do ataque à sede do jornal. Plínio (1935, p. 23-24) resumiu da seguinte forma:

Sua sede era em São Paulo, mas a sua rede de adeptos estendia-se por todo país. Seriam os primeiros apóstolos do Integralismo, que iam sendo preparados para o mister, sem o perceberem.

A obra selecionadora da SEP deveria durar um ano. A destruição do jornal em que ia formando adeptos, precipitou a transformação do instituto cultural, que foi absorvido por uma das suas seções, aquela a qual, de propósito, dei sempre menor importância. Essa seção chamava-se “Ação Integralista Brasileira”. Era o fruto que irrompia a flor.

A singular circunstância de não terem sido tocadas pelos destruidores do jornal, escapando intactas das labaredas do incêndio que devorou toda a mobília, a secretaria e a estante onde se achavam os arquivos e fichários da SEP e da “Ação Integralista”, fez-me compreender que o meu esforço, agora, tinha que partir desses papéis.

A primeira reunião de organização da SEP contou com a participação de Ataliba Nogueira, José de Almeida Camargo, Mário Graciotti, Cândido Mota Filho, Sebastião Pagano, Alpinolo Lopes Casali, Eduardo Rossi, Carvalho Pinto e Arlindo Veiga dos Santos entre outros estudantes de Direito. Na assembleia de fundação nomes que seriam importantes para o integralismo também marcaram presença, entre eles, Roland Corbisier, Almeida Salles, Goffredo da Silva Telles, Fernando Callage, entre muitos outros.

O manifesto da criação da SEP em muitos pontos converge com o Manifesto Legionário de 1931 e caracterizava-se pelo nacionalismo, defesa de um Estado forte, o antiliberalismo e a cooperação entre classes.

O movimento contou com a participação de 148 membros e reuniu companheiros de partido, do jornal *Correio Paulistano*, de jovens estudantes de Direito entusiasmados com palestras de Plínio Salgado, intelectuais cariocas, membros da Ação Imperial Patrianovista (monarquistas), como Sebastião Pagano, tradicionalistas católicos como Plínio Corrêa de Oliveira, Olbiano de Mello, de Minas Gerais e Severino Sombra, do Ceará. (BERTONHA, 2019)

A SEP mantinha um órgão coletivo com várias comissões temáticas de estudos: economia, higiene e medicina social, história e sociologia, religião, política internacional, arte e literatura. A Sociedade funcionava além de um grupo de estudos, buscava manter células espalhadas por outros cantos do país, inclusive com uma seção da SEP no Ceará, sob o comando de Severino Sombra. Essa organização facilitou, posteriormente, a expansão do

movimento integralista. Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia sequer participaram por entenderem ser melhor manter-se na máquina pública estadual.

Para Plínio Salgado, não bastava ser uma organização de discussão de ideias, haveria de se transformar em uma organização política e de mobilização popular. Motta Filho foi um membro que gerou conflito nessa questão, queria que se mantivesse apenas como uma instituição cultural. A versão da memorialística oficial é de que Motta Filho sabia da evolução dos acontecimentos em São Paulo que chegariam no dia 9 de julho, data da Revolução Constitucionalista e por isso deixou a sociedade. (LOUREIRO, 2001)

O empastelamento do jornal *A Razão* foi a gota d'água para a criação da SEP e para a expansão das ideias que se desenvolveram e deram origem à AIB. Cândido Motta Filho foi vencido, e o Manifesto da AIB acabou aprovado pelos membros em assembleia da SEP. Com a eclosão da Revolução de 1932, a publicação do Manifesto foi adiada. Durante esse período, a vida de Plínio é relatada como extremamente difícil: ele teve de mudar-se de lar e, sem os proventos do jornal, precisou contar com a ajuda de Alfredo Egídio e Mário Gracioti. (LOUREIRO, 2001)

Após a derrocada dos paulistas, é publicado o *Manifesto de Outubro*, em 7 de outubro de 1932, que deu início formal à Ação Integralista Brasileira (AIB). Pela primeira vez, era formado um partido de massas a serviço de uma direita radical que pretendia estabelecer um regime no Brasil, inspirado no sucesso de Mussolini na Itália, com temperos brasileiros.

O Manifesto de Outubro de 1932 nos seus 10 capítulos repete, incessantemente, ideias de Ordem, Disciplina, Harmonia Social, Autoridade e Unidade Nacional. Vejamos alguns trechos³:

Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual. [...] Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro. Por isso, a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. [...]

Somos pelo Brasil Unido, pela Família, pela Propriedade, pela organização e representação legítima das classes; pela moral religiosa; pela participação direta dos intelectuais no governo da República; pela abolição dos Estados dentro do Estado; por uma política benéfica do Brasil na América do Sul; por uma campanha nacionalista contra a influência dos países Imperialistas, e sem tréguas, contra o comunismo russo. [...]

Queremos o operário, com garantia de salários, adequados às suas necessidades interessando-se nos lucros conforme o seu esforço e capacidade; de frente erguida, tomando parte em estudos de assuntos que lhe dizem respeito; de olhar iluminado,

³ AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Manifesto de Outubro de 1932. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932.

como um homem livre, tomando parte nas decisões do governo, como um ente superior.
[...] extintos os partidos, o governo municipal repousará na vontade das classes.

Os tópicos selecionados se relacionam para entender a proposta integralista para o operariado e a organização de classes. Acima percebemos que o integralismo deseja a superação dos partidos políticos, divisões regionais por um modelo de organização política por meio das classes profissionais que elegem desde o âmbito municipal, o qual deve deter maior autonomia, até o Chefe da Nação. O Manifesto de Outubro de 1932 consolida o programa integralista ao afirmar a rejeição simultânea ao comunismo e à democracia liberal, vistas como ameaças à unidade nacional. Sua proposta baseava-se na exaltação do nacionalismo e na valorização de pilares como a moral religiosa, a família e à propriedade, elementos que estruturam a visão integralista de organização do trabalho e das classes sociais. Temos também uma luta por direitos do operário, que também seria garantido nas representações de classe, salário digno, mobilidade social, porém sempre em harmonia e cooperação, além de participação nas decisões políticas. O *Estado Integralista* baseia-se na organização corporativista da sociedade. Os poderes tradicionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) são repaginados e passam a representar as organizações de classe por meio das classes produtoras, municípios e a família.

1.1.1 Doutrina integralista de Plínio Salgado

Para Araújo (1988, p. 25) não podemos dizer que os autores visitados por Plínio antes de 30 sejam irrelevantes. Longe disso, “o seu contato com o positivismo, com o espiritualismo católico, com o pensamento fascista e, especialmente, com o nacionalismo modernista, representam um papel da maior importância na confecção da síntese ideológica por ele proposta após 1932.”

Plínio Salgado escreveu dois livros para diferentes públicos, nos quais divulgava as ideias síntese do seu programa integralista. *O que é integralismo* é dedicado à massa popular, operários da cidade e trabalhadores do campo, já *Psicologia da Revolução* é destinada àqueles que pretendem influir no destino do povo, dirigida às elites. Salgado descreve duas categorias básicas da doutrina integralista, o espiritualismo e o materialismo. Dois planos essenciais e antagônicos de existência humana, que sempre existiram, em todos os tempos.

Uma nação em que predomina o materialismo perde seus fundamentos para tornar-se um aglomerado de individualistas egoístas, céticos e usurários, acaba por deixar “uma massa trabalhadora oprimida, angustiada, mas sem consciência de sua dignidade moral, oscilando ao sabor dos ventos da demagogia soprados por todos os revoltados e vencidos.” (SALGADO, 1956, p. 23) Nesse cenário, o materialismo, prevalecendo entre os mais ricos, oprime as classes populares, que acabam caindo em discursos demagógicos. Plínio, portanto, trabalha com a ideia da conscientização moral e espiritual para canalizar seus objetivos por meio da revolução espiritual.

Para combater o materialismo, surge a concepção espiritualista da vida, baseada em valores associados à crença em Deus, na imortalidade da alma e na certeza de que o fenômeno humano é transitório, condicionado a uma aspiração maior. Essa concepção valoriza a solidariedade, fraternidade e compaixão. Para interferir nas leis da matéria, os espiritualistas devem alcançar a conscientização e participação de todos, para que todos juntos derrotem o materialismo, processo que Plínio chama de revolução.

As duas categorias se transformaram em verdadeiras chaves da História para Plínio Salgado, capazes de explicar qualquer período da história sem a necessidade de adaptação. Como bem observa Ricardo Benzaquen de Araújo (1988), essa oposição simplificada é central para a construção da ‘síntese ideológica’ integralista.

Outra categoria que explica o pensamento de Salgado é a divisão da humanidade em três civilizações: politeísta, monoteísta e ateísta. Acerca da humanidade ateísta, o capitalismo é sua expressão econômica, em que as pessoas são definidas pelos bens que elas adquiriram e a riqueza é a finalidade única. Nesse contexto, a humanidade está em busca de prazeres e compete pelos bens materiais, beneficiando os mais poderosos. O liberalismo legitima essa desigualdade, dando origem a uma sociedade de classes dividida entre burgueses e operários, vitoriosos e derrotados.

A crítica de Salgado ao estado liberal-democrático está diretamente ligada à sua visão de organização do trabalho. Para ele, o sindicalismo livre e a luta de classes eram sintomas da ‘civilização ateísta’, que deveria ser superada pelo corporativismo integralista. Os burgueses se importariam apenas em adquirir riquezas e maximizar lucros, desconsiderando os mais desassistidos, os operários tornam-se mercadoria e são extremamente desvalorizados.

Salgado também rejeita o voto no sistema oligárquico: “o voto é a grande mentira que serve de instrumento à opressão das massas trabalhadoras, iludidas na sua boa-fé”. (SALGADO, 1956, p. 31) Para ele, o sufrágio universal reduz-se a uma abstração,

transformando o cidadão em um votante e pagador de impostos, sem eficácia prática na legitimação da vontade popular.

A exploração não se dá somente entre patrões e empregados, mas também em burgueses maiores e menores, resultando em monopólios na sociedade capitalista. Essa concentração de propriedade, segundo Salgado (1956), teria como fim último o regime socialista na União Soviética em que o Estado torna-se o último burguês, concentrando todo poder e propriedade.

No Brasil, a civilização ateísta convive com um âmago espiritualista, raramente percebido pelas elites litorâneas, mas mais evidente no interior do país, encarnado na figura do caboclo. É através dele que se criaram costumes, hábitos compartilhados, estradas e escoamento das primeiras produções; essa acumulação durante o período colonial constitui, para Salgado (1953), a verdadeira nacionalidade brasileira.

Dominadas pelos caudilhos e exploradas pelos burgueses, os caboclos nunca tiveram a oportunidade de influir nos destinos da Pátria. É com eles que pode ocorrer o triunfo do espiritualismo e a derrota do materialismo, na visão salgadiana.

A origem e o significado do espiritualismo na figura do Sertão podem ser explicado a partir do Brasil Colônia e a oposição campo/cidade, considerando os elementos que formaram o país. O encontro dos portugueses com os Tupis fora harmônico porque os indígenas eram politeístas com uma espiritualidade desenvolvida. O espiritualismo nativo juntamente com o espiritualismo cristão fortaleceu-se com os rituais africanos introduzidos pelos escravos dando origem a uma sociedade extremamente espiritualizada. Ademais, a escravidão é descrita por Salgado (1953) como uma “mancha indelével” na história nacional, no entanto, para ele, em regra geral, era uma “vida perfeitamente democrática”, apesar do tratamento odioso de alguns fazendeiros indignos.

É na figura do caboclo, na mistura de sangue, que se dá a unidade nacional. As diferenças se atenuam, unindo-se valores e sentimentos numa identidade racial em comum. Para retorná-la a essa consciência, Salgado julga necessário acontecer uma revolução interior: não basta retirar a camada liberal e capitalista do brasileiro, mas transformar o seu espírito.

As instituições liberais, defasadas, deveriam ser suplantadas por organizações de participação popular, universal e ilimitada, que incluíssem todos os cidadãos para que pudessem intervir em todos os espaços da vida social, orientados por uma única ideologia, a doutrina integralista.

Temos uma absolutização da liberdade positiva, na qual se busca eliminar todas as diferenças entre os grupos sociais. Essa eliminação vai resultar na exigência de permanente

mobilização do corpo social para ensejar na forma de governo proposto pelo integralismo e também no caráter obrigatório e indispensável, mesmo daqueles que não querem exercer seus direitos. (ARAÚJO, 1988)

Todos os indivíduos são transformados em militantes, este é um dos elementos que define a perspectiva totalitária, “é a hipertrofia absoluta do anseio de participação”, além da “indistinção entre a noção de igualdade e identidade”, termina por cercear as prerrogativas individuais, sendo tuteladas pela força pública, sem poder desfrutar da “liberdade negativa”. (ARAÚJO, 1988)

O totalitarismo sempre defende uma “totalização absoluta, homogeneizante, disposta a eliminar todas as particularidades e diferenças, contidas no interior do corpo social, pela ação de uma ideologia unificadora”. (ARAÚJO, 1988, p. 81)

Hélgio Trindade (1979) caracteriza a estrutura da AIB como uma organização burocrática e totalitária, com relações rígidas hierárquicas e submissão dos militantes, refletindo elementos totalitários no movimento. A organização também funcionava como um modelo pré-estatal, inspirada no modelo teórico do Estado Integral.

Essa lógica totalizante da ideologia do Plínio afastou pensadores católicos, juristas, sociólogos com ideias conservadoras dos anos 30, alguns tiveram seu pensamento incorporado no Estado Novo. Autores como Octávio de Faria e Alceu Amoroso Lima, ligados a uma perspectiva católica e conservadora estiveram muito próximos do movimento, porém não aliaram-se completamente às ideias integralistas. Estes defendiam ideias como a “recatolização das elites”, um ideal aristocrático e autoritário, muito longe da perspectiva homogeneizante e totalizante de Plínio Salgado. (ARAÚJO, 1988)

1.2 Miguel Reale e o Corporativismo Integralista

Miguel Reale (1933) foi um dos principais líderes integralistas e dentro dele se ateve à organização do Estado Integral e a grande preocupação com a questão social. Ingressou no integralismo em novembro de 1932 e logo tornou-se Secretário de Doutrina e membro do Conselho Supremo da AIB. Diferente de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, Reale preocupou-se com a dimensão real e prática dos problemas sociais brasileiros e desenvolveu importantes reflexões sobre o corporativismo, a classe operária e o problema sindical.

Reale nasceu em São Bento de Sapucaí em 1910, filho de uma família predominantemente de ascendência italiana, com formação secundária no Colégio Dante Alighieri em São Paulo, esteve em contato permanente com a cultura italiana e a ideologia

fascista. Essa aproximação não indica total aderência, ainda que ele fosse fluente na língua italiana o que permitiu uma maior ambiência nos debates e o acesso a novas informações sobre o fascismo. (BERTONHA, 2013)

Miguel Reale, posteriormente formou-se na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo em 1934, atingindo o doutorado em 1941. Além disso, foi um pensador social que buscou através do pensamento nacionalista e autoritário a resolução de conflitos sociais. Foi reconhecido como um jurista de grande relevância, tendo publicado muitos livros, ocupando cargos públicos como a Reitoria da Universidade de São Paulo, bem como privados. (BERTONHA, 2013)

A juventude universitária se dividia politicamente, parte dela estava no PD, sob a bandeira do voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral, além da luta contra a corrupção na administração pública. Mas muitos ficaram entusiasmados pelo programa da Aliança Liberal de Getúlio Vargas. Com a Revolução de 30, a Faculdade de Direito transformou-se em um reduto de revolucionários. (REALE, 1986)

Miguel Reale (1986), que se considerava marxista revisionista, alistou-se em um batalhão universitário de socialistas e liberais na Revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932. A justificativa para adentrar as trincheiras era um sentimento de injustiça por um domínio alheio às tradições paulistas e a perda de autonomia estadual, além de um espírito de amizade.

Reale (1986), na sua militância universitária, denunciava os comunistas que atuavam na Legião Revolucionária pelo uso das greves operárias para interesses políticos escusos. Além disso, seu engajamento nas trincheiras paulistas revela o estado de transição de suas idéias políticas. No seu primeiro trabalho de caráter político chamado *A Crise da Liberdade*, buscava emancipar-se do marxismo, mas sem renegar algumas ideias que compatibilizam a tentativa de conciliar socialismo com o liberalismo, baseando-se em dois autores, Henri de Man e Arturo Labriola.

A formação acadêmica permitiu a Reale, diferente dos outros líderes integralistas, um maior rigor acadêmico. Araújo (1988a, p. 5) destaca aspectos que os diferem como “cultura jurídica, informação socialista, e erudição sociológica, são, a meu ver, os principais ingredientes da conservadora visão que Reale vai construir do integralismo”.

Reale (1986) atribui sua adesão ao Integralismo, em grande parte, por suas desilusões com as duas revoluções das quais participou. Em sua consciência fortaleceram-se os valores de ordem e de dedicação aos ideais da nacionalidade, deixando de lado as suas antigas ideias

socialistas liberais, embarcando no espírito do tempo que resultou em sistemas de cunho autoritário.

Reale (1986) justifica as inspirações no fascismo italiano como parte de uma doutrina que poderia ser considerada universal, mas afasta a conivência e o apreço ideológico pelos desdobramentos da Itália fascista em violência e ideias totalitárias. Para comprovar isso, ele cita que em 1932, quando o Integralismo foi fundado, o fascismo vivia sua fase criadora, sob a influência dos filósofos Giovanni Gentile e Ugo Spirito e os juristas Giorgio Del Vecchio, Antonio Navarra e Ugo Redanò e não havia sido desviado de suas fontes originárias resultando em um totalitarismo.

Além da tese de fortalecimento dos poderes do Estado, a principal inspiração para a formação do corporativismo integralista foi desenvolvida pelo economista romeno Mihail Manoilescu que escreveu duas obras, *Le Siècle du Corporativisme* e *Doctrine du Corporatisme Intégral et Pur*, publicados em 1934 que visava superar a solução fascista através do corporativismo livremente constituído. Modelo que, segundo Reale, (1986) coincide em boa parte com sua primeira obra, *O Estado Moderno*, do mesmo ano.

O exame da obra de Miguel Reale começa, inevitavelmente, por *O Estado Moderno*, texto que foi publicado em 1934 e é o livro que teve maior repercussão na época. Reale (1983a) explica, posteriormente, que deve-se à atualidade dos temas versados, bem como pelo teor polêmico. Antes dele, já havia publicado um pequeno trabalho intitulado *Posição do Integralismo*, que pode ser considerado complementar ao Manifesto de Outubro, ponto de partida da história integralista.

A contribuição mais significativa desta obra para a pesquisa está, sobretudo, no IV Ensaio, Fundamentos do Estado Integral. (REALE, 1983b) É apresentada uma crítica ao regime democrático liberal e seus princípios como o voto através do sufrágio universal. O voto seria uma “expressão cívica ilusória”, pois não há nenhum interesse direto do eleitor, sendo assim, o sujeito vota de acordo com as circunstâncias locais, para obter algum tipo de vantagem.

A partir dessa crítica, Reale formulou sua proposta de democracia integral, que requer o fechamento dos partidos políticos porque são corpos estranhos e servem para impedir ou deturpar a manifestação da vontade do povo. Os nascimentos dos partidos têm surgido pelo desencontro de interesses ou desentendimento entre os políticos. Partidos sem doutrina e diretrizes ideológicas, é preferível um rótulo que chame a atenção. Para Reale, quando partidos pensam do mesmo modo e estão separados, há divergência de interesses, pois só a Ideia deve unir ou separar as pessoas.

O partido seria uma associação comercial com o fim de explorar a matéria prima do voto e fabricar o produto deputado. Ainda podemos caracterizar os partidos como expressões dos grandes centros, heterogêneos porque reúnem elementos de diversas ocupações, transitórios porque duram enquanto não há novos descontentamentos pessoais e de vida intermitente, pois só aparecem em dia de eleição. (REALE, 1983c)

O modelo para Reale está definido na centralização política e descentralização administrativa. A centralização deverá atuar no sentido de libertar as diversas regiões de corpos estranhos que têm impedido a sua expansão de possibilidades. E uma descentralização que dê mais poder aos municípios na sua própria administração. Assim, município e corporação são os caminhos fundamentais na formação do Estado Integral. As províncias, através das Federações sindicais, juntar-se-iam para formar o Conselho Provincial e elegeriam seus governadores. O federalismo toma outra dimensão, diferente do regime liberal que se fragmentava em partidos regionais.

O município é um tipo de cooperativa formada pela união dos esforços dos trabalhadores do braço, do capital e da inteligência. Segundo o sistema corporativista-integralista, em cada município as classes se organizam. Existem associações de trabalhadores, mas é preciso que tomem uma maior complexidade e influam na vida política do país. “A vida municipal será dirigida pelo Conselho Municipal, formado de representantes de vários sindicatos, e pelo Prefeito indicado pelo Conselho ao órgão técnico de cada província” com uma garantia de autonomia municipal. (REALE, 1983c, p. 199)

O Integralismo, para Reale (1983b), não é uma negação da democracia, mas sim o movimento que busca lançar base no único regime democrático possível, pois combina o critério geográfico com o grupal. A vida democrática, no sentido da autodeterminação, é maior no sindicato do que no município e a democracia Integral tem a sua base no grupo profissional, na sua expressão de sindicato.

O sindicato integralista propõe ser diferente da representação de classes do tipo marxista. Para Reale (1983b), os marxistas organizam cada sindicato como uma sociedade de direito privado empenhado unicamente na luta de classes, sem admitir a colaboração entre elas. No Estado Integral, ao contrário, a representação nacional não se dá por classes, mas através das profissões organizadas. Nesse regime, cada indivíduo vota de acordo com sua atividade profissional, podendo um eleitor pertencer a várias organizações sindicais e votar mais de uma vez. Assim, o sindicato torna-se pessoa de direito público e a corporação, que representa a produção, passa a ser órgão institucional do Estado, além do município e da

província. Dessa forma, o proletariado terá um lugar dentro do organismo estatal ao lado de outras forças produtoras, e o voto representa um interesse real.

Miguel Reale, após ser afastado da Secretaria Nacional de Doutrina da AIB, fundou o jornal *A Ação*, em 1936. Esse jornal, que pode ter sido o primeiro a dedicar uma seção especial ao movimento sindical, divulgando reuniões, atividades e as reivindicações das associações profissionais e com tópicos especiais discutindo o papel do sindicato na contemporaneidade. Um dos seus redatores foi Jeovah Motta, que assumiu a liderança da AIB em São Paulo e ampliou o discurso social e antiburguês, sem causar escândalo algum, por exemplo, quando publicava discursos do Pe. Hélder Câmara, em 30 de março de 1937, pregando por maiores salários aos trabalhadores. (REALE, 1986)

“Os trabalhadores, no Estado Integral, são membros de sindicatos que são células integrantes do Estado”, escreve Reale (1983b, p. 161) e podem reunir-se em sindicatos privados, no entanto, apenas o sindicato de direito público tem seus contratos coletivos como leis para toda categoria. Os contratos devem necessariamente decidir as garantias do Tratado, desde proteção contra invalidez, bem como a participação dos operários nos lucros das empresas. E disposições contrárias não serão aceitas. Podemos ver que os integralistas oferecem boas condições de trabalho aos operários, fixando normas que não são vistas cotidianamente, estabelecendo uma forma de economia distributiva.

Reale busca demonstrar um pretenso protagonismo operário. Enquanto no Estado Liberal, o operário recebe direitos como uma bênção divina; no Estado Corporativo é o próprio operário que conduz o seu caminho, tem a oportunidade de legislar através do seu órgão representativo da sua profissão.

O sindicato, de direito público, deve cumprir algumas obrigações para ser reconhecido: reunir no mínimo 10% de indivíduos de cada profissão; propor-se a tratar de interesses no campo da assistência, da instrução e da educação moral e nacional; não ter ligações com organizações estrangeiras e que seus dirigentes tenham uma boa conduta e competência.

Os sindicatos passam a ser um organismo nacional com quatro funções complementares:

- a. Função política – pela indicação livre dos representantes aos Conselhos Municipais Provinciais, aos Conselhos Econômicos Provinciais e à Câmara Corporativa Nacional, diretamente ou através de seus órgãos hierárquicos.
- b. Função econômica – pela participação de seus órgãos superiores na solução dos problemas da economia nacional e pela estipulação dos contratos coletivos.
- c. Função cultural – pelo dever que lhes impõe o estado de cuidar da cultura de seus associados, mantendo escolas, bibliotecas, cursos técnicos, etc., cooperando na criação dos campos de repouso, de diversões e de esporte.

d. Função moral – porque deve procurar resolver os conflitos, surgidos na produção, dentro de um espírito de cooperação e de auxílio mútuo, sem jamais esquecer os impositivos da solidariedade nacional. (REALE, 1983c, p. 200)

Constituídos os sindicatos, patrões, operários e técnicos terão igual direito de representação nas suas respectivas corporações, partes integrantes do Estado integralista. O princípio fundamental que pauta o Integralismo é a colaboração de classes, desse modo, todas as classes trabalham para a evolução da Nação. No entanto, a democracia integralista confere igualdade apenas na base da pirâmide. A participação direta do povo diminui à medida que elevam os problemas e estabelece uma hierarquia rígida até o topo.

Miguel Reale (1983b), em *O Capitalismo Internacional*, discute a natureza do fascismo e a possibilidade de sua reprodução em diferentes contextos nacionais. Para ele, o fascismo equivale essencialmente ao nacionalismo, o que implica que cada país deve desenvolver sua própria forma, adaptada às suas circunstâncias históricas. Nesse sentido, o regime de Salazar em Portugal seria uma expressão particular desse nacionalismo, não distinto em princípios, mas em sua aplicação. O *Estatuto do Trabalho Nacional*, é interpretado por Reale como uma adaptação da *Carta del Lavoro* italiana, com acréscimos que tornam mais clara a concepção corporativa. Assim, os movimentos autoritários da época, embora inspirados no fascismo italiano como referência inicial, elaboraram versões próprias conforme suas realidades nacionais.

O fascismo e demais concepções que permitem a organização em corporações são a única doutrina que permite que a vontade popular chegue aos âmagos do Estado. E isso deve ser feito através de uma elite dirigente, homens que têm a responsabilidade de carregar a vontade do povo e traçar os destinos da nação. (REALE, 1983b)

Nota-se que Reale está atento às ideias de corporativismo, sindicalismo, concepções diversas de Estado no mundo todo, sobretudo na Europa. Quer se inspirar neles, além do plano financeiro da América do Norte. Isso revela um diálogo constante com as diversas ideias nacionalistas e autoritárias.

O Estado Integral incorpora do fascismo alguns princípios considerados universais, como a concepção da Nação enquanto organismo político, econômico e ético — o que implica que a representação não pode ser apenas política. Entre esses princípios estão: o sindicato como pessoa de direito público; a economia dirigida pelo Estado; e a atribuição de uma função social à técnica capitalista e à propriedade.

A essas ideias somam-se elementos brasileiros, como a unidade federativa, a autonomia administrativa dos municípios e a coexistência entre a representação política de

caráter técnico e a representação econômica. A integração dos grupos profissionais deveria ocorrer de baixo para cima — dos municípios até a União. Por fim, o Estado Integral afirma tanto a exclusão da tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo quanto o combate à tirania dos indivíduos contra os interesses da Nação. (REALE, 1983c)

No integralismo, abandona-se o materialismo, que criou o sistema econômico que objetifica o trabalho e o transforma em mercadoria, sujeita a leis de mercado. De forma oposta, o Trabalho é um dever social e o sujeito da Economia. Isso significa que todo homem deve ser um produtor e incumbe ao Estado eliminar todas as barreiras e criar boas condições para alcançar uma profissão. O Estado não deve vir sob forma caritativa através da assistência social, mas quando surge o processo produtivo. Compreendemos que a vigilância do Estado para a integração dos indivíduos ao trabalho é completa.

Reale (1983c) estabelece uma crítica à Revolução de 30 como um movimento que só apresenta valores negativos, não apresentando nada de novo, apenas com um objetivo de negar. Apesar disso, a mudança provocou uma atitude política no povo brasileiro jamais vista. Entre elas uma onda sindical muito bem aproveitada por chefes marxistas que penetraram no Ministério do Trabalho. Até 1930, o sindicalismo não tinha grande extensão, nas grandes capitais, tinham algumas células operárias anarquistas ou comunistas. A primeira legislação sindical permitia a fundação de um sindicato apenas com 30 indivíduos, o que é absurdo na concepção de Reale, transformando uma instituição de defesa dos trabalhadores em instrumento internacionalista, podendo ser confundido com clubes recreativos.

O decreto de 1934 mostrou uma mudança na organização sindical, não limitando a ação dos sindicatos restritos aos interesses econômicos. Já se fala em colaboração com o Estado, o que configura uma distensão de tendências comunistas e anarquistas. Muda o mínimo para um terço dos trabalhadores para fundar um novo sindicato. Essas mudanças revelam uma tendência ao controle dos sindicatos por parte do Estado, aproximando-se de uma visão integralista na questão sindical, porém para Reale (1983c), ainda não estabelece funções obrigatórias, ou seja, está demasiadamente liberal.

Por isso, em lugar de partidos, as corporações. As associações profissionais seriam indispensáveis para a representação do povo. O homem deveria entrar no seu sindicato. Os sindicatos deveriam formar suas federações regionais, em federações provinciais, em confederações nacionais. A verdadeira democracia, para os integralistas, estaria nessa reconfiguração política. O próprio povo se organizaria e falaria por si mesmo, não dependendo da voz de deputados estranhos e políticos que aparecem a cada eleição. (REALE, 1983c)

A Corporação é um órgão do Estado onde encontram-se os representantes dos empregados e dos empregadores, ou dos trabalhadores, da inteligência e do capital. A Corporação realiza o controle das forças produtivas, resolvendo conflitos e propondo resoluções para a produção, circulação e a distribuição das riquezas juntamente ao Poder Executivo. Ainda, cabe-lhe a função de resolver, quando a resolução não surge dos sindicatos, questões relacionadas a contratos coletivos e políticas de salários e dos lucros. Quando a Corporação não consegue resolver fica a cargo da Magistratura do Trabalho, a fim de terminar as greves e os *lock-outs*. (1983c)

Ao lado da Câmara Corporativa Econômica, funcionaria um Conselho Nacional ou Senado composto por representantes das corporações não econômicas, órgão que reúne representantes escolhidos entre sociedades culturais, científicas e morais do país. A função desse Conselho seria colocar os interesses nacionais acima das demandas particulares de grupos específicos, reafirmando que o Estado Integral não se limita à esfera econômica: ele a transcende, atuando como orientador e fiscalizador da vida social em seu conjunto. (1983c)

Ricardo Benzaquem de Araújo (1988a) define as corporações como “grupos especializados, baseados na área de interesse comum que os seus membros, de ambas as classes, escolheram para ‘realizar sua vocação’”. Reale reconhece a desigualdade e a hierarquia natural, mas não inviabiliza a cooperação entre classes, podendo ser mediada por uma corporação, substituindo a luta de classes de cunho marxista por uma colaboração profissional visando a Nação.

O corporativismo pregado pelo integralismo é diferente do que o do fascismo, pois amplia a representação econômica e adiciona as corporações sociais e culturais da Nação, como igrejas, exército, magistratura, as sociedades das ciências e das artes. Ainda, na Itália há um Senado de base não-corporativa e um Conselho com elementos do Partido Fascista, enquanto o Integralismo só proclama a legitimidade do poder nas corporações. São algumas diferenças entre o corporativismo puro ou integral do corporativismo fascista. (1983c)

Para Bertonha (2013), é possível notar a modernidade no pensamento de Miguel Reale, pois ele tendia a ver políticas de industrialização e desenvolvimento econômico e na defesa de um planejamento econômico, em uma visão corporativista, com bons olhos. Sendo assim, Reale seria o mais moderno dos pensadores integralistas, em contrapartida Salgado e Barroso, com um caráter moderno, tinham muito mais tons românticos e ruralistas que Reale.

Para complementar, Araújo tem uma caracterização que amplia as diferenças de Reale para com os outros líderes integralistas. Segundo Ricardo:

Reale, por sua vez, tem condições de ser associado a uma outra vertente do fascismo, uma vertente "planificadora", formada basicamente por intelectuais e militantes como Oswald Mosley e Henri de Man, oriundos da tradição socialista, que se preparavam agora para elaborar, no interior de movimentos fascistas, a alternativa de um corporativismo laico, conservador e autoritário, capaz de moderar as diferenças e os conflitos econômicos, e, dessa forma, enfrentar, racional e pragmaticamente, a "questão social". (ARAÚJO, 1988a, p. 45)

1.3 Gustavo Barroso e o Corporativismo Cristão

Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza, Ceará, no dia 29 de dezembro de 1888. É filho de Antônio Felino Barroso, tabelião e dono de um pequeno cartório e de Ana Guilhermina Dodt Barroso, alemã, que veio com o pai, Gustavo Luiz Guilherme Dodt, engenheiro e doutor em Filosofia pela Universidade de Iena, contratado pelo Barão de Capanema para trabalhar na construção de pontes, estradas e linhas telegráficas no sertão do Nordeste, subordinado ao antigo Ministério da Agricultura e Obras Públicas.

Barroso ficou órfão de mãe com apenas 7 dias de vida, por isso foi criado por suas tias paternas e pelo seu pai, que o descreve como materialista e ateu, porém amigo do Bispo do Ceará. Gustavo Barroso, dentre seus vários ofícios, teve destaque como professor, museólogo, historiador, ensaísta e romancista e publicou mais de uma centena de livros. (SILVA, 2012)

Barroso também participou da fundação e direção do Museu Histórico Nacional, foi deputado federal entre 1915 e 1919, tornou-se imortal da Academia Brasileira de Letras, ocupou também os postos de primeiro e segundo secretário, secretário geral e a presidência em quatro oportunidades (1932, 1933, 1949, 1950). Além dessas atividades, Gustavo mantinha uma relevância como advogado e jornalista, atividade que começara a exercer desde a sua juventude no Ceará até dirigir a Revista *Fon-Fon!* no Rio de Janeiro. (CALDEIRA NETO, 2013)

Gustavo aderiu à Ação Integralista Brasileira apenas em 1933, quando teve o primeiro contato com Plínio Salgado em um discurso no Rio de Janeiro, diferente de outros ideólogos do movimento, porém logo tornou-se um das principais figuras da AIB. Sua dedicação foi tamanha à doutrina e às fileiras dos camisa-verdes que vestia o uniforme completo (camisa verde, calças brancas ou pretas e gravata preta) nas reuniões da Academia Brasileira de Letras.

Em fevereiro de 1934, participou do I Congresso da Ação Integralista Brasileira em Vitória/ES, no qual foi empossado no cargo de comandante-geral das milícias, o que lhe dava direito à participação nas instâncias superiores da AIB, ficando só abaixo de Plínio Salgado na

hierarquia do movimento, com, o terceiro posto sendo ocupando por Miguel Reale, secretário de doutrina.

Gustavo Barroso foi um dos maiores opositores de Plínio Salgado dentro do Integralismo, divergiu abertamente em algumas ocasiões e questionou a sua liderança. A principal diferença era a questão judaica, usada como arma para a disputa da chefia, bem como para atrair adeptos para a corrente barrosiana.

João Fábio Bertonha (2019, p. 188) compreende a necessidade de estudar Gustavo Barroso como “uma liderança alternativa que quase sobrepujou a de Plínio Salgado e que merecia ser investigado nesta óptica, em vez de como líder antissemita”. Uma hipótese, segundo Bertonha, é que o duelo entre ambos tenha sido focado na liderança do movimento, bem como na estratégia para a conquista do poder e em segundo plano, tenham ficado as divergências antissemitas. Barroso como chefe de milícias, era abertamente mais radical em suas ideias e pode, possivelmente, ter defendido uma ação direta pelo poder, por isso, carregou o apelido de ser “o Röhm brasileiro”, em uma alusão ao comandante da *Sturmabteilung* nazista. Dessa forma, ele era uma resistência ao legalismo salgadiano.

Foram registrados outros tipos de desavenças entre os dois líderes integralistas. Artigos de Barroso foram vetados no jornal *A Offensiva* ele chegou a ficar 6 meses sem publicar por seu teor forte antissemita. Alguns boatos relatam até agressão física por parte de apoiadores de ambos. Com isso, percebe-se que houve trabalho árduo para Salgado anular a ascensão de Barroso. As formas foram tanto na diminuição de espaços a partir de mudanças nas milícias integralistas em 1936, decorrentes da Lei de Segurança Nacional, como de forma emocional, demitindo-se do cargo por questionamentos de Gustavo e retornando para gerar comoção entre seus pares. (BERTONHA, 2019, p. 189-190)

Gustavo Barroso, diferente de outros teóricos integralistas, próximos ao fascismo italiano e português, e até francês, esteve mais próximo do alemão. O teor antissemita das suas obras é evidente, principalmente no seu livro *Brasil: Colônia de banqueiros*. Obra que relata, na visão de Barroso, a formação histórica e econômica brasileira, a partir de empréstimos tomados no século XIX e XX, resultando em dívidas a pagar, as quais seriam estratégias judaicas para escravizar o povo brasileiro, além de inserir conspiradores na vida política e econômica. (CALDEIRA NETO, 2013)

Barroso também foi quem traduziu e publicou *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, conhecido título apócrifo que busca sustentar uma conspiração mundial judaica e a destruição de valores nacionais e cristãos. Com isso, é fácil identificar o antissemitismo no discurso

barrosiano, sendo possível qualificá-lo como um dos grandes fomentadores do antissemitismo brasileiro. (CALDEIRA NETO, 2013)

Por outro lado, o pesquisador Marcos Chor Maio (1991 apud PORTUGAL, 2023, p. 12) em seu trabalho *Nem Rotschild, nem Trotsky, o pensamento antisemita de Gustavo Barroso*, “a partir da contribuição da filósofa Hannah Arendt, afasta a ideia da presença do antijudaísmo no autor, pois, segundo ele, Barroso se apoia no “antissemitismo moderno”.

Com isso, passamos à análise da compreensão de Gustavo Barroso sobre temas referentes ao integralismo, bem como suas ideias acerca da classe trabalhadora e sua organização sindical-corporativa.

Barroso (1935) identifica os mesmos inimigos dos integralistas que Salgado e Reale, entre eles o liberalismo, o capitalismo e o comunismo, bem como os organismos partidários, o espírito burguês, os parasitas da nação que são identificados como os exploradores do operariado, os políticos que fazem dos mandatos meios de vida, os agitadores comunistas, que se fingem de operários mas andam com riquezas de Moscou, entre outros.

Consoante a Reale, Barroso (1935) combate o sufrágio universal, substituindo pelo voto de todas as classes, dentro de seu sindicato. O sindicato do governo liberal também é um mal, porque se torna um instrumento de lutas de classes e o defende apenas no campo político, deixando de lado, o campo profissional.

Barroso (1935) escreveu um pequeno artigo intitulado *O Integralismo e o Operário* no qual versa sobre as dificuldades da doutrina integralista em alcançar o operário. Ele admite que ocorre pela concorrência comunista, sustentada por ideias utópicas que ludibriam o trabalhador, o qual, por sua pouca cultura, acaba por se deixar seduzir. Gustavo identifica o mesmo inimigo do trabalhador que os comunistas, o regime burguês liberal, porém diverge na forma de combatê-los e substituí-los, ele quer um regime que conserve a Família, a Propriedade, a Pátria e as Crenças Religiosas.

Barroso quer imiscuir na mente da classe operária que o Integralismo não é a reação da burguesia mas, ao contrário, a maior reação antiburguesa. Gustavo entende que diante das misérias ocasionadas pelo regime liberal, é natural que a massa deixe se enganar, porém essa seria a destruição da civilização e o retorno de práticas piores sob o nome da Ditadura do Proletariado. Para mudar isso, o Integralismo apregoa a necessidade de uma Revolução transformadora, que restaure os valores morais para que os brasileiros participem dos benefícios e sacrifícios, na medida das suas atividades e necessidades e que não haja mais classes opressoras e oprimidas, mas sim classes colaboradoras para a grandeza nacional.

Em 1938, Gustavo Barroso publicou *Comunismo, cristianismo e corporativismo*, em que se dedica a analisar as diferentes formas que o corporativismo assumiu pelo mundo. Antes é interessante considerar as origens e objetivos que Barroso dá ao comunismo, doutrina considerada contrária aos interesses da Nação que assume também contornos antissemitas, pois estrutura seu pensamento em tons religiosos, em que o comunismo é uma criação judaica que busca através de um messianismo proletário, o paraíso na terra, visto que há de ser negada sua entrada nos céus por não crer em Jesus Cristo como Messias.

Além disso, Barroso recorre às encíclicas papais *Quadragesimo Anno* (1931, de Pio XI), que reafirma a incompatibilidade entre comunismo e cristianismo, e *Divini Redemptoris* (1937), que condena o comunismo ateu. Faz também referência à *Rerum Novarum* (1891, de Leão XIII), que trata da condição dos operários. Todas essas citações reforçam a ideia de que o corporativismo integralista seria apresentado como uma superação da solução comunista.

Barroso faz análise do corporativismo francês através das ideias de Le Play, La Tour du Pin e Charles Maurras, enraizadas em uma tradição monárquica e corporativa, a sua crítica recai na desmoralização e deturpação das ideias resultando em um sindicalismo marxista.

O corporativismo italiano foi a primeira organização de trabalho de caráter antimarxista, em escala nacional, porém realizou-se em um sindicalismo de Estado, de cunho totalitário, extinguindo a autonomia da iniciativa privada; o corporativismo alemão é admirável no quesito da supressão de antagonismos entre operários e patrões, no entanto, foi concebido com um espírito totalitário, com objetivo de eliminar conflitos.

O corporativismo austríaco é avaliado como o mais simples, com o objetivo de promover a Paz Social, restituindo a primazia do social sobre o político; o corporativismo português também é elogiado por sua organização em corporações e submeter suas atividades ao interesse da nação.

A definição de corporativismo para Barroso se distancia de Reale porque há uma ênfase em um espiritualismo cristão e uma persistência antissemita. Ele define o Estado Integral como Estado Corporativo Cristão, anti-totalitário, anti-liberal, anti-comunista e o mais completo de todos, pois abarca as corporações de caráter social e cultural.

Ainda, Barroso vê uma influência de São Tomás de Aquino no corporativismo cristão do Integralismo, visto que a Economia está subordinada ao Homem e não ao contrário, ou seja, há um triunfo dos valores espirituais, despertados pela “mística da pátria” que combatem as forças negativas como “o materialismo judaico-bolchevista”. Portanto:

O Estado Corporativo Integral é um Estado completo, que incarna todo o espírito corporativista cristão do século XX. É um organismo que impõe uma ordem social espiritualizada, repelindo, no campo econômico, a usura, a especulação e a escravização do homem pelo homem. Ele assenta nos direitos naturais da pessoa humana e nas virtudes morais, políticas e econômicas. É o Estado Forte, sobretudo moralmente forte. Seu poder é legitimamente constituído sobre alicerces corporativos, na crítica brilhante de Miguel Reale. Resulta das próprias corporações; não as crêa. (BARROSO, 1935, p. 101)

O Estado Corporativo Integral está baseado nos grupos naturais da família e do sindicato, na autonomia do município, que não terá disputas partidárias, em virtude da coparticipação de todas as classes nos negócios públicos, na autonomia da província e na grandeza da Nação.

Uma das pertinentes diferenças de Barroso com o Secretário de Doutrina, Miguel Reale é o entendimento sobre a natureza jurídica do sindicato. O sindicato *barrosiano* é de direito privado, por serem entidades com funções tão específicas como as próprias famílias. Um sindicato com caráter público poderia incorrer em um Estado Totalitário, “tão odioso como o Estado comunista” (CALDEIRA NETO; GONÇALVES, 2013) e possui três funções complementares: ética, política e econômica. Os contratos coletivos serão construídos através da colaboração de classes, os quais terão força de lei. A hierarquia corporativista mantém-se da seguinte forma: sindicatos, que se organizam em federações, as quais, por sua vez, formarão a Câmara Corporativa que ao lado de um Senado composto por representantes das profissões de caráter espiritual e intelectual.

1.4 A presença integralista nos sindicatos

A AIB criou a Secretaria de Corporações e Serviços Eleitorais, que pretendia ser uma instância de controle e orientação da ação sindical, além de buscar arregimentar trabalhadores para atingir os objetivos do movimento. O que deixa claro a busca por implementar a teoria sindical na prática na sociedade brasileira. Nesse sentido, verificou-se uma relativa presença dos integralistas nos sindicatos, especialmente em São Paulo. (ARANTES, 2018)

Os integralistas marcaram espaço no maior sindicato ferroviário de Bauru, o Sindicato dos Empregados da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), devido à importância da cidade por seu entroncamento ferroviário e pelo grande número de trabalhadores da categoria. O integralismo esteve presente nas assembleias sindicais ferroviárias no interior paulista pelo menos a partir de 1933, e Bauru, em especial, já havia integralistas presentes entre os ferroviários antes da própria fundação do núcleo da cidade, em setembro de 1934. No entanto,

apesar do crescimento da presença integralista, os comunistas eram a principal influência dentro do sindicato dos ferroviários da Noroeste. (ARANTES, 2018)

Os integralistas tiveram destacada ação nos sindicatos ferroviários paulistas e procuraram ocupar sindicatos como o dos portuários, ferroviários e bancários, local onde predominava o sindicalismo amarelo, movimento operário reformista desde os anos 20, segundo Ângela Araújo. Com isso, a atuação dos camisas-verde seria mais facilitada do que nos sindicatos compostos por maioria comunista. Os camisas-verdes buscavam defender suas idéias políticas e o seu setor de trabalho no movimento ferroviário. Jurandyr Bueno é um dos mais notáveis integralistas no movimento sindical, funcionário da Noroeste do Brasil, membro do núcleo da AIB de Bauru, foi representante dos ferroviários na Comissão que esteve à frente das reivindicações dos direitos trabalhistas dos ferroviários diante do governo federal no Rio de Janeiro. Esse contato envolvia outras companhias ferroviárias, o que revela uma consciência coletiva dos trabalhadores frente à ação integralista na representação sindical. Jurandyr Bueno em dezembro de 1933, foi preso junto aos representantes dos Sindicatos Ferroviários, quando uma greve geral do setor foi declarada e reprimida pela polícia. (BRUSANTIN, 2003)

A fundação do núcleo local da AIB em Bauru pode ser entendida como uma mera formalidade e uma busca por estruturação para angariar maior engajamento político na cidade. A fundamentação teórica do Integralismo acerca da questão sindical nem estava tão desenvolvida, foi então a partir de intelectuais como Oliveira Vianna e Olbiano de Mello que publicaram ideias corporativistas para o Estado que se deu algum suporte teórico para os integralistas que se engajaram no meio sindical. As ideias que sobressaíram na AIB sobre o tema de Miguel Reale vieram posteriormente. Portanto, “Antes mesmo da teoria sindical integral já existia a práxis integralista nos sindicatos”. (BRUSANTIN, 2003)

Os ferroviários se mostraram como uma categoria heterogênea e diversificada em relação à sua orientação sindical. Isso se deve à múltiplos sindicatos e diferentes linhas férreas. É possível ver isso, por exemplo, no Sindicato Ferroviário do Estado de São Paulo, ligado à Federação Operária de São Paulo, de cunho anarquista que se adequou rapidamente à Lei de Sindicalização. E também podemos destacar a presença de integralistas no sindicato em 1934, com reformistas e integralistas em sua direção e em 1936. O Sindicato de Ferroviários da Estrada de Ferro Araraquara mantinha uma atuação oposta. Em 1934, no jornal do próprio sindicato, chamado *O Trabalho*, mantinha referências elogiosas a Salazar, o regime fascista italiano e nazista alemão. (ARANTES, 2018)

Os integralistas que estiveram nos sindicatos no início dos anos 30, estavam ao lado de socialistas que incluíam também: Clube 3 de Outubro, Legião Cívica 5 de Julho, Legião Paranaense, Partido Popular Progressista, Partido Liberal. Dessa forma, apesar da retirada dos integralistas do Congresso Revolucionário de 1932, organizados por tenentes socializantes, por divergência de idéias, em 1933 podemos ver ações sindicais conjuntas de grupos políticos opostos em defesa dos direitos trabalhistas e de uma reforma social. (BRUSANTIN, 2003)

O sindicato da Noroeste do Brasil foi fechado devido ao decreto de nº 229 de 11 de setembro de 1935 e os meios oficiais que realizaram o fechamento declararam que na sede realizavam assembleias e comícios da Aliança Nacional Libertadora e que aliancistas e comunistas tumultuavam as assembleias impedindo que os membros da diretoria considerados amarelos se manifestassem. Dez dias depois, foi reaberto com apoio do ferroviário da NOB João Maringoni que foi considerado pela polícia como fascista, e foi destituída a antiga diretoria dos aliancistas. Assim, a partir de 1936, o sindicato estava com a direção de integralistas e fascistas que causaram mudanças no discurso do sindicato, adotando um tom anticomunista. (BRUSANTIN, 2003)

Os comunistas eram os grandes adversários dos integralistas nos sindicatos e as suas ideias tiveram grande influência no movimento sindical. Eles pregavam a favor da autonomia e na unidade sindicais e criticavam o aparecimento de vários sindicatos do mesmo ramo com o intuito de dividir a organização operária o que dificultaria a organização de programas de reivindicações imediatas. (ARANTES, 2018)

A partir de 1934 e 1935 houve um aumento da repressão estatal sobre os movimentos operários que culminaram em diversas prisões e, em resposta, começou uma mobilização das esquerdas que deram início à fundação da ANL em 1935. O integralismo tornou-se alvo dos aliancistas e comunistas. Como consequência, diminui-se a influência dos integralistas nos sindicatos em 1934, ao mesmo tempo em que a AIB como movimento político cresceu em grande escala entre os anos de 1934 e 1935. (ARANTES, 2018)

2. OPOSIÇÃO AO INTEGRALISMO

2.1 A oposição em âmbito nacional

Embora o Integralismo tenha tido oposição em diferentes setores da sociedade, foi no campo da esquerda que o enfrentamento foi mais acirrado, principalmente nas ruas e sindicatos. O movimento integralista e as esquerdas, às vezes coligadas ou separadas, tiveram embates nas ruas, nos sindicatos e diversos outros espaços sociais. Entre eles, os comunistas foram os que mais demonstraram intransigência com os camisas-verde.

Fascistas e antifascistas já se enfrentaram na década de 20, no entanto, apenas com a fundação da Ação Integralista Brasileira é que ocorreu a nacionalização do conflito. Os antifascistas italianos tiveram uma importância nesse embate nos anos 20. Na década seguinte, principalmente a partir de 1933, começaram a ter o campo político disputado com antifascistas brasileiros, entre eles os trotskistas da Liga Comunista (LC) e os socialistas do Partido Socialista Brasileiro (PSB) paulista. Francesco Frola, antifascista italiano e dirigente do PSB paulista, foi o elo entre duas gerações, italiana e brasileira, e duas ideologias, socialistas e comunistas. Entre os anos de 1933-1935 ocorreu uma disputa entre as diversas correntes de esquerda pela hegemonia política e organizacional do campo antifascista. A partir de 1934, o antifascismo socialista italiano, corrente de Frola, entra em declínio com o fechamento do seu principal jornal *La Difesa*. (CASTRO, 2002)

A estratégia da formação de uma frente única antifascista era debatida durante todo ano de 1933, em São Paulo, principalmente pela LC, entre eles Aristides Lobo, o italiano Goffredo Rosini e a União dos Trabalhadores Gráficos propondo uma união sindical em torno de uma frente única, em virtude do crescimento pelo mundo dos movimentos autoritários de direita pelo mundo e no Brasil, representado pelo integralismo. (CASTRO, 2002)

A Frente Única Antifascista (FUA) foi fundada no dia 25 de junho de 1933. A primeira reunião foi no salão da Legião Cívica 5 de julho, liderada pelo italiano Francesco Frola, dirigente do PSB de São Paulo, que representou uma homenagem ao antifascismo italiano e à união dos socialistas com os trotskistas da LC e muitos outros grupos sociais, operários e anarquistas.

O espectro do grupo era composto pela esquerda tenentista, socialistas italianos e brasileiros, anarquistas e trotskistas. O único grupo político de esquerda importante que permaneceu de fora foi o PCB, em razão da posição política da seção brasileira da Internacional Comunista (IC) que se recusava a fazer parte de organizações de frente ampla e

desprezava outras correntes de esquerda. Apesar disso, o comitê paulista do PCB participou algumas vezes do movimento, sobretudo nos fins de 1933. (CASTRO, 2002)

Em 14 de julho, ocorreu a primeira manifestação pública da FUA, na sede da Lega Lombarda, presidida por Aristides Lobo e na qual foi lançado o “Manifesto da Frente Única Antifascista”. É de grande importância simbólica a escolha da data da primeira manifestação, data de aniversário da Revolução Francesa, o que denota uma preocupação que movimento não fosse apropriado por nenhuma corrente, dado que ela precedia. Assim, passaria a representar todos os manifestantes de esquerda e não apenas os comunistas. (CASTRO, 2002)

Em setembro, a seção paulista do PCB, na figura de Hermínio Sacchetta, concordou em assinar um manifesto convocando manifestantes antifascistas a participar do comício em 14 de novembro de 1933, ainda que com críticas aos trotskistas. No entanto, essa aproximação dos comunistas com a Frente Única durou pouco. O PCB paulista participou de apenas três comícios públicos da FUA. No dia 14 de novembro, 15 de dezembro e 24 de janeiro de 1934. (CASTRO, 2002)

A FUA tinha um jornal como principal instrumento de propaganda antifascista, chamado *O Homem Livre*, que foi formado um mês antes da sua fundação por um grupo de jornalistas ligados ao jornal paulista *Diário da Noite*. Geraldo Ferraz era seu redator-chefe, o advogado José Pérez como diretor-gerente e Mário Pedrosa seu secretário. A primeira edição data de 27 de maio de 1933 e contava com artigos assinados por pseudônimos de José Pérez, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Goffredo Rosini, Geraldo Ferraz e Miguel Macedo e ilustrado por Lívio Abramo. O seu primeiro editorial tinha o título “Contra o fascismo”, o que indica a posição dos trotskistas de preocupar-se em combater diretamente o fascismo. (CASTRO, 2002)

As páginas do jornal utilizavam-se de humor como arma propagandística contra o fascismo e o integralismo. Utilizavam de charges editados em jornais estrangeiros como o *Daily Express* e *The Nation*, e artigos que buscavam analisar o lado satírico e tragicômico das ideologias adversárias. O jornal também foi importante espaço de sociabilidade da intelectualidade antifascista paulista, no qual vários intelectuais das mais diversas correntes de esquerda interagiam. (CASTRO, 2002)

A AIB, desde abril de 1933, realizou inúmeras passeatas pelas ruas das principais cidades do Brasil, com quatro mil integralistas marchando no Rio de Janeiro em maio e três mil em São Paulo em junho, além da expansão de núcleos por todo o país. As esquerdas

brasileiras não queriam deixar livre o espaço para o crescimento integralista e começaram a organizar-se para ocupar as ruas.⁴

Em novembro e dezembro de 1933 aconteceram os grandes embates entre a FUA e a AIB. Em 14 de novembro um comício da FUA foi realizado no Salão Celso Garcia, sede da Associação das Classes Laboriosas, que contou com mais de mil manifestantes, os integralistas tentaram acabar com o evento, mas sem sucesso. Sabendo da importância que os integralistas davam a estar presentes nas ruas, os antifascistas se manifestaram contrariamente nos eventos da AIB. Dessa forma, os principais atos públicos da Frente eram os contracomícios com objetivo de impedir a marcha e os atos integralistas, disputando o valor simbólico do controle das ruas. A AIB respondia com a mesma estratégia marcando presença em eventos organizados pela FUA. (CASTRO, 2002)

As disputas entre integralistas e antifascistas finalmente chegaram a um confronto aberto. O primeiro episódio ocorreu em Bauru, em 3 de outubro de 1934. A partir de uma passeata liderada pelo Chefe Nacional da AIB, Plínio Salgado, ocorreram embates com membros do Sindicato dos Empregados da Estrada de Ferro Noroeste, conhecido reduto de militantes do PCB. A visita tinha a pretensão de realizar uma conferência aos camisas-verde e simpatizantes em um clube da cidade e também visitar outras cidades da região com a intenção de fomentar a criação de novos núcleos da AIB. No mesmo dia, ocorreu uma assembleia extraordinária do sindicato. O confronto terminou em um tiroteio e uma baixa do camisa-verde Nicola Rosica, o que ficaria conhecido como primeiro mártir integralista e quatro feridos - todos integralistas. Os membros do sindicato responsáveis pelo confronto foram imediatamente presos. A sede do sindicato ficou fechada e deu-se continuidade às atividades integralistas. (ARANTES, 2018)

Ocorreu no dia 7 de outubro de 1934 o confronto de maior repercussão, evento que ficou conhecido como “A Batalha da Praça da Sé”, na capital paulista. Os integralistas reuniram-se para marchar nas ruas principais da cidade para comemorar dois anos de existência do movimento e logo se concentraram no Largo da Sé com o intuito de jurar à bandeira e acabaram entrando em conflito com manifestantes antifascistas que realizavam um contraprotesto, esses manifestantes eram compostos principalmente pela FUA que buscaram apoio com outros manifestantes de esquerda, entre eles, por militantes do PCB. O resultado foi um tiroteio que deixou seis mortos e mais de trinta feridos, além de inúmeras prisões efetuadas por forças policiais, que atiraram a esmo durante a batalha. Os integralistas

⁴ ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. *Fundo Plínio Salgado – Divisão de Arquivos Pessoais. Inventário FPS – Parte II*. Rio Claro: APH Rio Claro, 201?

sinalizaram o prédio que abriga a sede da União dos Trabalhadores Gráficos como o local que teriam os primeiros tiros sendo disparados. A polícia cercou o prédio e encontrou caixas de munição e algumas armas. O jornal anarquista *A Plebe*, deu uma versão diferente do conflito, o tiroteio teria se dado nas ruas centrais da cidade, então não seria uma emboscada como acusam os integralistas. (KONRAD, 2015)

A Frente Única Antifascista não conseguiu tornar-se um movimento de massas, nem mesmo em São Paulo, mas através de suas táticas de contrapropaganda no jornal *O Homem Livre* e a presença nos anticomícios, teve um papel importante na disputa das ruas, ao menos até meados de 1935, impedindo que o crescimento da militância integralista se concretizasse em domínio do espaço público. No ano de 1935, os conflitos entre integralistas e antifascistas continuaram ocorrendo com a liderança da Aliança Nacional Libertadora no lado de esquerda, juntamente do PCB. (CASTRO, 2002) Os confrontos entre AIB e ANL apresentam maior igualdade, visto que os aliancistas possuíam maior capilaridade social e um programa melhor definido.

A ANL foi fundada em 30 de março de 1935, no teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, com o lema “Pão, Terra e Liberdade” e constituiu-se como uma frente ampla com os seguintes objetivos: combater o avanço do integralismo no Brasil e do fascismo no cenário mundial, além da luta contra a dominação imperialista e o latifúndio. (PRESTES, 2005)

A Aliança foi criada no contexto da elaboração do projeto de Lei de Segurança Nacional (ficaria conhecida como “Lei Monstro”), que definia crimes contra a ordem política e social, mas que na prática foi usado como recurso de perseguição política do regime de Vargas. No lançamento da entidade, Luís Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra da ANL, embora ainda estivesse no exílio. Em torno dele, o movimento reuniu setores progressistas da sociedade desencantados com os rumos do governo Vargas, inspirado no programa antiimperialista, antilatifundista e antifascista do PCB e apoiado pela Internacional Comunista. (PRESTES, 2005)

A adesão de Prestes ao PCB e à IC facilitou a penetração e aceitação do programa da Aliança Nacional Libertadora nas classes médias, incluindo os tenentistas que se encontravam desiludidos com a Revolução de 30 e setores sociais de difícil acesso aos comunistas brasileiros. A ANL também encontraria amplo apoio nas camadas médias urbanas e no operariado, bem como em militares de diversas patentes. (PRESTES, 2005)

Em poucos meses foram fundados mais de 1.600 núcleos da ANL espalhados por todo o território brasileiro e possuía entre 70 e 100 mil militantes nacionalmente. A direção era composta por tenentes atraídos por Prestes, personalidades progressistas e militantes do PCB.

A atuação da ANL se concentrava na organização de grandes atos públicos, caravanas pelos estados Norte-Nordeste, participação em confrontos nas ruas com integralistas e pela vasta publicação e distribuição de boletins nos jornais aliancistas. Os principais jornais que deram espaço à causa aliancista, distribuição de documentos e publicidade das atividades, foram *A Manhã* no Rio de Janeiro e *A Platéia* em São Paulo. (PRESTES, 2005)

Embora tenha despertado grande entusiasmo na sociedade, a Aliança Libertadora Nacional não possuía unanimidade nem métodos claros definidos para alcançar os seus objetivos. Entre seus dirigentes, havia uma tendência legalista, favorável à conquistar seus objetivos dentro das normas da Constituição, posição criticada pelos comunistas. Estes, seguindo as diretrizes criadas na Primeira Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1934, via na luta armada uma oportunidade de tomada do poder e convocavam os trabalhadores a lutar pela instalação de um governo operário e camponês. (PRESTES, 2005)

A posição de Prestes e do PCB ganhou força sobre a ANL, na medida em que é lançado um documento denominado “O Governo Popular Nacional Revolucionário e o seu programa”, proclamando a necessidade de erguer um governo do “povo em armas”. Apesar da crescente concepção de luta armada na ANL, isso não significa que todos seus dirigentes estiveram de acordo com ela, entre eles, H. Cascardo, presidente da ANL e comandante da Marinha e “tenente histórico” manteve suas posições legalistas. (PRESTES, 2005)

Nos meses de maio e junho de 1935, o movimento aliancista repetiu manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e diversos pontos do país, em especial, a cidade fluminense de Petrópolis, onde o movimento teve maior força e ocorreram choques violentos com os integralistas, causando a morte de um operário, Leonardo Candu. Em decorrência da morte de Candu, os trabalhadores da indústria e do comércio iniciaram uma greve que durou nove (9) dias. Segundo Anita Prestes, “Sob a pressão da campanha liderada pela ANL, os integralistas eram obrigados a recuar, e muitas vezes suas marchas e manifestações eram dissolvidas pelas massas mobilizadas pelos diretórios aliancistas”. (PRESTES, 2005)

As perseguições do governo Vargas aos comunistas e aliancistas intensificaram-se, apoiadas na “Lei Monstro” e com a colaboração do capitão Filinto Müller, comandante da polícia do Distrito Federal, que prendeu líderes, proibiu atos públicos e depredou sedes e jornais. Em resposta, os comunistas, seguindo orientações da IC, passaram a buscar uma frente mais ampla para conquistar o poder, lançando o Manifesto com a consigna “Todo poder à ANL”, assinado por L.C. Prestes e lido por Carlos Lacerda, em 5 de julho, data comemorativa aos levantes tenentistas. O manifesto revelava a influência da IC na política

adotada pelo PCB e pela ANL e também a radicalização que vinha tomando o país. (PRESTES, 2005)

A ANL foi posta na ilegalidade no dia 11 de julho, por um decreto assinado por Getúlio Vargas, acusando a entidade de ser um instrumento a serviço do “comunismo internacional”. O que ocasionou inúmeros protestos, no entanto, a greve geral, em resposta a esse banimento, não aconteceu. Os comunistas acabaram por tomar a liderança na ANL na clandestinidade. Com isso, os apelos à luta armada e o radicalismo se tornaram ainda mais frequentes. Era pretendido o desencadeamento de lutas armadas parciais que levariam a uma insurreição popular derrubando o governo, estabelecendo o Governo Popular Nacional Revolucionário com Prestes à frente. (PRESTES, 2005)

Havia, no entanto, uma enorme diferença entre os propósitos dos comunistas e as influências das ideias golpistas, dos quais eles não conseguiram escapar. Nos meses de outubro e novembro de 1935, criou-se um clima de insatisfação generalizada no Exército, devido à forte redução dos efetivos militares, somada à uma intensificação do movimento grevista no país, com destaque à greve dos ferroviários nordestinos. Nesse contexto, os comunistas acreditaram que, contando com uma certa influência da ANL e do PCB entre oficiais de pequena patente e soldados, poderiam desencadear uma insurreição popular. (PRESTES, 2005)

A Aliança Libertadora Nacional foi uma importante organização de esquerda na década de 30, que conjugou diversos grupos para a luta contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio na sociedade brasileira, bem como frear o crescimento do integralismo. Surgiu de uma crescente insatisfação popular com os rumos da Revolução de 30 e conseguiu penetrar suas ideias nas mais diversas classes sociais, reivindicando medidas nacionalistas e populares.

2.2 A oposição aos integralistas em Santa Catarina

Santa Catarina também foi berço de importantes opositores do Integralismo. Do estado barriga-verde saiu o único deputado constituinte de 1933-1934 que se declarava abertamente comunista, chamado Álvaro Ventura. Politicamente, os integralistas encontraram seus maiores adversários entre republicanos e liberais. Apesar disso, os comunistas e membros da Aliança Libertadora Nacional causaram intransigências maiores aos camisas-verde nos sindicatos e nas ruas. O subcapítulo discute principalmente as disputas sobre as questões sindicais e trabalhistas com pontuações sobre as disputas político-eleitorais no contexto em que o Integralismo integrou-se ao certame.

Ventura, autodeclarado comunista, foi eleito 2º suplente através das eleições classistas para a Assembleia Constituinte de 1934 e, posteriormente, assumiu o cargo. No entanto, inicialmente, os comunistas criticaram a participação dos trabalhadores como representantes classistas. A representação era vista como um engodo burguês, algo para desviar a atenção dos trabalhadores de seus valores revolucionários, juntaram-se às críticas os anarquistas e os defensores do interesse patronal, por motivos distintos. Por outro lado, havia trabalhadores que exerceram a representação classista e a defendiam como “consciência operária”. (COELHO, 2010)

Havia, portanto, uma parte do movimento operário disposta a integrar-se aos mecanismos criados pelo Governo Provisório, sob a condição de reconhecimento das associações profissionais pelo Estado.

Álvaro Ventura nasceu em setembro de 1893 no bairro de Coqueiros, na época pertencente a São José, filho de pai anarquista. Inicialmente, começou a trabalhar como tropeiro. Transportava mercadorias para a serra e trazia cabeças de boi e cavalos. Foi para São Paulo, onde aprendeu diversos novos ofícios e integrou-se no movimento anarquista. Porém, a sua luta por causas mais justas começou em 1910, quando foi detido por causa de um comício ao pé da estátua de Fernando Machado, no centro de Florianópolis, em defesa das oito horas de trabalho. (MARTINS, 1995)

Ventura quando trabalhou como padeiro, estourou uma greve e ele se reuniu com os líderes sindicais, todos anarquistas, que resolveram, diante da intransigência patronal, bombardear as padarias que permanecessem abertas. Ventura foi contra e foi entregue à polícia, acabou sendo deportado para o Mato Grosso, onde trabalhou em uma fazenda da Companhia Mate-Laranja. (MARTINS, 1995)

Ventura de volta a Santa Catarina, na década de 20, rompe com os anarquistas e acaba se filiando ao PRC, participa da campanha popular em favor de Hercílio Luz, mas acaba cindindo com os republicanos e aproximando-se novamente de elementos anarquistas e com alguns poucos comunistas. Politicamente, Ventura atuava na distribuição do jornal anarquista *A Plebe* e mantinha contato com comunistas do *Socorro Vermelho*, do Rio de Janeiro. Ainda, Ventura conhece seu parceiro de luta política, no sindicato da Estiva, Manoel Alves Ribeiro, o Mimo, o qual militou junto até 1964. (MARTINS, 1995)

Ventura tinha aproximações e distanciamentos com o PCB com ideias e, sobretudo, ações do partido nos anos 20. Para ele, o partido: “praticamente durante toda a década de 20, ficou nas mãos dos pequenos burgueses, como Otávio Brandão, Fernando de Lacerda.” Em 1930, Ventura e outros comunistas participaram da campanha da Aliança Liberal e depois da

Revolução de 30, que depôs Washington Luiz, enquanto o PCB opunha-se a qualquer envolvimento. (MARTINS, 1995)

Outra questão que o distanciava do Partido era a questão religiosa, Ventura era católico e professava a fé, foi irmão da Irmandade do Senhor dos Passos, do Hospital de Caridade e prestava vários serviços como fabricar caixão e consertar canos. Ao passo que elementos do Partido professavam o antideísmo, Ventura era contra por achar que isso dificultava a aproximação com o povo. Após fazer sua confissão de fé marxista, foi expulso da Irmandade. (MARTINS, 1995)

Outro tema que marcou as diferenças foi a participação nas eleições que elegeram deputados classistas, estratégia rejeitada pelo PCB. Ventura esteve à frente da organização e sindicalização em Santa Catarina, a partir de 1931 quando os comunistas rejeitavam a participação nos sindicatos oficiais, mas apesar das críticas, posteriormente, o PCB admitia que a lei poderia servir aos seus ideais revolucionários. (COELHO, 2010)

Houve uma tentativa de formar uma Coligação de Sindicatos em 1935, porém, sem sucesso, o que demonstra a divisão do movimento sindical em duas correntes bem definidas. Por um lado, os comunistas, ao lado de remanescentes do anarquismo e do socialismo pré-marxista, de outro os mais conservadores, alguns ligados ao aparato do Estado, outros não, mas que não se identificavam com o discurso mais radical. (MARTINS, 1995)

Na primeira assembleia, Emygídio Cardoso, integralista e presidente da Associação dos Empregados do Comércio, foi aclamado presidente do diretório provisório, Sebastião Vieira, secretário e Eulálio da Silva, tesoureiro. Discursam Álvaro Ventura, ex-deputado, José Rodrigues da Fonseca, Hipólito Pereira, o médico César Ávila, então presidente do diretório estadual da ANL e Renato Tavares, capitão do Exército e futuro dirigente local da ANL. Consta um grande número de aliancistas na assembleia. Na reunião seguinte, a Assemércio e o Sindicato dos Bancários enviaram um ofício retirando seu apoio à Coligação, então Cardoso renunciou, causando revolta dos comunistas. A entidade com José Fonseca na presidência deixou de existir porque não fazia sentido uma Coligação, sem a participação de todos os sindicatos de Florianópolis. (MARTINS, 1995)

Se por um lado a coligação de sindicatos não conseguiu unir diferentes correntes ideológicas, a representação classista teve êxito em congregar diferentes organizações de trabalhadores de Florianópolis em torno de causas comuns. O exemplo disso era a liderança de Emygídio Cardoso, integralista, e Álvaro Ventura e José Rodrigues Fonseca, que eram comunistas. (COELHO, 2010)

Ventura foi eleito segundo suplente da Assembleia Constituinte e conseguiu se tornar deputado classista após o assassinato de Antônio Pennaforte, eleito pelo Partido Operário Socialista, de São Francisco do Sul. No seu primeiro discurso, leu um manuscrito com as posições do Partido Comunista Brasileiro, redigido durante a I Conferência Nacional do Partido. O seu discurso fazia duras críticas a elementos reformistas e bradava que o PCB era o único partido em defesa do proletariado. Muitos deputados reagiram e tumultuaram a sessão e o discurso acabou por não ter sido publicado nos Anais da Câmara. Suas falas na tribuna sempre causavam muita indignação dos colegas deputados, Ventura subiu outras vezes para protestar contra demissões de trabalhadores, criticou autoridades públicas, perseguições policiais e violências que vem sendo vítima o proletariado. (MARTINS, 1995)

O PCB, fundado em 1922, por Astrogildo Pereira, passava por dificuldades. A antiga cúpula vinha sendo alijada do comando e substituída, em 1934, por uma nova geração de dirigentes. Por ordem da IC, os intelectuais do Partido são rejeitados do comando e a direção passa por uma “proletarização”, bons costumes haviam sido tornado hábitos burgueses. Paralelamente, tenentes de esquerda entram no movimento e ascendem rapidamente a cargos de direção, cuja presença vai reorientar a atuação do Partido. Miranda, pseudônimo de Antônio Maciel Bonfim, elemento de confiança de Prestes, vai se tornar Secretário-Geral do PCB, é uma prova disso. A I Conferência Nacional do PCB, de agosto de 1934, também vai defender uma ampliação nas possibilidades de alianças e uma intensificação do trabalho junto à classe trabalhadora. O que resultaria pouco depois na Aliança Nacional Libertadora. (MARTINS, 1995)

A LSN desencadeou em Santa Catarina diversos protestos. No dia 21 de fevereiro a população foi informada de uma “reunião de protesto” na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, à noite. Um boletim impresso na gráfica de José Rodrigues da Fonseca, convidava “operariado em geral, médicos, advogados, jornalistas, estudantes, soldados e marinheiros”. A polícia civil proibiu a manifestação e o diretor do sindicato convocado para prestar esclarecimentos. (MARTINS, 1995)

A agitação provocada pela Frente Única mobilizou grande aparato de forças militares para barrar um novo comício de protesto, agora da Frente Única dos Sindicatos dos Operários de Florianópolis, porém sem sucesso. Apesar das falhas, isso foi um teste para um movimento maior de massas: a ANL.

A ANL foi fundada em Santa Catarina, no dia 9 de junho de 1935, em Florianópolis, com a presidência do médico Cezar Ávila. Como vice, o capitão da Força Pública Renato Tavares da Cunha Melo e o médico Miguel Boabaid como secretário-geral. Outro capitão do

Exército, Germano Donner, participante da Revolta do Forte de Copacabana em 1922 e depois anistiado, compunha a comissão executiva. (MARTINS, 1995)

Na inauguração, manifestaram-se o jornalista Lourival Câmara, que leu uma carta do Luís Carlos Prestes; o médico Ávila, que atacou o “capitalismo estrangeiro”, negou o caráter comunista do movimento e a ajuda financeira de Moscou, bem como desmentiu o ateísmo da Aliança; o capitão Tavares, que elogiou a ANL como organização que apoia os oprimidos e luta contra o imperialismo, fascismo e o latifúndio; o operário Manoel Alves Ribeiro, atacou o integralismo e o deputado estadual João de Oliveira, apontou diferenças entre o PCB e a ANL. Também estiveram presentes representantes das associações sindicais de Florianópolis e de uma comissão de operários de Itajaí. (MARTINS, 1995)

O diretório estadual foi oficialmente formado em Florianópolis em 13 de junho de 1935, e posteriormente, foram fundados diretórios locais nos municípios de Lages, Tubarão e Itajaí. (COELHO, 2010)

Podemos destacar o discurso de Manoel Alves Ribeiro, operário ligado ao Sindicato da Construção Civil e que, em 1932, participou da diretoria da Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis, ou seja, um homem com uma forte ligação com o sindicalismo catarinense. Nas suas palavras, publicadas no jornal *O Estado* (1935) o alvo ficou concentrado na ação dos integralistas, que formavam o principal entrave às reivindicações obreiras, como destacou em seu discurso:

Companheiros Operários! Em toda extensão do País, onde os operários reclamam melhoria imediata de alimentação, casa, roupa e saúde, armam-se bandos integralistas para reprimir todas e quaisquer possibilidades reivindicadoras e garantir os costados daqueles que mantêm a exploração em que vivemos.

Enquanto a ANL era apresentada como a organização correta para a defesa dos direitos dos trabalhadores e a luta pela reivindicações operárias, como expôs Mimo:

Devemos confiar na Aliança Nacional Libertadora, que é a única organização nacional amiga dos trabalhadores e que luta com absoluta sinceridade e com desassombro contra os seus maiores inimigos – O INTEGRALISMO, os LATIFUNDIÁRIOS e o IMPERIALISMO.

O lançamento da ANL em Florianópolis teve ampla repercussão em todo estado. Os jornais logo reproduziram o evento, publicando os pronunciamentos de todos os oradores no ato. Os operários de Itajaí voltaram empolgados a repetir o feito na sua própria cidade. Aderiram em apoio, em Florianópolis, a Assemércio (sob nova diretoria), os sindicatos dos trabalhadores dos armazéns e trapiches, construção civil, padarias, garçons, a União dos Chauffeurs e a União dos Operários Estivadores. (MARTINS, 1995)

A ANL rapidamente expandiu a alguns municípios, atraindo pessoas de diversas tendências políticas e classes, montou um Diretório Municipal Provisório, no entanto, segundo Mimo, a maior penetração da Aliança era na classe média burguesa, que era antifascista, “não existia um apoio de base, Não havia realmente uma ligação firme com a classe operária, com os trabalhadores”. (MARTINS, 1995)

A Aliança teve um apoio significativo na cidade de Itajaí, com base no Sindicato dos Estivadores, com os trabalhadores da Usina Adelaide e com outras pequenas indústrias. O jornal *O Libertador*, do advogado Francisco Rangel, divulgava documentos da ANL, artigos do H. Cascardo, manifestos do Prestes e noticiários em geral. Rangel mantinha uma biblioteca de títulos comunistas com obras de Lenin e na livraria dele que abastecia os comunistas de livros de Itajaí e Florianópolis. No sul catarinense, os aliancistas tiveram algum sucesso em Tubarão, base eleitoral do deputado João de Oliveira. Mas foi no Planalto norte, nos municípios de Canoinhas, Mafra e Porto União, onde o aliancismo foi mais propagado, tiveram confrontos violentos com integralismo, em uma oportunidade, resultou na morte do funcionário federal e militante da ANL, Cid Vieira e um operário. Os aliancistas da região também obtiveram apoio dos jornais *O Trabalho* e dos Sindicatos dos Ferrovieiros Catarinenses e em Canoinhas, circulou o jornal antifascista *Avante*. (MARTINS, 1995)

Álvaro Ventura foi considerado um dos principais mentores da ANL e das atividades comunistas em Santa Catarina, de acordo com o inquérito policial encaminhado ao DOPS. Ao seu lado, encontrava-se José Rodrigues Fonseca, tido como extremista e seu braço direito. Esses dois militantes, juntamente de outros membros da ANL, foram enviados, em 1936, para o Rio de Janeiro, onde foram processados pelo Tribunal de Segurança Nacional e ficaram presos até 1939. (COELHO, 2010)

Da mesma forma que ocorreram confrontos entre aliancistas e integralistas em São Paulo e outras localidades, também foram registrados choques em Florianópolis. O primeiro foi registrado pelo jornal *O Estado* (1935) em outro conflito. Um integralista tentou tirar a força de uma casa comercial, um “desenho crítico”, uma caricatura de Plínio Salgado e o capitão aliancista Tavares recorreu a força física para impedi-lo. O bate-boca envolveu o chefe provincial, Othon d’Eça, que procurou a polícia para reclamar e o acusou de “excessivo partidarismo”. (MARTINS, 1995)

Um novo elemento do conflito apareceu no jornal *A Gazeta* (1935) que repercutiu a denúncia do chefe integralista, a capa da edição do dia 15 de junho, o oficial aliancista em carta a Othon d’Eça, entregue por Álvaro Ventura, que pede que retifique a denúncia ou proponha um duelo. Othon buscou desmentir que denunciou Tavares e disse que esteve com

um major, porém os fatos não podem constituir uma denúncia regular, o que gerou um incidente com o diretor do jornal, Jairo Callado. (MARTINS, 1995)

Aos poucos, o clima entre integralistas e aliancistas se intensificaram, resultando em conflitos mais violentos. Os incidentes começaram a se espalhar no início de junho de 1935. Em 3 de julho de 1935 em frente ao Café Estrela, estabelecimento localizado nos arredores da Praça XV de Novembro, quando ocorreu o capitão aliancista Renato não conseguiu engolir provocações dos integralistas e entrou em confronto físico com o integralista Celso Caldeira, estavam juntos o Segundo Tenente do Exército Ladislau Fischer e Luiz de Souza entre os integralistas e outros oficiais amigos de Tavares. (ARAÚJO, 2012)

O evento teve profundas consequências dentro da ANL. Logo na manhã seguinte, já havia um grupo de insatisfeitos. Na véspera de um comício da ANL em comemoração de mais um 5 de julho, um dos revoltados, o jovem Carlos Diniz, membro da comissão de propaganda do núcleo aliancista, se encontrou com o capitão Tavares. Diniz confrontou o capitão, em virtude do seu comportamento na noite anterior e disse que pleitearia a sua exclusão na próxima sessão. Renato ficou irritado e acabou atirando em Diniz, que teve que ir ao Hospital. Lá recebeu uma visita do capitão e do presidente da ANL, César Ávila, porém, de nada adiantou, Diniz não retornou ao movimento. (MARTINS, 1995)

Os aliancistas começaram, gradualmente, a ter seus membros presos. O conde russo Wladimir Uvaroff foi detido e posto em cárcere, ameaçado de ser deportado, depois foi solto e preso novamente. Foi preso também o gerente do café da Ilha, por manter cartazes da ANL na parede. O local, que fica na praça XV de Novembro, era um ponto de encontro entre aliancistas, se encontravam após o expediente e podiam se alimentar, beber, ter acesso a jornais, revistas, além disso, os frequentadores tinham o hábito de fazer caricaturas. Num dos espelhos, foi colado uma charge do líder integralista Plínio Salgado montado num porco com galinhas verdes ao seu redor, ao lado de um pedaço de jornal com o hino da ANL. (MARTINS, 1995)

Somados aos conflitos em Canoinhas e em Florianópolis, também em Rio do Sul há indícios de conflitos, porém com superioridade integralista. O farmacêutico Laurentino Ávila, irmão do médico César Ávila foi obrigado a abandonar sua farmácia por medo de represálias por parte dos integralistas, que eram cerca de 1.700 na cidade. (MARTINS, 1995)

Em 5 de julho de 1935, a ANL fez sua última sessão pública em Santa Catarina e no país inteiro. A realizada em Florianópolis contou com pessoas de todas as classes sociais, foi realizada na sede da Aliança pela proibição da polícia de comícios públicos. Discursaram Manoel Alves Ribeiro, Porfírio Gonçalves, Otto Strauch, José Rodrigues da Fonseca e o

capitão Renato Tavares. Depois foram dados saudações à ANL, aos proletários do Brasil e ao “general” Luís Carlos Prestes. Ainda foram enaltecidos a Revolta do Forte e a Coluna Prestes pelo deputado João de Oliveira e o jornalista Jairo Callado. (MARTINS, 1995)

O manifesto de Prestes lido por Carlos Lacerda, em que são feitas duras críticas ao governo federal, gerou pânico em Santa Catarina e uma debandada dos dirigentes não-comunistas da ANL. No dia 11, a sede da ANL em Florianópolis foi fechada, dia 14 em Itajaí e Laguna invadidas e nesse tempo, a própria ANL dissolvida e suas atividades proibidas. (MARTINS, 1995)

Com a insurreição comunista em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, ficou facilitada a prisão de elementos ligados ao PCB e a ANL. Em Florianópolis, no final de novembro de 1935, foram presos Walter Pinho, José Rodrigues da Fonseca, Oscar Ammom e Fernando Willen. Postos em liberdade dias depois, Fonseca e Willen voltaram a ser presos em maio do ano seguinte e enviados em junho ao Rio de Janeiro, junto com Antônio Garrido e Humberto Freund. O capitão Renato Tavares foi preso em São Gabriel no Rio Grande do Sul e encaminhado à capital federal. Poucos meses antes, tinham sido excluídos do Exército, junto com Prestes, Antônio Rollemberg, Trifino Correia, Germano Donner e outros oficiais. (MARTINS, 1995)

Álvaro Ventura, quando soube dos levantes, estava em Itajaí, envolvido nas negociações da greve dos estivadores. A greve terminou e Ventura conseguiu um trabalho a bordo de um navio alemão, logo ficou sabendo de um amigo que a polícia havia revirado a sua casa. Ventura seguiu com o ele para o porto de Sambaqui, em Florianópolis, e rumou para Santo Amaro da Imperatriz, onde permaneceu na casa do padrinho Bernardo Vaz. De lá, como não passou nenhuma tropa, subiu a serra e ficou hospedado em uma fazenda, no município de Bom Retiro. Acabou sendo preso, entregue por um taxista bêbado. Ficou preso um mês em Florianópolis, preso no quartel da Força Pública, transferido depois para São José. Posteriormente, foi encaminhado ao Rio de Janeiro, onde ficou detido em um navio-presídio. (MARTINS, 1995)

Graciliano Ramos, no seu livro *Memórias de Cárcere* recorda as jogatinas de pôquer com Álvaro Ventura: “o mais perfeito gentleman que vi foi Álvaro Ventura, homem lento e gordo, estivador em Santa Catarina, o primeiro comunista eleito para a Câmara Federal: vivia conosco, aguardando lugar na colônia correcional”. (MARTINS, 1995)

Manoel Alves Ribeiro, o Mimo, relata: “Nós, aqui, não tínhamos nenhum conhecimento de que ia estourar aquilo. Fui surpreendido pelo movimento de 35. Eu estava sempre reunido com o pessoal da Aliança e aquilo arreventou em cima de nós”. Mimo estava

trabalhando “naquele quartel do Estreito, e lá mesmo fui preso”. Foi preso num dia e solto num outro. Mimo recorda que as direções intermediárias do Partido Comunista não tinham conhecimento do levante. E que a ANL foi criada por um grupo de comunistas através de Emílio Bonfante Demaria, um piloto de navio, que fazia o contato do estado com a direção, no Rio de Janeiro. (MARTINS, 1995)

Por fim, Álvaro Ventura tornou-se em 1943, secretário-geral do PCB e entregou o cargo ao recém-anistiado Luís Carlos Prestes em 1945. Em 1948, rompeu com o Partido.

2.3 Integralismo no Ceará⁵

O Integralismo no Ceará surge de um movimento operário: a Legião Cearense do Trabalho que teve uma forte presença da Igreja Católica e que também foi peça chave para o sucesso do Integralismo a nível local. O tenente Severino Sombra como principal articulador e chefe da LCT tornar-se-ia figura central na organização da AIB, ao lado de Olbiano de Mello e Plínio Salgado. Em seu estatuto, constava a intenção de criar a Legião Brasileira do Trabalho, o que fazia de Sombra, um possível concorrente de Salgado, ao cargo de Chefe Nacional da AIB.

Jeovah Motta⁶ foi o primeiro Chefe Provincial da AIB no Ceará e permaneceu até sua renúncia em 1937. Motta abandonou o Integralismo e renunciou seu mandato de deputado federal, antes do golpe do Estado Novo. Em 1945 se candidatou pelo Partido Comunista Brasileiro ao Senado Federal. Foi eleito com apoio da Liga Eleitoral Católica - formada por inspiração do Cardeal Leme, no Rio de Janeiro - que pretendia orientar o voto dos fiéis e propor artigos de orientação católica na Constituição.

O Ceará foi o único Estado cujos integrantes ameaçaram a liderança de Plínio Salgado como Chefe do movimento. A primeira foi no I Congresso da Ação Integralista Brasileira em Vitória, em 1934, quando Severino Sombra volta do exílio e concorre à chefia e a outra é a renúncia de Salgado por temer a liderança do cearense Gustavo Barroso, chefe das milícias, que chora e pede pela a volte Salgado ao cargo. Ocorreu também no Ceará as dissidências

⁵ O subcapítulo “O Integralismo no Ceará” foi incluído neste capítulo por sua relevância na pesquisa, pois teve importantes líderes dissidentes e seria possivelmente, caso Salgado fosse presidente, o primeiro grupo a dissentir do governo.

⁶ Todas as informações referentes à história do integralismo no Ceará foram extraídas de: PARENTE, Josênio C. *Anauê: as camisas verdes no poder*. 2. ed. Fortaleza: UFC Edições, 1999.

mais importantes: Severino Sombra após perder a liderança para Plínio e Jeovah Motta em 1937.

A presença de jovens clérigos como Hélder Câmara evidencia a forte ligação entre a Igreja Católica e o Integralismo cearense, marcada pela influência da doutrina social cristã e pelo engajamento em associações operárias.

No Ceará, o Integralismo também será entrincheirado principalmente pelas classes médias, apesar disso, a grande presença operária, deixará uma marca expressiva no movimento da região.

A encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891 outorgada pelo Papa Leão XIII, foi a de maior impacto na orientação da Igreja Católica sobre os movimentos operários. A encíclica trouxe uma linha reformista e procura defender os interesses da classe trabalhadora, ao mesmo tempo, condena o socialismo, estabelece uma harmonia entre as classes e propõe as corporações operárias.

Pio XI divulga em 1931 a encíclica *Quadragesimo Anno* que rememora os quarenta anos da *Rerum Novarum* e reafirma seus valores e princípios básicos, bem como esclarece outros termos como “a questão do salário justo, da justiça social, do corporativismo, do papel das instituições governamentais”. (PARENTE, 2020)

Hélder Câmara se destacou entre os círculos católicos, virou padre em 1931 com 22 anos incompletos (contou com uma licença especial do Papa Pio XI) e foi acolitado pelos tenentes Sombra e Motta. E com uma relevante participação no movimento operário, sendo diretor da Sindicalização Feminina Operária e depois como chefe da Juventude Operária Católica (JOC).

Severino Sombra é um jovem militar de formação católica e afeito às ideias antiliberais de Jackson de Figueiredo. Com a Revolução de 30 foi preso por recusar-se a fazer parte devido ao seu pensamento que era um movimento de cunho liberal-democrático, portanto, combateu-a. Anistiado, participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932, sendo preso novamente e exilado em Portugal.

Antes, ele retorna ao Ceará em 1931 e encontra as fileiras operárias extremamente disciplinadas. Com a sua ideologia formada, Sombra entrou em contato com as associações operárias junto do secretário da Federação Operária Cearense, Manuel dos Santos. No dia 23 de agosto, Sombra reuniu no teatro José de Alencar, 6 mil trabalhadores, além de autoridades civis, militares e eclesiásticas, conforme o Ideal Legionário e fundou a LCT.

Uma parada da Juventude Operária Católica marcou a filiação da JOC à LCT e o encontro de Severino Sombra com o Padre Hélder Câmara, mobilizando a juventude católica

e filhos dos operários no dia 15 de outubro de 1931. A Legião teve uma grande repercussão nacional ao receber uma visita do Ministro do Trabalho, Lindolpho Collor, no mesmo teatro foi recepcionado pela LCT e recebeu 8 mil pessoas, segundo Sombra.

Todos esses tópicos revelam a influência da Igreja católica na LCT, entretanto podemos dizer que houve uma síntese desse pensamento com a “doutrina social católica, alguns ideais tenentistas e características de inspiração fascista.” (CORDEIRO, 2013)

No discurso inaugural da Legião, Severino Sombra salientou ser uma sociedade que deseja uma reforma social e busca educar o operário para tornar-se um colaborador das outras classes, ainda pretende defender o trabalho e defendê-lo do liberalismo econômico e do comunismo. Posições muito próximas do que viria ser o Integralismo. Ainda, defende o contrato coletivo para que o trabalhador tenha um salário vital e utilize as greves como moeda de troca para melhoria nas condições de trabalho.

O Ideal Legionário na edição de 1931 lista quarenta associações operárias de Fortaleza e do interior do Ceará, portanto Sombra figurava como um grande líder operário no cenário nacional. Para provar isso, Alceu Amoroso Lima, líder do movimento de renovação católica do Centro D. Vital, publicou um artigo no jornal *A Razão* (1931), de Plínio Salgado, em São Paulo, chamado “Legião do Trabalho”: “A energia indomável de um jovem militar, está, neste momento, realizando no Ceará uma das obras mais fecundas que jamais se levaram a termo no Brasil”.

O tenente Jeovah Motta, convertido por Hélder Câmara e Severino Sombra, foi uma das lideranças do movimento operário cearense e aumentou sua importância elegendo-se para deputado federal na Constituinte de 1933. A sua atuação na Legião Cearense de Trabalho teve uma atuação progressiva, inicialmente é empossado em 3 de janeiro de 1932 como Juiz do Tribunal Legionário e eleito seu vice-presidente.

No ano de 1932, inicia as viagens de Severino Sombra ao Rio de Janeiro para com Plínio Salgado e Olbiano de Mello, fundarem a Sociedade dos Estudos Políticos e dela a Ação Integralista Brasileira. Sombra tinha o desejo de fundar a Legião Brasileira do Trabalho noutros Estados e transformar seu movimento em algo nacional. Ao mesmo tempo, realiza-se a colação de grau de bacharéis em Direito e entre os formandos está Ubirajara Índio do Ceará, figura importante da Legião e posteriormente da AIB. Ainda, o jornal católico *O Nordeste* começou a publicar as Notas Políticas de Plínio Salgado sendo o primeiro deles chamado “*Rumo à Ditadura*”. Todos os movimentos no centro do país refletem no Ceará. Sendo assim, os tenentes Jehovah Motta e Severino Sombra, Pe. Hélder Câmara e os Drs. José Bonifácio de Souza e Domingos Barroso se unem para fundar a SEP no Estado do Ceará.

A Legião liderou uma das grandes greves na Light, além da parada das fábricas, o bonde elétrico do transporte dos operários não funcionou. Com três dias de greve, o Dr. Valdemar Falcão, presidente do Tribunal Legionário, foi chamado no Ministério do Trabalho para responder sobre o ocorrido. Os marítimos também entraram em greve em solidariedade. Após mais de uma semana, os trabalhadores têm parte das suas reivindicações atendidas e encerra-se a greve com direito a concentração para a comemoração da vitória. No dia 1º de maio, dia do trabalhador, ocorrem desfiles com 38 associações ligadas à LCT.

A AIB é organizada paralelamente à atuação da LCT, já na quarta reunião é constituída sua direção. Desse modo, temos a Legião como precursora da Ação Integralista. Sombra estava no Rio de Janeiro para organizar a fundação da AIB quando irrompe o movimento revolucionário paulista. Severino Sombra apoia o movimento e volta ao Ceará para convencê-los a lutar na guerra contra o governo federal. Sombra, no auge da sua glória, é preso e exilado. Jeovah Motta estava no lado contrário e luta a favor do governo constituído e é promovido a Capitão. É exagerado afirmar que a LCT finda ao ter seu maior líder exilado do país, porém ele tem um grande declínio da sua liderança, por isso renuncia o seu cargo em Portugal. Quem assume a LCT é um triunvirato formado por Jeovah Motta, Ubirajara Índio e João França, os mesmos intelectuais de classe média que organizaram a AIB no Ceará.

A AIB foi fundada no Ceará no dia 15 de novembro de 1932. Os oradores foram Jeovah Motta, Pe. Helder Câmara, Manoel dos Santos e o acadêmico Victor Hugo Guimarães. O envolvimento de Motta foi tanto que desligou-se do Clube 3 de outubro, no qual o interventor do Estado fazia parte e o tenente Sombra até ser transferido para o Rio Grande do Sul. Essa saída deu maior possibilidade para a dedicar-se à AIB.

A Liga Eleitoral Católica se instala em 16 de dezembro no Ceará e assim no final daquele ano começa a corrida eleitoral para a eleição dos representantes que irão formar a Constituinte em maio do ano seguinte. A LCT estava bem mais preparada que a nascente AIB. O triunvirato que dirige a Legião acaba em fevereiro e desde então Jeovah Motta é empossado no teatro José de Alencar como chefe, sendo assim, acumula a liderança da AIB e da LCT e denota a união das duas legendas. Ubirajara Índio continua sendo o Secretário Geral. A LEC sairia vitoriosa do pleito para a Constituinte tendo Jeovah Motta sido eleito.

Em 9 de agosto de 1933 é aprovado, de forma unânime, o apoio da LCT à AIB no Ceará. Plínio Salgado chega à cidade apenas três dias depois com os Drs. Martins Moreira, Hermes da Mota Barcelos e o capitão Aristófanes Ribeiro do Vale. A visita de Plínio Salgado a Fortaleza em 1933 consolidou a aproximação entre a LCT e a AIB, com palestras públicas e atividades de propaganda integralista.

A aproximação da LCT-AIB é defendida em editorial pelo semanário O Legionário que expõe trechos de O Ideal Legionário e do Manifesto de Outubro. Em novembro o tenente Severino Sombra volta do exílio, de Portugal, e irá radicar-se no Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1934, aconteceu o Congresso de Vitória, no Espírito Santo, em que aconteceu a eleição ao cargo de Chefia da AIB e aprovação dos estatutos integralistas. Sombra perde para Plínio Salgado e no dia 22 rompe com o Integralismo, escreve um manifesto à LCT publicado no Jornal Correio do Ceará chamando-os de traidores e covardes. Enquanto isso, continuava as caravanas da AIB pelo Ceará, chefiada pelo tenente João Carvalhedeo e vinha uma do Sul com Gustavo Barroso, Miguel Reale, entre outros, com fins de propaganda e doutrinação.

A tradicional liderança operária da LCT não aderiu à AIB e continuou suas atividades em paralelo, inclusive com greves vitoriosas como as dos padeiros. Inácio Ramos, Chefe de Crato, foi o líder mais intransigente da LCT. Segundo os operários, a AIB era uma área de intelectuais. Vital Félix, Eusébio Mota e Manoel Nobre de Souza foram alguns operários que ficaram de fora e tinham uma boa transigência e contato com sua classe, por outro lado, a liderança intelectual alcançava em sua maioria a classe média.

Considerações estas corroboram para a visão de Josênio Parente de que a classe operária da AIB via LCT não se caracteriza de forma suficiente pela dificuldade de aderência dos operários e uma visão do movimento como pertencente a intelectuais. Portanto, não podemos definir o Ceará como a exceção operária da AIB. Moacir Teixeira de Aguiar, em entrevista ao MIS de Fortaleza, diz que o Integralismo perdeu grande parte do operariado com a dissensão do tenente Severino Sombra.

O apoio que a Igreja deu ao movimento operário no início da década de 30 é transferido à AIB. A LCT continua como movimento autônomo mas sem a mesma força de antes no início dos anos 30. A preocupação operária na AIB continua sendo do capitão Jeovah Motta que faz na Sociedade 24 de julho, uma conferência sobre “A Lei de Sindicalização Operária”.

A força da AIB no Ceará se fez presente na eleição para a Constituinte estadual em que fez 2 deputados: Ubirajara Índio do Ceará e Carlos Benavides. Posteriormente, em 1935, com o afastamento do interventor Felipe Moreira Lima, a eleição do novo governador, em que com seus 2 votos, elegeu o candidato da LEC, Dr. Francisco Menezes Pimentel. Os integralistas vão ocupar a Secretaria de Instrução Pública, pela pessoa do Padre Hélder Câmara, que permanece apenas cinco meses no cargo e logo se exonera, em razão de desavenças dos integralistas com um destacamento policial e embarca ao Rio de Janeiro.

O ano de 1936 é marcado pela eleição às Câmaras Municipais e o desentendimento entre a LEC e a AIB que lançaram candidatos diferentes. Com a Lei de Segurança Nacional, a perseguição dos comunistas, poderiam os católicos e integralistas dividirem seus votos e disputar os cargos disponíveis. Sem o apoio da Igreja, em virtude do rompimento com a LEC, o Integralismo cria um jornal próprio, *A Razão*, que começa a circular em abril.

O II Congresso da Ação Integralista Brasileira que ocorreu em Petrópolis, dia 7 de março de 1936, lançou a AIB como oficialmente um partido político, dessa forma podemos compreender a antecipação da participação eleitoral no Ceará como pioneira do movimento.

Em 1937 ocorre o rompimento do capitão Jeovah Motta com o Integralismo pelos seguintes motivos:

Meu integralismo formou-se ao rude sopro das reivindicações populares, das lutas da Legião Cearense do Trabalho e foi sempre, acima de tudo, o anticapitalismo, a não transigir com os hábitos e os ideais da vida burguesa, como a opressão das forças econômicas sociais dominantes. É a convicção a que cheguei de que a Ação Integralista Brasileira, tanto pela sua doutrina como pela sua organização, não é, e não poderá ser, instrumento adequado desses meus ideais e ímpetos, a compreensão a que hoje me rendo de que nele, na realidade, não há lugar para a ampla e intensa ação proletária sindical: uma coisa e outra valem, perante minha consciência, como impositivos de tal força que eu não poderia agir senão como estou agindo. (CARONE, 1974, p. 215. apud CHASIN, 1978, p. 86)

Para João Bertonha (2019), a renúncia de Jeovah Motta tem relação com a dificuldade de relacionamento do integralismo com os operários. Motta abordou o tema no primeiro congresso de trabalhadores integralistas, em 1936, enquanto isso já espalhava artigos sobre o operariado pelos jornais integralistas espalhados pelo país, inclusive o *Flamma Verde*, de Florianópolis. Em setembro, recebeu a direção do Serviço Sindical Corporativo, com o objetivo de criar sindicatos integralistas e no fim do ano ocorreu o segundo congresso dos trabalhadores integralistas. Ele deixou a AIB desiludido com a falta de contato do integralismo com os trabalhadores e seu caráter “pequeno burguês”, com falta de um panorama revolucionário.

Com a saída de Jeovah Motta, chega no Ceará, dia 17 de junho, antes do Golpe do Estado Novo, o cearense Gustavo Barroso para fazer propaganda da candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República. A LEC apoia José Américo de Almeida, de forma discreta. Instalada a Ditadura, membros integralistas foram presos, apesar disso, nomes como Ubirajara Índio volta às funções no Ministério do Trabalho, como secretário da Inspetoria Regional de Fortaleza, chegando a ser Procurador da Justiça do Trabalho em 1941 e Valdemar Falcão foi nomeado no Ministério do Trabalho.

A nomeação destes dois revela certa incorporação de agentes integralistas no Estado Novo. Apesar do elo LCT-AIB e uma liderança incomum, não podemos dizer que o

Integralista cearense foi um movimento operário. Lauro Maciel, ardente militante integralista e líder de massas, constata que se Plínio Salgado fosse eleito Presidente da República em 1937, as primeiras dissensões viriam do Ceará, pela grande influência nas melhorias das condições de trabalho dos operários.

Com isso, a visão sobre o Integralismo no Ceará, por vezes era muito ambígua. Para uns, era visto como um Catolicismo de direita, pelo apoio dado pela LEC e a Igreja e para outros como um “comunismo disfarçado” ou “melancia”, por apoiar e incentivar greves.

3. INTEGRALISMO EM SANTA CATARINA

A adesão das colônias de origem alemã ao Integralismo tem sido discutida pela historiografia entre duas explicações: a identificação com os fascismos europeus ou a oposição a esses regimes. No caso de Santa Catarina, onde vivia uma população teuta estimada em cerca de 220 mil pessoas na década de 1930, o Integralismo alcançou expressão significativa, elegendo 8 prefeitos e 72 vereadores, número muito superior ao do Rio Grande do Sul, que registrou apenas um vereador em Novo Hamburgo, um em Caxias do Sul e dois em Arroio do Meio. (GERTZ, 1987)

3.1 Contexto político até a Revolução de 30

Porém, antes de compreender o sucesso eleitoral integralista, é necessário retroceder ao quadro político estadual da Primeira República até a Revolução de 30, movimento que alijou do poder os grupos que, até aquele momento, estavam no controle, e alçou outro que vinha fazendo oposição desde a década de 20. As correntes historiográficas tradicionais interpretam esse período como um tempo sem grandes tensões e rupturas políticas. João Henrique Zanelatto (2012) discorda dessa perspectiva e compreende que a Primeira República em Santa Catarina foi marcada por disputas mesmo que no seio do Partido Republicano, o único no Estado, a partir de 1902 com a fusão do Partido Federalista com os republicanos.

Jali Meirinho (1997) aponta como embrião das oligarquias catarinenses a vitória dos republicanos sobre os federalistas na Revolução que teve seu fim em abril de 1894. Essa oligarquia apresenta uma configuração diferente, identificada com lideranças urbanas e personificadas no bacharelismo e na burocracia estatal. Apesar dessa origem, uma fração é oriunda do latifúndio familiar, representado pela família Ramos, do planalto catarinense, cujo patriarca Vidal Ramos, político, mantém em evidência no poder desde o Império até os anos 60.

Até a década de 20, Lauro Müller e Hercílio Luz dividiram o comando do Partido Republicano. Ora opondo-se, ora compondo-se, de acordo com as circunstâncias, essas duas correntes conduziram a política catarinense. Ambos vieram da burocracia estatal. Lauro Müller, militar de formação positivista, governou o Estado jovem em 1889. Foi deputado federal, ministro de Estado, Senador da República e foi influente a nível federal da Proclamação da República até o fim da sua vida. Hercílio Luz dispôs de maior prestígio em Santa Catarina, a partir da sua oposição aos federalistas no estado. Em 1893, liderou para a

derrubada do governo federalista que se instalara em Desterro. Em 1894 foi aclamado governador, sendo o primeiro governador eleito pelo voto direto. Meirinho o caracteriza como um líder carismático e com uma conotação personalista. (MEIRINHO, 1997)

A primeira ruptura na legenda aconteceu em 1920, com a fundação, por Nereu Ramos, da Reação Republicana, em 1921, e, posteriormente, o Partido Liberal Catarinense, em 1927, chegando à Aliança Liberal, em 1929. (ZANELATTO, 2012)

Em 1908, Hercílio Luz rompeu com o governador Gustavo Richard, republicano histórico, vinculado à corrente laurista dentro do PRC. Essa decisão refletiu na campanha presidencial de 1910. Pela primeira vez no Brasil, houve uma candidatura de oposição. Müller apoiou o candidato oficial, o ministro de Guerra, Hermes da Fonseca e Luz apoiou Rui Barbosa. Luz atraiu jovens bachareis à causa em Santa Catarina, entre eles, os recém-formados na Faculdade de Direito em São Paulo, os irmãos Victor e Adolfo Konder, que iniciavam sua vida pública. (MEIRINHO, 1997)

A morte de Hercílio Luz em 1924, e de Lauro Müller em 1926, abriu as portas para novas lideranças políticas no estado que configuram-se aos poucos. A partir daí, a disputa foi entre a família Ramos, do planalto catarinense, e a família Konder, do Vale do Itajaí. Adolfo Konder fez seu sucessor na cadeira de governador do Estado, porém Fúlvio Aducci governou apenas 27 dias, pois foi deposto pela Revolução de 30. (ZANELATTO, 2012)

3.2 Mobilização, adesão e perfil dos integralistas

O governador Nereu Ramos chegou a manifestar irritação com a vitória integralista nessas regiões, o que evidencia os conflitos entre o governo estadual e o movimento. O Congresso regional realizado em Blumenau, em outubro de 1935, confirma a centralidade da cidade e o peso dos núcleos coloniais na dinâmica integralista catarinense, estado que abrigava o terceiro maior número de militantes do país. (GERTZ, 1987)

O Congresso de Blumenau contou com a presença de 260 núcleos espalhados pelo país que concentrou integralistas de diferentes grupos étnicos, somando de 25 a 42 mil pessoas. Segundo Zanelatto (2012), o evento permitiu a consolidação e a difusão da AIB no estado entre a classe média e a classe trabalhadora tanto entre imigrantes e seus descendentes quanto em luso-brasileiros. Pode-se dizer que, com toda mobilização, criou-se um sentimento de pertencimento à nacionalidade brasileira entre os imigrantes e descendentes, definitivamente um caminho para se expressar.

Estavam presentes representantes da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, além dos catarinenses, chefiados por Othon Gama d'Eça. Foram servidos churrasco e feijoada aos integralistas visitantes. No dia principal do evento, estima-se que 40 mil camisas-verde desfilaram, o que superou a expectativa dos chefes integralistas. Posteriormente, José Ferreira da Silva estimou em 15 mil pessoas. (MARTINS, 1995) O que configura uma reunião de enormes proporções, pois conforme Censo demográfico de 1940, Blumenau tinha uma população de 13.867 habitantes.⁷

Ademais, o historiador Luiz Felipe Falcão (2012), analisando o discurso de alguns integralistas, notou algumas singularidades. A ideia de pátria era estendida também para as populações de origem germânica, estimulando-as que incorporassem na construção uma nação brasileira e não apenas integrassem a uma nação já construída.

Nereu Ramos atribui a vitória do integralismo por dois pressupostos: a falta de assimilação das colônias e a conservação da identidade levando a adesão ao nazismo, visto que apenas alemães natos poderiam ser aceitos na NSDAP. Desse modo a adesão ao integralismo seria por dois motivos: a colaboração entre integralismo e nazismo, sendo um disfarce para o segundo e a falta de capacidade dos teuto-brasileiros de distingui-los. (GERTZ, 1987)

Os integralistas buscaram desmentir afirmando que estavam cansados de ser massa de manobra dos partidos políticos tradicionais, que mantêm apenas interesses regionais, além de apelar a virtudes do teuto-brasileiro de ordem e trabalho e que busca um partido nacional para representá-lo. Ainda em um futuro Estado Integral, os teuto-brasileiros estariam representados nas classes profissionais, em que sua maioria é composta por pequenos agricultores. (GERTZ, 1987)

Os aspectos políticos são bem determinantes para auferir os motivos que os municípios coloniais apoiaram, votaram e elegeram candidatos integralistas. Em 1930, o governador de Santa Catarina Adolfo Konder, teuto-brasileiro, apoiou Júlio Prestes. Prestes venceu no estado com uma ampla vantagem de votos contra Getúlio Vargas, mas nos municípios coloniais, houve uma disputa equilibrada de votos, venceu em Joinville e perdeu em Blumenau, ambas por uma pequena margem. Fatos estes, que demonstram uma enorme oposição das colônias alemãs. (GERTZ, 1987)

Com os acontecimentos da Revolução de 30, os liberais tomam o poder e volta à cena o grupo político da Família Ramos, de Lages, representante do planalto catarinense, onde

⁷ Cf. SERVIÇO NACIONAL DE REECENSEAMENTO. *Resultados preliminares do Censo Demográfico e Predial-Domiciliário*. 1940. p. 37

predomina o latifúndio. No entanto, o primeiro interventor foi Assis Brasil, gaúcho, o que gerou uma revolta entre os catarinenses que queriam um governador barriga-verde. Esse episódio marca uma efervescência política, em que vários partidos se organizaram para substituir o interventor, diferente da pequena atividade oposicionista na década anterior. (ZANELATTO, 2012)

Umas das atitudes do primeiro interventor foram medidas graves contra as colônias alemãs. Houve a introdução de impostos sobre o capital, que afetou as indústrias das áreas coloniais. Exames de proficiência em língua portuguesa para professores de escolas particulares e com a reprovação o docente seria impedido de lecionar, levando ao fechamento de várias escolas. A terceira medida foi o desmembramento do município de Blumenau que tinha mais de 10 mil km² e delimitou 3.750 km² para a construção do município de Rio do Sul.

Apesar da má vontade do governo estadual com as colônias alemãs, novas medidas não foram tomadas até 1934. O que levou a novas iniciativas foi a Constituinte de 1933, em que republicanos, representados pelos irmãos Konder, venceram os liberais, facção do governo estadual, nas cidades de Blumenau e Joinville. Essa derrota política levou o interventor Aristiliano Ramos a dar um duro golpe nas colônias alemãs. Foi decretado a desanexação de uma parte de Joinville e a subdivisão de Blumenau em diversos municípios, sendo eles: Gaspar, Indaial, Timbó, Dalbérgia (Harmonia), sobrando 1.650 km². (GERTZ, 1987)

Com algumas controvérsias e agentes que aceitaram como positiva esse desmembramento, a medida em geral foi entendida como “anti alemã” e transformou a cidade em caos social e possível guerra civil, com o fechamento de indústrias e comércios e ânimos acirrados no centro da cidade. (GERTZ, 1987)

Ali em diante, estavam polarizados o Partido Liberal Catarinense, liderado pelos Ramos e a Coligação Republicana, liderada pelos Konder e Rupp Jr. para as próximas disputas políticas. A Constituinte de 1934 que definiu maioria liberal já contava com as candidaturas integralistas que recém se instalaram no Estado. Eleição dividida e com a maioria por uma cadeira, deixaram os irmãos Konder e os republicanos furiosos, sendo lembrados em seus discursos.

Foi nas eleições de 1934 que surgiu, pela primeira vez em Santa Catarina, um terceiro agrupamento político: a Ação Integralista Brasileira, organizada por Othon Gama d'Eça, Antonio Portini e Carlos Seabra. Nesse mesmo ano, foi instalado o primeiro núcleo integralista em Florianópolis, que passou a disputar votos nas mesmas zonas eleitorais da

Coligação Republicana, ao mesmo tempo em que fazia oposição ao governo estadual. Ainda assim, os grupos não deixavam de confrontar-se entre si.

A AIB surgiu como alternativa aos partidos catarinenses tradicionais que em nada inovaram nas suas práticas políticas. Ainda, o integralismo tinha como política arregimentar qualquer um que tivesse disposto a lutar por suas ideias, sem distinção de classe ou origem étnica, assim, conquistou boa parte das classes médias em ascensão social que não encontravam lugar na política tradicional. Zanelatto (2012) enxerga na retórica anti oligárquica e contestadora do sistema partidário republicano grande receptividade entre setores médios de descendentes de imigrantes no Vale do Itajaí e norte, que procuravam um lugar na AIB, um lugar político próprio.

Quando o movimento integralista percebeu uma boa aceção de suas ideias quis parecer ser “germanófila”. Segundo Gertz, (1987) Plínio Salgado lembrou de seu bisavô que era alemão e viera ao Brasil em 1816, casou-se com uma cabocla, deixando uma geração de caboclos como o próprio Plínio. Gustavo Barroso recordou que seu avô materno também era alemão e trabalhou de engenheiro e passou os últimos anos em Blumenau, dessa forma faria uma visita a seu túmulo.

Esses temas perpassam sobre os integralistas até a extinção dos partidos em 1937. Miguel Reale, secretário de doutrina, deu uma resposta aos integralistas catarinenses sobre o tema. Filhos de estrangeiros deveriam aprender a língua dos pais e a língua dos brasileiros, conforme o jornal *Blumenauer Zeitung* (1935). Plínio Salgado também deu declarações nesse sentido, no jornal *A Offensiva* (1936). O chefe dos integralistas, Othon Gama d’Eça, em julho de 1937, discursou em Blumenau prometendo não proibir o alemão e de fechar as escolas privadas, segundo o mesmo jornal alemão da cidade. (1937)

Vemos uma mudança clara sobre a cultura alemã para os integralistas, de fato não era um tema de grande discussão entre os militantes, servia mais de forma de ataque para seus adversários. Gertz (1987) pontua que os integralistas, no mínimo, não falavam mais alemão que os seus adversários, portanto, trata-se apenas de uma retórica política. O principal orador integralista e mais bem votado vereador da cidade, José Ferreira da Silva, não compreendia muito alemão. Aristides Largura, chefe integralista em Joinville, não entendia nada de alemão, recorria a intérpretes para falar com seus correligionários. Há outros exemplos em Brusque, do vale do Itajaí que atestam conhecimento majoritário de português. Ainda, os integralistas organizaram aulas noturnas para o ensino de língua portuguesa, buscaram aprender o hino nacional e até o hino catarinense.

Não há indicações de que a aceitação do integralismo no nordeste do Estado de Santa Catarina tenha resultado de conflitos interétnicos, há uma relativa indiferença dessa questão entre os mesmos. Não se encontram manifestações racistas e xenófobas no discurso integralistas, há um componente anti-semita que era igualmente difundido na sociedade, ainda que com uma preocupação, pois a questão racial não era uma questão pertinente.

É importante entender o perfil socioeconômico do integralista na região nordeste do estado. Sabemos da força da economia catarinense nas colônias alemãs, muito pelo desenvolvimento das indústrias, tornando-se uma economia pujante, contrária a estagnação do planalto, por exemplo. Em Blumenau, Joinville e Brusque surgiram fábricas têxteis e outros bens duráveis e no interior pequenas indústrias alimentícias. Empreendimentos que dinamizaram a agricultura são “um dos motivos por que o integralismo em Santa Catarina (...) teve também muitos adeptos entre os agricultores”, de modo que tudo indica que o integralismo no Estado estava relacionado mais com o dinamismo econômico do que com a estagnação. Os agricultores que aderiram ao movimento possivelmente o fizeram por terem sido prejudicados pelo avanço da industrialização.

“O integralista típico de Santa Catarina é uma pessoa jovem em processo de ascensão social.” Líderes locais são pessoas de até 40 e poucos anos, casamentos são frequentemente relatados em jornais nos núcleos integralistas. Elementos estes provam o perfil do integralista catarinense. Outra característica importante é a diferença socioeconômica entre os integralistas e seus adversários. Enquanto o integralismo é composto majoritariamente pela classe média e operários, a liderança dos seus opositores são membros da classe dominante. (GERTZ, 1987)

Para Luiz Felipe Falcão (2002, apud ZANELATTO, 2012), o Integralismo em Santa Catarina começou a ser organizado por um grupo de homens, que fundaram um núcleo municipal em Itajaí. A maioria dos integralistas está, para Falcão, entre os pequenos proprietários urbanos e rurais de descendência alemã, italiana, polonesa, entre outras.

Outra perspectiva da fundação do Ação Integralista em Santa Catarina se encontra no livro *Os Comunas*, que relata a presença do capitão Olímpio Mourão, chefe do estado-maior da milícia da AIB, sendo formado um triunvirato dirigente com Othon Gama d’Eça, Antonio Bottini e Carlos Sada. A reunião aconteceu às 11 horas da manhã no prédio nº5 da praça XV de Novembro. Posteriormente, Celso Martins (1995) afirma que Plínio Salgado escolheu Othon Gama d’Eça a dedo para chefiar o movimento no estado.

Gama d’Eça em 1912 já tinha a ideia de formar a Academia Catarinense de Letras, o que aconteceu em 1920. Lançou livros, com destaque para *Homens e Algas*, também foi

bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1920), e atuou como juiz de direito em várias comarcas do estado. (MARTINS, 1995)

O integralismo fez grandes rivais darem as mãos para tentar derrotá-los em Joinville, inimigos em 1930, parceiros em 1936, criaram a Frente Única pró-Joinville para evitar que chegassem às mãos dos camisas verdes, aqueles que não eram identificados com a terra e não sabiam dos problemas do município, segundo a chapa. Em Blumenau, o mesmo, candidatos antes rivais, agora coligados na União Democrática Blumenauense, podemos verificar a mesma assimetria socioeconômica, o candidato integralista era Albert Stein, funcionário de uma empresa de navegação comercial contra Germano Beduschi, comerciante que contava com apoio das grandes personalidades da cidade e do setor industrial. Na lista para concorrer ao cargo de vereador, os integralistas contavam com professor, dono de farmácia, agricultor, operário, mecânico, fotógrafo, sapateiro, funcionário público, em geral profissões da classe média e baixa. Em outras cidades como Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, os integralistas concorreram contra a elite econômica e contavam com nomes sem grande importância. (ZANELATTO, 2012)

De acordo com Carlos Lenzi (1983) no começo de 1937 havia 102 mil integralistas inscritos em Santa Catarina. Segundo Renato Barbosa, (1982 apud MARTINS, 1995) a frieza e a segurança dos dados estatísticos do período, permitem afirmar que, se não houvesse o golpe de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, o integralismo, elegeria, nas eleições gerais de março de 1938, o governador do estado e a maioria dos deputados estaduais e federais.

Argumentos para o sucesso integralista nas colônias em Santa Catarina. A falta de assimilação ocorre em dois problemas: a difícil comprovação através de dados mensuráveis e a oposição a assimilação dos teutos também eram opositores dos integralistas, portanto, o argumento enfraquece. O argumento mais plausível para René Gertz (1987) é que a Revolução de 30 alijou do poder o situacionismo criando assim um vácuo de poder nas colônias, ao contrário de outros municípios que os coroneis derrotados eram incorporados pelos novos mandatários. Enquanto isso, na região nordeste do Estado, praticamente inexistiam coronéis típicos e os políticos locais retiraram-se da cena, caracterizando um espaço em disputa.

Ademais, essa região do Estado já apresentava um potencial de oposição ao governo estadual votando de forma considerável em Getúlio Vargas em 1930. Com isso, a Família Ramos que assumiu o poder, trouxe medidas hostis para as colônias, de forma a abrir espaço para uma terceira via, o integralismo. Cronologicamente, acontece que juntamente com essas

medidas, o integralismo começou a se instalar em Santa Catarina, no ano de 1934. (ZANELATTO, 2012)

O sul catarinense esteve sempre, durante a Primeira República e a década de 30, dominado política e economicamente por três cidades: Laguna, Tubarão e Araranguá. Quem detinha poder político eram lusos e açorianos. As mudanças sociais e políticas na região vieram apenas na década de 20 com a exploração do carvão. O carvão atraiu diversos empresários para a região e assim, cidades de imigrantes (Criciúma e Urussanga) começaram a crescer. Diferentemente do nordeste do estado, no sul começa um processo de ascensão dos imigrantes, do ponto de vista político e econômico. Foi nesse contexto que a AIB surgiu na região no período pós-30. (ZANELATTO, 2011)

3.3 Resultado eleitoral, conflitos e cultura

Os integralistas tiveram um resultado significativo no sul do Estado de Santa Catarina nas eleições municipais, em 1936. Foram eleitos 12 vereadores, além de terem sido lançados candidatos a prefeito em diversos municípios, com destaque para Araranguá e Orleans, que teve disputas acirradas entre liberais e integralistas, sem a participação de republicanos. A difusão do Integralismo não ocorreu apenas entre os imigrantes e descendentes de italianos e alemães, mas também em luso-brasileiros. (ZANELATTO, 2012)

Em Florianópolis, apesar de ser a sede da Chefia Provincial, comandada por Othon Gama d'Eça, teve apenas 202⁸ votos dos 4.171 votos totais para prefeito da cidade, ficando em último lugar na disputa. Houve uma eleição de resultado apertado em Florianópolis entre liberais e republicanos, o que indica certamente dificuldades para a difusão da doutrina integralista na capital. Na Grande Florianópolis, a AIB conseguiu eleger dois vereadores e teve o melhor desempenho na disputa eleitoral em Biguaçu.

Os integralistas catarinenses também sofreram com repressão por parte do Estado. Em 1935, o farmacêutico Ricardo Grünwald e Hans Kold, professor de Joinville, foram presos por instigar os seus companheiros a boicotarem os que não comungam das mesmas ideias. Soltos Grünwald retornou a Jaraguá do Sul, onde era chefe integralista, para organizar sua campanha para prefeito, na qual saiu vitoriosa no ano seguinte.

Ainda, em 35, a sede da AIB em Canoinhas e Rio do Sul foram fechadas pela polícia. Ao longo do ano de 1936, aumentaram os confrontos entre integralistas e a polícia. Numa ocasião, o capitão Trogílio Melo, da Força Pública, foi ferido. No início de setembro, a sede

⁸ Tabela elaborada por ZANELATTO, op.cit. p. 252 do jornal República, Florianópolis, março de 1936.

estadual da AIB, em Florianópolis, foi fechada. As declarações de Gama d'Eça, ameaçando não pagar tributos estaduais, levou Nereu Ramos a tomar essa atitude. Plínio Salgado reagiu, dizendo que Nereu deveria ser preso e argumentou que os 46 habeas-corpus ganhos na justiça, demonstram que o movimento agia na legalidade. Concluiu com uma ameaça: com a força integralista no estado, se quisessem, seria fácil a tomada da capital. (MARTINS, 1995)

Gustavo Pontes (2013) realizou um interessante estudo prosopográfico sobre os dirigentes do jornal Flama Verde e membros de destaque da AIB em Florianópolis, visto que, possivelmente, devido ao baixo desempenho eleitoral, não há muitas pesquisas sobre o movimento na capital catarinense. Entre os aspectos que merecem destaque na pesquisa está a informação de que muitos integralistas ingressaram no curso superior de Direito na Faculdade de Florianópolis e dois deles estudaram no ensino secundário no Ginásio Catarinense. Segundo Pontes, o curso de Direito abrangia uma formação em cultura local e abria espaço para trabalhar na burocracia estatal, carreira essa muito almejada pelas classes médias e parte das elites.

Com isso, podemos afirmar que os adeptos do integralismo em Florianópolis advinham de famílias com algum recurso financeiro, vincularam-se, ao menos, às classes médias florianopolitanas. Falcão (2000, p.126 apud PONTES, 2013 p. 103) garante que as funções dos membros compreendia “tão somente a uma estrutura fortemente verticalizada, onde os cargos de direção eram indicados e não escolhidos pelas bases partidárias”. As classes operárias estão fora dessa camada dirigente na cidade de Florianópolis. Dessa forma, os apontamentos de Héglio Trindade confirmam, nota-se uma predominância das classes médias intelectuais na direção regional.

4. FLAMMA VERDE E A IMPRENSA INTEGRALISTA

4.1 Imprensa Integralista

Os métodos eram diversos para difundir as ideias do integralismo e conquistar novos adeptos e, conseqüentemente, alcançar a unificação e a consolidação da AIB. As principais eram o livro e o jornal como meios escritos e as sessões doutrinárias e o uso de rádio, os meios falados, e pela ritualização e simbologia. (CAVALARI, 2006)

A palavra impressa foi, talvez, o principal meio de comunicação entre dirigentes e militantes. Os teóricos produziam suas ideias e as difundiam por meio de livros, enquanto os jornais as popularizaram. Assim, o jornal servia como instrumento de atualização e popularização, além de transmitir a doutrina integralista de forma uniforme. Havia uma busca por padronização da imprensa integralista tanto em conteúdo, quanto em forma. A AIB criou mecanismos para assegurar a uniformização dos meios de imprensa, um deles foi a criação da Secretaria Nacional de Imprensa, que orientava os periódicos, solicitava exemplares de cada jornal e, de maneira punitiva, podia cassar-lhes a condição de órgãos integralistas. Existiam também nas Chefias Provinciais mecanismos de controle como a Comissão de Imprensa que tinha o objetivo de verificar as matérias de cunho doutrinário, selecioná-las e destinar para a publicação. (CAVALARI, 2006)

Cavalari (2006) observa outra característica da imprensa integralista: o uso constante de estratégias voltadas à persuasão do militante e à unificação do movimento, por meio da repetição constante de ideias com pequenas mudanças, da transcrição de ideias de autores integralistas, do uso de lembretes que estimulavam algum comportamento como assinar o jornal *A Offensiva* ou pagar a Taxa do Sigma e da propaganda comercial aliada à doutrina, que aliava alguma marca ou produto associada ao Movimento. Os periódicos verdes também indicavam livros aos militantes e algumas vezes, o lugar para adquiri-los, estimulando a leitura dos proeminentes autores integralistas.

A Ação Integralista Brasileira mantinha dois jornais oficiais e submetidos ao Chefe Nacional, chamados *A Offensiva* e *Monitor Integralista*. Pontes afirma que a AIB, enquanto esteve legal no país, editou 138 jornais, 2 oficiais, 30 regionais e 106 locais ou nucleares. (PONTES, 2013)

O jornal *A Offensiva*, mantinha espaços relevantes dedicados a questões sindicais, principalmente a partir de 1935 com as colunas *Pagina Syndical*, *Trabalho* e *Syndicalismo*. Entre os colaboradores do jornal estavam figuras como o comerciante Aristides Magalhães, o

ferroviário Adamastor Fontoura e o operário da empresa Light, Alfredo Peres. As colunas foram criadas para servir de espaço reivindicatório do trabalhador brasileiro, é possível assumir que o jornal também buscou uma aproximação do meio sindical, além de instrumento de organização eleitoral e das atividades sindicais. (NETO, 2025)

No segundo maior reduto integralista do país, a Bahia foi lugar em que a propaganda integralista se desenvolveu entre os sindicatos e as fábricas e com algum êxito. O integralismo teve espaço no jornal *Diário de Notícias* para divulgar suas ideias, vários artigos sobre o integralismo e editoriais escritos por camisas-verdes foram publicados. As matérias concentravam-se em inviabilizar o comunismo, mas também, são encontrados esforços para atrair adeptos no sindicalismo baiano, buscando chamar a atenção dos operários. (ALVES, 2008)

4.2 Jornais integralistas em Santa Catarina

Em Santa Catarina, circularam diversos jornais integralistas como *Anauê*, *O Pliniano* e *Die Zukunft* em Joinville; em Florianópolis, *Flama* e *Flamma Verde*; em Blumenau, *O Alvorada*; em Jaraguá do Sul, *Jaraguá*; em Lages, *Mocidade* e em Laguna, *A Voz do Sul*. O *Flama*, *O Pliniano* e a *Voz do Sul* não foram encontrados e são reconhecidos por citações indiretas em outros jornais não integralistas e o *Die Zukunft* se encontra em uma condição muito precária. (ZANELATTO, 2012)

Havia, em Santa Catarina, também muitos periódicos que divulgavam a doutrina do Sigma, eram simpatizantes do movimento estavam e criticavam seus adversários, principalmente, os comunistas e estão entre eles: *O Farol*, de Itajaí; *O Progresso*, de Brusque; *Jornal de Joinville* e *Joinvillenser Zeitung*, de Joinville; *Blumenauer Zeitung*, de Blumenau; e *O Correio do Sul* e *Albor*, de Laguna. Esses periódicos que apoiaram também foram significativos no processo de expansão do integralismo no estado. (ZANELATTO, 2012)

Durante a Primeira República e na década de 30 foram criados centenas de jornais, a maioria com uma curta ou curtíssima duração, e defendiam e difundiam interesses locais de grupos ou partidos e eram poucos que mantinham alguma abrangência regional. Nesses jornais fica evidente as conexões e disputas entre os vários grupos que disputavam o controle do poder político no estado. Essas disputas foram intensas, tendo em vista a fragmentação étnica, econômica, geográfica e cultural que definiram o estado. Segundo Zanelatto (2012), “em grande parte, esses jornais foram criados nas principais cidades do estado: Joinville, Blumenau, Lages, Laguna e na Capital”.

Antes de entrar a fundo no estudo do *Flamma Verde*, é necessário expor algumas coisas sobre o estudo do jornal enquanto fonte histórica. Segundo a historiadora Maria Helena Capelato (1988), na primeira metade do século XX, os historiadores mantinham opiniões contraditórias perante o uso do jornal como fonte histórica. Alguns o desprezavam por considerar suspeito, parcial, ou enalteciam como a fonte da verdade. Capelato (1988, p. 21) busca contestar as duas vertentes, “O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade”.

Para Zanelatto (2012), a imprensa é uma evidência indispensável para as pesquisas que têm o político como objeto de estudo. Os trabalhos que utilizam da imprensa podem ser divididos em dois tipos: uma história através da imprensa e uma história da imprensa. Na primeira, trata-se de compreender os acontecimentos por meio de uma fonte jornalística e no segundo, o historiador estuda a imprensa em si, como objeto de análise. (ALVES, 1998, apud ZANELATTO, 2012)

José D’Assunção Barros (2021) define três características básicas de um periódico: a materialidade, a periodicidade e a publicização. Ainda, o jornal, além de ser fonte de informação, ele é um meio de comunicação, pois comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses”. A informação transmitida por um jornal une-se com a criação de um discurso que comunicam as ideias e valores.

Outra característica importante a se destacar é a polifonia de textos, um jornal é composto por um conjunto de textos escrito por vários autores, então definimos como uma produção multiautoral. O fato de que os jornais se dirigem a uma grande camada diversificada de leitores também os distingue de outras fontes históricas. Os periódicos, da mesma forma, nascem como uma série - ainda que não conseguem e acabam nas primeiras edições, sua intenção do editor é estender-se ao longo do tempo. “Isso é importante porque, através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal, encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica”. (BARROS, 2021)

Por fim, a tiragem auxilia-nos a compreender a abrangência da sua recepção ao grande público assim como o preço, ajuda-nos a entender a infiltração do periódico nas diversas camadas socioeconômicas dos leitores, podendo mensurar se é um impeditivo ou não comprar aquele jornal. (BARROS, 2021)

4.3 *Flamma Verde*

Não são muitas as referências ao *Flamma Verde*, Zanelatto (2012) é o que mais nos traz informações. Lenzi (1983) faz uma breve citação no seu livro *Partidos e políticos de Santa Catarina*. O jornal foi editado entre 1936 e 1938, estava na direção de Othon Gama D'Eça, diretor provincial da AIB, e a gerência de Arnaldo Suarez Cuneo e Celso M. Caldeira. O *Flamma Verde* tinha algumas peculiaridades em relação a outros periódicos do movimento integralista. Havia, além da publicação de notícias da capital, a divulgação de informações de toda Santa Catarina, especialmente das atividades dos núcleos municipais, mas também de vereadores, prefeitos e até do governador Nereu Ramos, consta da mesma forma, notícias sobre a morte, perseguições e prisões de integralistas. Para Zanelatto (2012, p. 308), “isso talvez seja o fato de o jornal estar na Capital, concorrendo com um número muito expressivo de outros jornais que publicavam notícias das várias regiões do estado.”

Somado a isso, havia um grande interesse na questão sindical-corporativa, dedicado a esse tema, eram escritas longas seções temáticas para discutir assuntos como sindicalismo e o operariado, criticando ora a política sindical do governo Vargas e ora a tomada pelos comunistas dos sindicatos brasileiros. Em Santa Catarina, o jornal *Anauê* também produziu conteúdo direcionado especialmente às classes operárias de Joinville. Nos textos são abordadas as condições de vida dos operários e suas formas de associação. (WENDLAND, 2011)

Antes de aprofundarmos na análise, é necessário situar temporalmente a folha. Fundado em 1936, o jornal começou a circular no ano que iniciava a campanha sucessória para a presidência da República, interrompida, posteriormente, pelo golpe do Estado Novo. Nesse período, o clima já era marcado por repressão, censura e restrição da vida política, visto que o país estava em Estado de Guerra. Em março de 1937, Plínio Salgado lançou publicamente sua candidatura à presidência pela AIB mas foi impedido de concorrer, assim como demais candidatos, após a instauração do novo regime. (PONTES, 2013)

O jornal era publicado semanalmente e tinha 47cm de comprimento e 32cm de largura. A sua primeira publicação foi em 12 de setembro de 1936. Ao longo das edições, não necessariamente passavam-se sete dias, algumas vezes foram mais dias necessários para a próxima edição. Isso pode acontecer devido ao acréscimo de páginas do jornal que ocorreu entre as edições de 47 a 69, que teve 6 a 8 páginas, com o predomínio de 6, diferentes das 4 habituais. (PONTES, 2013)

O *Flamma Verde* apresenta na capa um subtítulo “Órgão Nacionalista”, bem como uma caixa com informações básicas da direção, gerência e redação. A localização da redação e administração na Rua João Pinto, nº 29 e o telefone. O jornal custava 8\$000 réis na assinatura semestral e 15\$000 réis na assinatura anual. À efeito de comparação, o diário *O Estado* (1936), que tinha oficina e redação na mesma rua, cobrava 40\$000 anualmente e 22\$000 semestralmente.

Para dimensionar quanto isso representava ao cidadão da época, o jornal *Correio Paulistano* (1936) publicou uma lista de ofertas de emprego. Profissões comuns como cozinheiros, ajudantes de cozinha, arrumadores por 100\$000 a 140\$000 réis mensais. Guardadas as devidas proporções de cada região, o custo do *Flamma Verde* era relativamente baixo e cumpria com o propósito do jornal que também era alcançar o público operário.

Na primeira edição é publicado um texto de Plínio Salgado que se parece com um manifesto editorial de lançamento do jornal, intitulado “*Da mensagem aos Catharinenses*”. O texto é simples e condensa as principais ideias do movimento integralista. Nota-se a quem é endereçado a mensagem, a todos catarinenses, indicando que o *Flamma Verde* (1936) é o órgão provincial de imprensa do estado. Alguns trechos merecem destaque:

Catharinenses! O Integralismo é o maior movimento da História, desde a Independência. Nunca se levantou com tamanho sentido de unidade nacional, tão profundo sentimento e tão elevado nível intelectual uma campanha como a nossa. Pretendemos organizar as corporações, sobre elas fundar a verdadeira opinião nacional; queremos fortalecer a autoridade da Nação; queremos libertar a Pátria da escravidão do supercapitalismo internacional; queremos congraçar (sic) os operários, os estudantes, os intelectuais para a grande campanha nacionalista. A nação deverá ser una, indivisível, forte, próspera e feliz.

As classes trabalhadoras deverão estar organizadas. O governo deverá ter capacidade para intervir na orientação, na fiscalização do estímulo de todas as energias produtoras do país. O homem deve ser intangível, a família deve ser fortalecida, a classe deve ser o órgão da opinião, o governo deve ser a realização suprema.

O destaque dos trechos selecionados não recai nas ideias mais proeminentes da Ação Integralista Brasileira - como o nacionalismo, Governo Forte, Estado Integral, a importância da família e a luta contra os inimigos (a socialdemocracia, separatismo, comunismo, capitalismo internacional) -, mas sim sobre a representação do operário, a organização da classe trabalhadora, a noção de Corporações implícita na ideia de “classe como órgão de opinião”. Tal enfoque pode ser ao acaso ou um prenúncio que o *Flamma Verde* iria dedicar vários espaços nas suas colunas para tratar da questão operária e sindical.

O *Flamma Verde* deu um grande espaço significativo à questão sindical, à organização operária e à questão trabalhista. Essa ênfase fica evidente nas colunas chamadas *Sindicalismo*,

Página Syndical e *Nota Syndical*. Entre as edições 14 e 30, a terceira página estava reservada à notícias sindicais, ao lado tinha duas frases que sintetizam as ideias integralistas na questão social: “Trabalhadores do Brasil- Uni-vos contra o Capitalismo e o Comunismo” e “O integralismo dará aos trabalhadores trabalho, Salário Justo e Educação”. As seções *Página Syndical* e *Nota Syndical* também tiveram espaços reservados na quarta página do jornal. (PONTES, 2013)

O sindicalismo foi umas das maiores recorrências temáticas do *Flamma Verde*⁹, logo nas primeiras edições, encontra-se o artigo intitulado “*Integralismo e Sindicato*”, de Jeovah Motta, no qual o autor conclama os camisas-verdes a integrarem seus sindicatos, considerados por ele um setor admirável de luta. Diferentemente dos textos teóricos, Motta adota um discurso instrutivo, orientando os integralistas sobre como agir no ambiente sindical. Ele exorta os militantes a lutarem pelos direitos dos trabalhadores, fiscalizarem o cumprimento das leis trabalhistas e defenderem as massas sindicais. Devem também protestar contra as injustiças, denunciar a burla das leis e agir onde houver brasileiros passando fome ou recebendo salários miseráveis. Para Motta, o sindicato é um espaço de combate dos pequenos e dos fracos, e sua proposta é promover a união entre os sindicalistas, sem propagandas ideológicas, buscando apenas ser útil ao sindicalismo brasileiro.

O sindicalismo se encontrava com muitos problemas na visão integralista, por isso Almeida Salles redige uma defesa do *Prestígio da ideia sindical*. Nesse artigo, Salles afirma que o sindicalismo está morrendo no Brasil e o trabalhador não confia mais na eficiência dos sindicatos na defesa de seus direitos. O autor ainda critica a inépcia dos governantes permitindo que os comunistas profanem o sentido da organização sindical e ao Governo, na figura do Ministério do Trabalho, que tem se colocado ao lado das classes patronais e iniciando uma campanha anti sindical, visando destruir o bolchevismo. Para impedir a desconfiança nos sindicatos, Salles sugere que o integralismo deva iniciar uma campanha para retomar esse prestígio e a importância do fenômeno sindical.

Algumas edições depois, foi publicado um *Manifesto dos trabalhadores integralistas aos sindicalistas do Brasil*, em que defendem uma grande campanha em favor do sindicalismo e pelo avanço das pautas da unidade e autonomia sindical, um salário mínimo, fiscalização e defesa das leis trabalhistas e um incentivo a campanha que exaltam o civismo e o patriotismo. Esse manifesto dialoga com o artigo de Almeida Salles na questão de prestigiar a ideia sindical e defendê-la dos comunistas ou da exploração política, buscando uma

⁹ Todas as referências são do jornal do ano de 1936 a 1938.

eficiência sindical. Com isso, podemos notar uma coerência no discurso sindical integralista, acompanhada de uma progressão ideológica que se traduz em ação política.

Na mesma página, M. Otto publicou um texto com o título *Acabem com a política ou os sindicatos*, no qual conta sobre a infiltração de elementos políticos nos sindicatos que acabam com suas finalidades desvirtuadas por pessoas que nos seus cargos públicos aproveitam para fazer discursos políticos.

Decadencia do Syndcalismo é outro artigo que trata dos problemas sindicais como a utilização para fins políticos partidários. O autor relata que na legislação anterior foi instituída a unidade sindical, no entanto, isso causou a entrada dos comunistas que apoderaram-se dos sindicatos. Para resolver isso na Constituição de 1934, houve a reformulação dos sindicatos instituindo a pluralidade sindical, com isso, teve por resultado uma luta dentro de cada classe. Para deixar claro a preocupação dos integralistas com a ruína dos sindicatos, há outro texto na edição de nº 22, chamado *O descredito do Syndcalismo*, sem autor.

Para combater esses desvios, Jeovah Motta escreveu *A verdadeira politica dos sindicatos*, no qual se debruça em tratar da condição sindical brasileira. Motta esclarece que os integralistas não podem ser indiferentes à questão sindical, isso seria uma traição a doutrina do Sigma e um crime com todos que sofrem injustiças do regime capitalista. Para o autor, discutir no sindicato, política ou ideologias é uma atitude anti sindicalista, pois no sindicato a única política é a dos interesses da classe.

O jornal também era utilizado para a divulgação de resoluções do Chefe Nacional. Uma delas é a Resolução nº 343, que obriga todos os integralistas a ingressar nos seus grupos profissionais e sindicatos respectivos. Isso revela como o sindicato, dentro da doutrina integralista, manifesta-se como uma condição essencial para a realização do Estado Integral. Com isso, é essencial a participação do camisa-verde nos sindicatos, ainda que dentro do regime da democracia liberal.

A Convenção Trabalhista no Rio de Janeiro também foi tema da coluna *Sindicalismo* de 19 de novembro de 1936, no qual é relatada a reunião de trabalhadores de todo país, parte deles integralistas, que levaram uma delegação de Santa Catarina. O jornal identificou que o maior problema do proletariado são os salários baixos para um custo de vida ascendente. Ainda, na coluna ao lado, é reproduzido um artigo de Miguel Reale que dispõe sobre *O Sindicato* e suas principais disposições no Estado Integral.

O jornal também dava espaço a membros da diretoria estadual publicarem seus artigos. Hans Buendgens¹⁰ foi um deles. Na edição de nº 23, ele escreveu o artigo intitulado

¹⁰ Cf. A GAZETA, 28 de junho de 1937, Hans Buendgens foi Secretário de Estudos de Santa Catarina.

de *Sindicato integralista*. O texto conta com as principais ideias veiculadas por Miguel Reale acerca do sindicato no Estado Integral, mas o que mais chama atenção é a sua ideia de interdependência do sindicato e corporação e se condicionam um ao outro. Dessa forma, sem o sindicalismo não existe a corporação, mas sem a corporação, o sindicalismo perde força, esgota-se rapidamente, fica fragmentado e ineficaz.

O texto deixa subentendido uma crítica ao sindicalismo no regime liberal, o concebem como fraco e distante da economia nacional. Duas edições posteriores, Buendgens fez um estudo idêntico sobre as Corporações, no qual ressalta as diferenças com o corporativismo fascista e que não há lugar para partidos no estado corporativo.

O corporativismo como parte importante da doutrina associada ao sindicalismo é presente nas páginas do jornal. Em um artigo, na edição de nº 9, denominado *A Tendência Corporativa*, em que o autor, não identificado, explana alguns pontos gerais acerca da doutrina corporativista, em contraposição a luta de classes, pregado pelo marxismo, seguido dos exemplos italiano e alemão e um elogio ao corporativismo integralista. Em seguida, uma explicação histórica das corporações que descendem desde a Idade Média.

O jornal, apesar de ser regionalizado, repercutia ações de camisas-verdes em outros estados. Na edição nº3, por exemplo, é publicado um resumo da conferência proferida por Dario Bittencourt, Chefe Provincial do Rio Grande do Sul, no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, sobre “*Alguns aspectos humanos da legislação social brasileira*”. Na palestra, Bittencourt defende melhores condições salariais aos trabalhadores e um maior amparo ao operário, dentro das leis sociais brasileiras, para que este não continue a ser explorado pela “usura capitalista”. Outra notícia publicada sobre acontecimentos fora de Santa Catarina, conta da existência de uma União Operária Integralista em Recife protestando contra a prisão de vereadores e outros integralistas em Maceió. A União enviou um telegrama ao governador do estado de Alagoas, dr. Osman Loureiro solicitando a soltura. Essa publicação demonstra que o Integralismo, na época, já estava na formação de organizações de classes operárias.

O jornal adotou um tom de denúncia em relação às péssimas condições de vida do trabalhador de Florianópolis. Em um artigo publicado sem identificação de autoria, expôs o estado precário das favelas da cidade. Ao mesmo tempo, que há grandes capitais acumulados nos bancos, parte da população vive em condições insalubres. O texto defende que o capital deve cumprir uma função social, gerando riquezas e utilidades coletivas, para que não se converta em instrumento de força e desequilíbrio.

O capitalismo também é tema do artigo *Libertação*, em que o autor refere-se a um estado de escravidão que o proletariado se encontra, reduzida a mercadoria barata. Ainda, o autor define capitalismo como a “ditadura organizada do capital, que esmaga todos os direitos do trabalhador”. Por isso, o integralismo desencadeia uma luta contra o capitalismo e se intitula “violentamente anti-burguês”.

O comunismo aparece como um dos grandes alvos de críticas nas colunas e busca separar a identificação automática dos comunistas com a defesa do direito dos trabalhadores. Um exemplo, é o artigo *A verdadeira Revolução Proletaria*, de Miguel Reale, no qual demonstra a falha das lutas internacionalistas e que a Grande Guerra (1914-1919) operou profundas mudanças nas lutas operárias. Segundo Reale, os trabalhadores de cada país morreram por sua pátria e ao final, não abandonaram as lutas por garantias sociais, pelo contrário, exigiram seus direitos - não em nome da classe - mas sim em nome da pátria que havia lutado.

As colunas das páginas sindicais configuraram-se como um espaço de divulgação de lutas por direitos trabalhistas, repercutindo as demandas debatidas entre os integralistas. Um dos temas abordados, é o plano de reivindicações dos trabalhadores, discutido na Convenção do Integralismo, que defendia a participação dos proletários na participação dos lucros das empresas, visto que o trabalho é a parte ativa do processo de produção e indispensável, portanto não é justo que o trabalhador seja um mero assalariado do capital e não receba o que lhe é devido.

Outra proposta defendida pelo Integralismo no jornal é a redução das horas de trabalho, pois a cada avanço das máquinas, pode diminuir-se as jornadas e no Estado Integral, garantindo o emprego e a diferença das jornadas de trabalho poderão ser investidas em descanso, lazer e cultura. No regime capitalista é o contrário, diminuem-se os salários dos trabalhadores. Essa é a retórica do artigo *Horas de trabalho*, em que o redator busca atrair os assalariados com a promessa de melhores condições laborais e se denomina como movimento de libertação do trabalho.

Até a estrutura do jornal foi modificada para atender as necessidades editoriais de maior aproximação com as questões dos direitos dos trabalhadores. Em nota intitulada *Aos trabalhadores sem distinção de cor partidária*, o *Flamma Verde* anuncia que o jornal passará por uma transformação, aumentando a sua tiragem e o número de páginas. “Terá, então, uma ampla secção dedicada exclusivamente aos interesses dos trabalhadores, publicando a legislação e a jurisprudência trabalhistas, bem como tudo quanto disser às justas reivindicações proletárias.” Além disso, em outro quadro, abre espaço aos leitores para fazer

reclamações sobre violações por parte dos seus empregadores das leis trabalhistas, garantindo que encontrará apoio nas colunas do jornal.

As notas permanecem nas seguintes edições, evidenciando o alerta a todos os trabalhadores. Ao endereçar o conteúdo sem distinção de ideologia fica nítido essa busca por mais contato. Ao nosso entendimento, o jornal quer tornar-se o representante do operário catarinense.

Na iminência das eleições, os redatores do *Flamma Verde* buscaram associar a imagem do líder máximo integralista aos trabalhadores. A primeira aparição dessa associação ocorreu em um artigo de Jehovah Motta, no qual a palavra do Chefe Nacional, Plínio Salgado é “do Brasil esfarrapado, abandonado, desorganizado, pobre”. Segundo o texto, “o Integralismo deu ao seu animo de lutador um sentido, um rumo”. Dessa forma, a doutrina do Sigma pretendia canalizar e dar forma à luta justa do operariado.

Isso se manifestou também nas páginas sindicais que tomaram um tom eleitoral, além dos artigos com os temas outrora comentados. São encontrados quadros com mensagens para o eleitor operário questionar ao candidato liberal na sua posição na questão social, quando lhe pedir o voto. Colunas que fazem críticas a candidatos liberais, pedindo o voto em Plínio Salgado. Críticas a José Américo de Almeida que seria o candidato da União Soviética.

Em outra edição, há um quadro que critica o comunismo e em seguida, diz “Votar, portanto, em Plínio Salgado é votar contra o comunismo”. Outro quadro apresenta o Chefe Nacional como “proletário intelectual” e conclama o voto do operário catarinense para combater o comunismo e o capitalismo.

A representação simbólica da definição “proletário intelectual” é uma tentativa de aproximar o trabalhador manual do intelectual Salgado e caracterizá-lo como alguém capaz de compreender as dores e os desejos do proletariado. Nesse contexto, Plínio assume o papel de mediador entre as classes sociais e expressa uma ideia de harmonia social, condição essencial na doutrina do Sigma.

Com o golpe do Estado Novo cessaram as atividades eleitorais, os pedidos de voto e as críticas a outros candidatos. As colunas sindicais voltaram a dedicar-se à divulgação das ideias integralistas do trabalho. O jornal passou a encarar sem muito entusiasmo a nova Constituição da República que buscava “dar um olhar mais racional a nossa organização profissional” e indicava que, com a nova ordem, a situação dos trabalhadores tende a se transformar.

O artigo *Monismo Syndical* assinado pelas iniciais T. R. analisa a situação sindical no Estado Novo. No novo regime, é reconhecido apenas um sindicato pelo Estado que pode

representar a classe dos seus associados, bem como somente ele tem o direito de demandar juridicamente os interesses dos profissionais. Ficou, portanto, definido o regime de unidade sindical. O *Flamma Verde* demonstrou apoio a esse novo sistema desde que sejam atribuídas funções morais e educacionais aos sindicatos, bem como a garantia a neutralidade sindical.

O mesmo autor elogia, posteriormente, a Carta Constitucional de 10 de Novembro em reconhecer o trabalho como um dever social, mas também digno de proteção do Estado e conclama para que a autonomia do Direito Operário não fique só nas palavras mas esteja em benefício ao trabalhador. Segundo Zanelatto e Cardoso (2019 p. 184), não houve uma grande euforia, pois “apesar de ser algo que ambicionava construir, não fora realizado pelo tão sonhado Estado integral.”

Dessa forma, encerra-se análises das páginas do jornal *Flamma Verde* do seu conteúdo trabalhista e sindical-corporativo e no fim, há uma adequação do periódico as ideias convergentes com a nova ordem institucional que aplicou algumas das suas proposições como a unidade sindical, o reconhecimento dos sindicatos pelo Estado, o trabalho como um dever social e protegido pelo Estado, no entanto, pede que esses direitos sejam efetivados.

Com a instauração do Estado Novo, a AIB foi fechada, suas sedes fechadas, o movimento transformou-se apenas em um órgão cultural e educacional nomeado Ação Brasileira de Cultura. Com isso, o jornal teve sua última edição em 5 de fevereiro de 1938.

Como foi exposto, o jornal, além de cumprir as funções de arregimentar novos membros e difundir a ideologia, o *Flamma Verde* insere-se num contexto mais amplo, atuando tanto como o canal de notícia integralista no âmbito estadual, como um representante do operariado catarinense. Em diversas vezes, buscou congregar todos os trabalhadores na luta contra o sistema que os afligia - o capitalismo -, colocando-se à disposição para ser um canal de denúncias sobre as questões trabalhistas.

O periódico, além de divulgar nas páginas sindicais as ideias sobre a questão social, também tratava das dificuldades reais dos operários. Dessa forma, lutava, por meio das palavras, por melhores salários, participação nos lucros empresariais e condições mínimas de vida, entendendo o sindicato como o ambiente mais propício para a conquista e fiscalização dos seus direitos. Por isso, o sindicalismo torna-se essencial à doutrina integralista.

São encontradas diversas veiculações que criticam a disposição ou o funcionamento dos sindicatos em razão, especialmente, pelo seu uso partidário, no período de 1934 a 1937. Assim, os interlocutores integralistas buscam uma reforma do sistema sindical que o tornasse um representante fiel e verdadeiro dos trabalhadores. As ideias sindicais integralistas também

se manifestam em ação política, com sua participação em congressos e publicação de manifestos.

A recorrência da questão social, trabalhista e sindical demonstra que o integralismo catarinense coloca-se como uma alternativa ao trabalhador. Por uma lado, dissente da luta de classes e defendia a harmonia social nos órgãos de representação profissional, por outro, revela uma clara preocupação em atrair adeptos das classes operárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a Ação Integralista Brasileira foi fundada como uma organização política de direita, nacionalista, autoritária, que flerta com o totalitarismo, em resposta a um sistema político marcado por oligarquias locais, que tratavam as questões sociais e do voto com indiferença e uma negação aos ideais revolucionários de esquerda. A AIB conseguiu conquistar centenas de milhares ou até um milhão de membros, o que demonstra uma grande capilaridade nas diversas classes sociais.

O trabalho buscou demonstrar que a adesão em Santa Catarina passou com questões locais, em regiões que, marcadas pelas imigrações europeias, mas também com um histórico oposicionista aos governos estaduais. Dessa forma, identificamos que não houve um alinhamento automático dessas populações com o movimento integralista.

Destacamos que a imprensa foi imprescindível para a expansão dos ideais integralistas e na busca de novos militantes, bem como a padronização da doutrina. Porém, alguns dos seus jornais, entre eles o *Flamma Verde*, foi um periódico que buscou alcançar adeptos entre os operários, colocou-se à disposição como um local de representação. Além disso, nas suas páginas, divulgou sua doutrina sindical-corporativista e deu diretrizes para a agência dos integralistas nos sindicatos. Foi também o jornal que representava Santa Catarina como um todo, dessa forma, poderia ser distribuído para todos os núcleos espalhados pelo território catarinense.

O jornal *Flamma Verde* é uma fonte primária com inúmeros objetos de pesquisa que podem ser melhor investigados. A socialização dos integralistas catarinenses, a divulgação de material sindical, as notas de indicações de leitura aos militantes são alguns dos temas que podem ser explorados.

Ao longo da pesquisa foi exposto a grande incidência de temas relativos à questão social, operária e sindical nas colunas do periódico verde. À medida que aproximou-se o possível pleito eleitoral de 1938, que definiria o próximo presidente, houve uma busca por identificar o presidenciável integralista, Plínio Salgado, como um representante intelectual operário. O que demonstra que a política nacional se refletia nas principais pautas e alcances do jornal.

As pesquisas anteriores contribuíram para pesquisa com as motivações e os grupos de aderência ao movimento integralista, tanto em nível nacional, como em nível estadual. Ficou perceptível que os indivíduos jovens do meio urbano com idades próximas a 30 anos foram os maiores grupos de adeptos do integralismo, do ponto de vista econômico, estavam em uma

ascensão social. As motivações se concentravam, principalmente, em um anticomunismo, simpatias ao movimento fascista e o nacionalismo, o que reflete o espírito do tempo, uma tendência à inspiração e solidariedade aos movimentos que combateram os comunistas.

É importante destacar a forte oposição que o movimento integralista recebeu de outros movimentos, a criação da Frente Única Antifascista e a Ação Nacional Libertadora revela a organização de movimentos de cunho popular e da classe média, os quais buscaram impedir a ascensão da Ação Integralista e também avançar pautas identificadas com a esquerda. A FUA surgiu, essencialmente, para o combate e a ridicularização da AIB, enquanto a ANL foi uma forte expressão do povo contra o autoritarismo do governo Vargas. Os conflitos de rua evidenciam a disputa simbólica do espaço urbano, mas também o espírito belicoso do tempo.

Apontamos concisamente as diversas interpretações das concepções corporativistas, a visão sindical e do operariado para os três principais intelectuais integralistas. Plínio Salgado, enxergava na família e no município, as principais células integrantes do Estado Integral, enquanto Miguel Reale via os sindicatos como lugar de expressão das ideias das classes profissionais e desenvolveu um Estado Corporativo hierárquico, passando dos sindicatos municipais até a Corporação Nacional, além de órgãos representativos da cultura e do meio intelectual e Gustavo Barroso, profundamente imbuído de uma antissemitismo moderno, desejava um Estado Corporativo Cristão e vê o sindicato como órgão de direito privado. Dessa forma, vemos uma pluralidade de ideias no alto escalão integralista, no entanto, permanecem unidos e temos uma prevalência da concepção de Reale na doutrina dos camisas-verde.

Assim, o estudo contribui para compreender o Integralismo não só como movimento alternativo autoritário dos anos 30, mas também como fenômeno de massas que buscou conquistar adeptos entre os trabalhadores e mobilizá-los na disputa política sob uma doutrina nacionalista e corporativista.

Em suma, buscamos através das diversas doutrinas integralistas, evidenciar um caráter também popular do Integralismo, por meio do semanário *Flamma Verde*. Os trabalhadores não poderiam ser mais desconsiderados da vida política. Os discursos voltados a essa camada popular evidenciam as transformações que passaram à época. Além de um acesso a legislação social e trabalhista, os trabalhadores buscaram formas de associação e representação de seus interesses a partir de uma perspectiva própria. (COELHO, 2010) O Integralismo, ainda que com um domínio médio burguês intelectual, nos âmbitos municipais, contou com considerável presença de camadas populares.

REFERÊNCIAS

FONTES

BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. **Comunismo, cristianismo e corporativismo**. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC, 1938.

REALE, Miguel. **Obras políticas (1ª Fase – 1931/1937)**. Tomo I. Brasília: Editora UNB, 1983a.

_____. **Obras políticas (1ª Fase – 1931/1937)**. Tomo II. Brasília: Editora UNB, 1983b.

_____. **Obras políticas (1ª Fase – 1931/1937)**. Tomo III. Brasília: Editora UNB, 1983c.

_____. **Memórias 1 – Destinos cruzados**. São Paulo: Saraiva, 1986.

SALGADO, Plínio. **Psicologia da Revolução**. São Paulo: Editora das Américas, 1953.

_____. **O que é o integralismo**. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

JORNAIS

A GAZETA (Fundação Biblioteca Nacional)

CORREIO DA MANHÃ (Fundação Biblioteca Nacional)

CORREIO PAULISTANO (Fundação Biblioteca Nacional):

FLAMMA VERDE (Biblioteca Pública de Santa Catarina)

O ESTADO ((Biblioteca Pública de Santa Catarina)

O PAIZ (Fundação Biblioteca Nacional)

Documentos da AIB

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932.

Documentos Institucionais

ALESP. **14ª Legislatura – 1928/1930 – 1º Distrito – Acervo Histórico**. Disponível em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/republica-velha/deputados/decima-quarta-legislatura-1928-1930-primeiro-distrito/>. Acesso em: 18 set. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. *Resultados preliminares do Censo Demográfico e Predial-Domiciliário*. 1940. Disponível em:

https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1941_45/populacao_m_1941_45aeb_016_2_a_017.pdf. Acesso em: 17. nov. 2025.

BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cristiano Cruz. **O integralismo e sua influência no anticomunismo baiano**. In: XI SEMOC – Semana de Mobilização Científica, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale**. Rio de Janeiro: FGV, 1988a.

_____. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988b.

ARANTES, Vinícius dos Santos. Integralistas, comunistas e as disputas políticas e sindicais no Brasil dos anos 1930. *Perseu*, nº 16, ano 12, 2018.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. **Fundo Plínio Salgado – Divisão de Arquivos Pessoais. Inventário FPS – Parte II**. Rio Claro: APH Rio Claro, 2017.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v. 52, 2021.

BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, 2013.

_____. **Plínio Salgado: biografia política (1895-1975)**. São Paulo: Edusp, 2019.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. Sigma Paulista: o movimento integralista no Estado de São Paulo (1932-1943). *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003.

CALDEIRA NETO, Odilon. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, out./dez. 2013.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, dez. 2002.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa**. Bauru: Edusc, 2006.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

COELHO, Eduardo Teixeira. **Os trabalhadores catarinenses e a experiência da representação das associações profissionais nos anos 1930**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CORDEIRO, Leandro Luiz. Legião Cearense do Trabalho: pensamento e a práxis política de Severino Sombra. In: *Congresso Internacional de História*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **Corporativismo e a tríade integralista: Miguel Reale, Plínio Salgado e Gustavo Barroso**. In: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (Orgs.). *Corporativismos ibéricos e latino-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

KONRAD, Diorge Alceno. Luas políticas e projetos sociais distintos dos trabalhadores brasileiros na década de 1930: os casos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB). *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, dez. 2015.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Plínio Salgado, meu pai**. São Paulo: Edições GRD, 2001.

MARTINS, Celso. **Os comunas: Álvaro Soares Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27/Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias: subsídios para a história catarinense, 1889-1930**. Editora Insular, 1997.

NETO, Júlio Bueno Rosa. O corporativismo, os trabalhadores e “A Offensiva”: as seções sindicais de um jornal integralista em foco (1936-1937). *33º Simpósio Nacional de História*, Belo Horizonte, 2025.

PARENTE, Josênio C. **Anauê: as camisas verdes no poder**. 2. ed. Fortaleza: UFC Edições, 1999.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a Legião Cearense do Trabalho (1931-1937)**. 2020.

PONTES, Gustavo Tiengo. **Adeptos do Sigma em Florianópolis: estudo sobre o periódico “Flamma Verde” e a presença integralista na capital catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2013.

PORTUGAL, Cristiane da Silva. **Gustavo Barroso, a imprensa integralista e o antissemitismo (1933-1937)**. 2023.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934)**. 1986.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 31, n. 1, jun. 2005.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SANTI PACHECO, Gabriela. Corporativismo português em debate: Perspectivas do integralismo brasileiro sobre o Estado Novo salazarista. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, Brasil, n. 40, p. 1–19, 2025

SILVA, Regina Cláudia Oliveira da. Breves notas autobiográficas do cearense fundador da museologia no Brasil. In: *XI Encontro Cearense de História da Educação; I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação*. Fortaleza: Impreco, 2012.

SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. v. 3. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo. **Em busca do Sigma: estudo sobre o pensamento de Plínio Salgado às vésperas da fundação da AIB**. 1978.

WENDLAND, Daniely. **Integralismo, Círculo Operário Católico e sindicatos em Joinville (1931-1948)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ZANELATTO, João Henrique. **O integralismo e a política regional em Santa Catarina**. *Dimensões*, v. 26, 2011.

_____. **De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas**. Criciúma: UNESC, 2012.

_____. Anauê, Alvorada e Flamma Verde: a imprensa integralista e as disputas pelo poder político em Santa Catarina. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, set./dez. 2013.

ZANELATTO, João Henrique; CARDOSO, Tainá Agostinho. **Flamma Verde: a imprensa integralista e os trabalhadores em Santa Catarina**. In: GONÇALVES, Leandro Pereira;